



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO E TRANSIÇÃO 2024-2025



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Composição do Pleno

Des. Diógenes Barreto (Presidente)
Desa. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade (Vice-Presidente/Corregedora)
Dr. Tiago José Brasileiro Franco (Juiz Federal)
Dra. Brígida Declerc Fink (Juiz de Direito)
Dra. Dauquíria de Melo Ferreira (Juiz de Direito)
Dr. Cristiano César Braga de Aragão Cabral (Jurista)
Vago (Jurista)
Dr. José Rômulo Silva Almeida (Procuradora Regional Eleitoral)

Corregedoria Regional Eleitoral

Corregedora Regional Eleitoral: Desa. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade
Coordenadora da Corregedoria Regional Eleitoral: Ana Patrícia Franca Ramos Porto

Diretoria-Geral

Diretor-Geral: Rubens Lisboa Maciel Filho
Coordenador de Planejamento, Estratégia e Governança: Marcelo Gerard Almeida de Andrade
Chefe da Seção de Acompanhamento de Dados Estatísticos: Marco Antônio Silva Freire

Secretarias

Secretária Judiciária: Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas
Secretário de Tecnologia de Informação: José Carvalho Peixoto
Secretário de Gestão de Pessoas: Luciano Augusto Barreto Carvalho
Secretária de Administração e Orçamento: Norival Navas Neto

Assessoria de Imprensa

Assessor de Imprensa e Comunicação Social: Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

SUMÁRIO

Apresentação

I - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2024-2025

1. DIRETORIA-GERAL (DG)

1.1 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança - COPEG

- 1.1.1 Planejamento Estratégico para o período de 2021-20226
- 1.1.2 Mapa Estratégico do TRE-SE – Ciclo 2021-2026
- 1.1.3 Resultados dos Indicadores Estratégicos - Ciclo 2021-2026 - Exercícios 2024-2025
- 1.1.4 Iniciativas Estratégicas
- 1.1.5 Resultados das Metas Nacionais
- 1.1.6 Resultados do Prêmio CNJ de Qualidade 2024-2025
- 1.1.7 Principais Atividades de Gestão de Projetos
- 1.1.8 Entregas do Escritório de Processos

1.2 Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAO

- 1.2.1 Gestão Orçamentária e Financeira
- 1.2.2 Proposta Orçamentária 2026
- 1.2.3 Relatório de Gestão Fiscal
- 1.2.4 Quadro demonstrativo
- 1.2.5 – Análise Normativa sobre Limitação do Provimento de Cargos no TRE-SE
- 1.2.6 Quadros demonstrativos

1.3 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

- 1.3.1 Introdução
- 1.3.2 Estrutura da STI
- 1.3.3 Referencial Estratégico
- 1.3.4 Principais Atividades
- 1.3.5 Governança e gestão de TI
- 1.3.6 Atividades relacionadas às eleições
- 1.3.7 Atividades relacionadas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas
- 1.3.8 Atividades relacionadas à infraestrutura de TIC
- 1.3.9 Atividades relacionadas à Ciência de Dados
- 1.3.10 Atividades relacionadas à segurança da informação

1.4 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

- 1.4.1 Apresentação
- 1.4.2 Atividades realizadas pela ASPLAN-SGP
- 1.4.3 Assessoria Técnica de Pessoal - ASTEP
- 1.4.4 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Assistência à Saúde e Benefícios
- 1.4.5 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento Humano
- 1.4.6 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Pessoal

1.5 Secretaria Judiciária – SJD

- 1.5.1 Gestão Documental - SEDEA
- 1.5.2 Divulgação de Jurisprudência -SELEJ
- 1.5.3 Relatórios Estatísticos Processuais do 2º Grau
- 1.5.4 Análise das Prestações de Contas

1.6 Assessoria de Gestão da DG

- 1.6.1 Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade – NSA
- 1.6.3 Núcleo de Criatividade e Inovação - NCI e i9-SE - Laboratório de Criatividade e Inovação
- 1.6.4 Núcleo de Apoio à Governança e à Integridade

1.7 Núcleo de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais – NSI

- 1.7.1 Atividades desenvolvidas no biênio 2024/2025
- 1.7.2 Participação em Capacitações
- 1.7.3 Eventos Organizados pelo NSI isolada ou conjuntamente
- 1.7.4 Participação em Eventos Externos
- 1.7.5 Ações a Serem Concluídas em 2026

2. OUVIDORIA ELEITORAL DE SERGIPE

- 2.1 Manifestações Recebidas
- 2.2 Dados e Informações Referentes ao Ano de 2024
- 2.3 Dados e Informações Referentes ao Ano de 2025 (Janeiro a Outubro)
- 2.4 Considerações Finais

3. ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SERGIPE - EJESE

- 3.1 Introdução
- 3.2 Eventos de Capacitação
- 3.3 Programas de Cidadania
- 3.4 Ações de Promoção e Defesa da Mulher
- 3.5 Enfrentamento à Desinformação
- 3.6 Biblioteca
- 3.7 Considerações Finais

4. COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA – COAUD

- 4.1 Resumo
- 4.2 Introdução
- 4.3 Composição da Unidade de Auditoria Interna
- 4.4 Execução do Plano de Auditoria do Exercício 2024 e 2025
- 4.5 Avaliações e monitoramentos realizados em 2024 e 2025



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 4.5.1 Avaliações Realizadas em conjunto pela Seção de Auditoria Geral – SEAUG e Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio - SEAPE
- 4.5.2 Avaliações realizadas pela Seção de Auditoria Geral - SEAUG
- 4.5.3 Avaliações realizadas pela Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio - SEAPE
- 4.5.4 Aspectos legais dos atos de pessoal em 2024 e 2025

5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM

- 5.1 Monitoramento do acesso ao Portal
- 5.2 *Redes Sociais*
- 5.3 *Transmissão das Sessões de Julgamento*
- 5.4 *Matérias Publicadas*
- 5.5 *Serviço de Clippagem (monitoramento de mídias)*
- 5.6 *Entrevistas*
- 5.7 *Contratações e gestão de contratos*
- 5.8 *Cobertura de Eventos e Registros fotográficos*

6. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE COMITÊS E COMISSÕES

7. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA CRE

- 7.1 Quantitativos de Distribuição e de Julgamento de Processos
- 7.1.1 Corregedoria Regional Eleitoral

8. RELAÇÃO DE CONTRATOS EM VIGOR E RESPECTIVOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

- 9.1 Estrutura de Pessoal
- 9.2 Estrutura organizacional

10. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

11. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

12. SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS DO TRIBUNAL PERANTE O TCU

13. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

14. CONCLUSÃO

Apresentação

Este relatório registra as principais atividades desenvolvidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe durante a gestão do Des. Diógenes Barreto (anos de 2024-2025).

Os vários temas de governança são tratados de forma ampla e detalhada, através de informações compiladas a partir de dados das unidades envolvidas em cada procedimento de gestão, constantes de processos, relatórios, banco de dados digitais, sistemas e demais fontes, conforme a especificidade de cada área.

O relatório está dividido por área de atuação e traz inicialmente as informações da Diretoria-Geral (DG), unidade subordinada diretamente à Presidência do Tribunal e que coordena as atividades das demais unidades.

Consta da primeira parte do relatório, do item 1.1 ao 1.7, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG) e pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAO), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e Secretaria Judiciária (SJD).

A partir do item 2, encontram-se as informações das atividades da Ouvidoria Eleitoral, da Escola Judiciária Eleitoral, da Coordenadoria de Auditoria Interna e da Assessoria de Comunicação.

Considerando que diversas outras atividades são desenvolvidas por Comitês e Comissões, no item 6 constam todas essas atividades realizadas nos anos de 2024 e 2025.

Além das informações sobre as principais atividades desenvolvidas no período, o relatório traz ainda alguns dados estatísticos, a estrutura do Tribunal, informações sobre sindicância, tomada de contas especial, situação das contas do Tribunal no Tribunal de Contas da União (TCU), relatório de gestão fiscal e outras informações bastante relevantes que auxiliam o gestor na tomada de decisões e na execução do planejamento estratégico.

I - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ANOS DE 2024 E 2025

1. DIRETORIA-GERAL (DG)

As atividades da Diretoria-Geral são desenvolvidas pelas unidades gestoras à qual estão diretamente subordinadas.

Na estrutura da Diretoria-Geral constam:

- a. Assessoria de Gestão da DG e seus 3 núcleos;
- b. Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG) e suas 3 seções;
- c. Assessoria Jurídica;
- d. Núcleo de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais.

As demais unidades gestoras que também estão subordinadas diretamente à DG são as Secretarias, as quais desenvolvem atividades em áreas administrativas específicas:

- a. Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAO);
- b. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
- c. Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP);
- d. Secretaria Judiciária (SJD)

Apresenta-se a seguir as atividades desenvolvidas pela Diretoria-Geral, através de suas unidades, nos anos de 2024 e 2025.

1.1 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança - COPEG

1.1.1 Planejamento Estratégico para o período de 2021-2026

O Planejamento Estratégico representa um dos mais importantes instrumentos de gestão de negócio. Por meio da Resolução nº 05/2021, foi aprovando o Planejamento Estratégico do TRE-SE para o ciclo 2021-2026. Toda documentação relacionada à Estratégia do Tribunal encontra-se disponível aos cidadãos, podendo ser acessada através do portal deste TRE na internet, por meio do link 1, abaixo.

Ressalte-se, por oportuno, que o monitoramento da estratégia, além das atividades relacionadas à governança e à gestão de riscos estão abrangidas no macrodesafio 7 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Link 1 – Documentos do Planejamento Estratégico 2021-2026:

<https://www.tre-se.jus.br/institucional/governanca/gestao-e-planejamento/planejamento-estrategico-1>

1.1.2 Mapa Estratégico do TRE-SE – Ciclo 2021-2026

O Planejamento Estratégico 2021-2026 contempla os 10 macrodesafios definidos pela Estratégia Nacional para a Justiça Eleitoral.

Cada macrodesafio equivale aos objetivos estratégicos. Diferente do ciclo anterior a 2021-2026, foram expressos no próprio mapa estratégico o conteúdo temático de cada macrodesafio ou objetivo estratégico, de modo a sinalizar claramente o direcionamento dos esforços da instituição no período, no desenvolvimento dos Processos Internos e seus Recursos, conforme *link* abaixo.

Link 2 – Mapa Estratégico do TRE/SE - Ciclo 2021-2026:

<https://www.tre-se.jus.br/institucional/governanca-e-gestao/gestao-e-planejamento/planejamento-estrategico-2021-2026/mapa-estrategico-2021-2026-1648035678832/@@display-file/file/MAPA-ESTRAT%25C3%2589GICO.pdf>

1.1.3 Resultados dos Indicadores Estratégicos - Ciclo 2021/2026 - Exercício 2024/2025

Os indicadores estratégicos medem o nível de execução dos macrodesafios em termos de porcentagem do alcance das metas estabelecidas em cada macrodesafio.

Dessa forma, o indicador mostra até que ponto a meta do macrodesafio foi alcançado, seguindo um esquema de percentuais recomendados pelo CNJ, conforme a sinalização no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 : Situação da Análise de Desempenho dos Indicadores Estratégicos do TRE-SE valor em percentual		
Desempenho do TRE–SE nos Indicadores Esta	2024*	2025**
Maior ou igual a 90% de alcance da meta	63,16%	75,00%
Entre 60% e 90% de alcance da meta	31,58%	18,75%
Menor que 60% de alcance da meta	5,26%	6,25%

Fonte: SEADE/COPEG/ TRE-SE

* no ano de 2024 foram mesurados 19 dos 20 indicadores estratégicos.

** no ano de 2025 foram mesurados 16 dos 18 indicadores estratégicos.

1.1.4 Iniciativas Estratégicas

Segundo a Metodologia de Gestão de Iniciativas Estratégicas do TRE-SE, as iniciativas estratégicas classificam-se em Projetos, Ações de Melhoria, Operação Estratégica, Programa e Planejamento Setorial.

Informações sobre iniciativas por macrodesafio podem ser acessadas por meio do link 3 – Gestão de Iniciativas Estratégicas.

Link 3 – Gestão de Iniciativas Estratégicas:

<https://www.tre-se.jus.br/institucional/governanca/gestao-e-planejamento/gestao-de-iniciativas-estrategicas-1>

1.1.5 Resultados das Metas Nacionais

Além das metas relacionadas às iniciativas estratégicas definidas pelo TRE-SE, existem metas nacionais do Poder Judiciário, que são construídas por todos os Tribunais do País sob a coordenação do CNJ.

Dessa forma, todos os anos o CNJ se reúne com os Tribunais para avaliar o cumprimento das metas e construir as novas metas que serão adotadas nacionalmente, para todos os Tribunais.

Os resultados das Metas Nacionais são apresentados os resultados das metas nacionais para Justiça Eleitoral estabelecidas para o ano de 2024 e 2025.

Quadro 2 : Resultados das Metas do TRE-SE no CNJ			
METAS	Discrição das Metas	2024(eleições 2020/2022)	2025 (eleições 2022/2024)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos	103%	108,75%
2	Julgar processos mais antigos	140,52%	138,34%
	Mais antigos (mais de 6 anos)	83,33 %	100%
4	Julgar processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	135,71%	156,65%
		78,99%	70,47%
9	E Estimular a Inovação no Poder Judiciário Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030	100%	100%

Fonte: Resultado das Metas Nacionais (<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>)

1.1.6 Resultados do Prêmio CNJ de Qualidade ano 2024 e ano 2025



Foto: Da esquerda para a direita, encontra-se o Diretor do TRE-SE Rubens Lisboa, que segura o relatório de resultados por eixo de avaliação; ao centro, o Desembargador Diógenes Barreto, Presidente do TRE-SE, exibindo a placa de reconhecimento referente ao Prêmio CNJ de Qualidade 2025 – Selo Ouro; e, à direita, Alessandra Santos Cerqueira, Chefe do gabinete da corregedoria. A imagem simboliza o compromisso institucional com a excelência, a transparência e a melhoria contínua da gestão pública.

Em 2024 o TRE-SE conquista o Selo Diamante do CNJ A premiação é o mais alto grau do “Prêmio CNJ de Qualidade”.

Em 2025 Gestão de excelência: TRE-SE é agraciado com o Selo Ouro pelo CNJ

1.1.7 Principais Atividades de Gestão de Projetos

Dentro da estrutura organizacional da COPEG, a Seção de Gestão de Planejamento e Gerenciamento de Projetos (SEGEP) é a unidade responsável pelo acompanhamento dos projetos e programas do Tribunal, tendo desenvolvido as seguintes principais atividades no período de 2024 a 2025:

- a) Monitoramento das iniciativas estratégicas do TRE-SE (Projetos, Ações de Melhoria, Operações, Programa e Planejamento Setorial), além da atualização de portfólio na internet visando a fornecer informações sobre as iniciativas em curso;
- b) Participação no processo de elaboração da proposta orçamentária;
- c) Apoio à COPEG na elaboração do XII e XIII Fóruns da Justiça Eleitoral;
- d) Apoio e suporte nas atividades de implantação de Gestão de Riscos em Unidades;

- e) Apoio à COPEG atividades de planejamento de eleições;
- f) Apoio à COPEG nas atividades relacionadas à Comissão de Acessibilidade e Inclusão e outras Comissões temáticas;
- h) Assessoramento no acompanhamento das atividades relacionadas ao cumprimento Plano Estratégico do TRE-SE Ciclo 2021-2026;
- i) Apoio à COPEG nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's);
- j) Apoio e assessoramento às atividades relacionadas à Governança;
- l) Divulgação das ações realizadas e dos resultados referentes ao planejamento estratégico;
- m) Incentivo ao reconhecimento institucional das melhores práticas e inovações organizacionais;
- n) Subsidio à área de gestão de pessoas em programas de capacitação contínua de servidores para a coordenação e operacionalização do planejamento estratégico e gestão de projetos;
- o) Intercâmbio com outros Órgãos em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;
- p) Atendimento das solicitações enviadas pelo CNJ no tocante à área de planejamento;
- q) Acompanhamento e análise da legislação referente aos procedimentos de sua área de atuação.

1.1.8 Entregas do Escritório de Processos

A Seção de Otimização de Processos Organizacionais (SEORG) é a unidade de coordenação e suporte às atividades e iniciativas inerentes à gestão de processos de trabalho, além de apoiar outros instrumentos gerenciais, como a gestão de riscos, gestão estratégica, gestão da informação, auditorias, continuidade de negócio, dentre outros.

No período 2024-2025, os esforços foram concentrados nas seguintes atividades:

A) Implantação da Nova Cadeia de Valor e atualização da Arquitetura de Processos do TRE-SE

A Cadeia de Valor é uma ferramenta de gestão representativa dos macroprocessos executados pelo Tribunal que garantem a entrega de serviços com valor agregado à sociedade, revelando os elos estabelecidos entre eles.

Já a Arquitetura de Processos busca criar uma visão sistêmica da organização, revelando os processos e subprocessos unidos aos macroprocessos da Cadeia de Valor.

A nova Cadeia de Valor, implantada em 2025, envolve 15 macroprocessos divididos em 3 grandes grupos: os Macroprocessos Finalísticos, que entregam serviços diretamente à sociedade e cumprem a missão da Instituição, como a realização de eleições e a prestação jurisdicional; os Macroprocessos de Apoio Estratégico e os Macroprocessos de Apoio Administrativo, os quais direcionam, monitoram e suportam os Macroprocessos Finalísticos.

Para a elaboração dos novos instrumentos, a SEORG cumpriu um longo trabalho que teve início com a participação do TRE-SE em oficinas nacionais realizadas remotamente, sob a coordenação do TSE, com vistas à construção de uma Cadeia de Valor de referência para a Justiça Eleitoral. A partir dessas oficinas, foram desenvolvidas diversas atividades que envolveram a participação de todos os gestores desta Justiça, inclusive os Chefes de Cartório, constituindo-se em um amplo trabalho colaborativo com o propósito mútuo de identificar e classificar os processos de trabalho efetivamente executados pela Instituição.

A Cadeia de Valor e a Arquitetura de Processos atuais substituíram a primeira versão desses instrumentos instituída em 2014, recepcionando os processos relacionados às demandas sociais mais recentes, como o enfrentamento à desinformação, acessibilidade, proteção de dados pessoais, inovação, transformação digital, sustentabilidade socioambiental, gestão de riscos, entre outros.



B) Elaboração e Atualização de Manuais de Processos de Trabalho (total de 43 manuais vigentes)

O Manual de Processo de Trabalho constitui um instrumento de documentação, gestão e controle de processos, sendo elaborado, no âmbito deste Tribunal, a partir de conceitos de BPM (*Business Process Management* – Gestão de Processos de Negócio), da técnica notacional BPMN (*Business Process Model and Notation*), que é a notação mais utilizada no mundo para a modelagem de processos de negócio, e da ferramenta BizAgi.

Atualmente, há 43 Manuais de Processos de Trabalho vigentes no TRE-SE.

Quadro 3 – Manuais de Processos de Trabalho Elaborados no Período 2024-2025.

Nº de ordem	Processo de Trabalho	Ano
39	Pagamento de Alimentação nas Eleições – Pix	2024
40	Planejamento Orçamentário de TIC	2024
41	Plano de Contratações Anual: Etapa 1 – Plano de Contratações Anual (PCA)	2024
42	Desfazimento de Bens Móveis Inservíveis	2025
43	Gestão das Contratações – Etapa 2 – Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedor	2025

Fonte: Seção de Otimização de Processos Organizacionais - SEORG

Quadro 4 – Manuais de Processos de Trabalho atualizados no Período 2024-2025.

Nº de ordem	Processo de Trabalho	Versão	Ano
39	Pagamento de Alimentação nas Eleições - Pix	2	2024
6	Gerenciamento de Capacitação de TIC	4	2024
9	Pagamento de Alimentação nas Eleições - Pecúnia	4	2024
24	Gerenciamento do Plano Diretor de TIC	3	2024
38	Concessão de Licença para Capacitação	2	2025
8	Gestão do Ciclo de Vida de Software	6	2025
30	Descarte de Documentos Físicos	3	2025

5	Análise de Riscos de Segurança Cibernética	2	2025
---	--	---	------

Fonte: Seção de Otimização de Processos Organizacionais - SEORG

Quadro 5 – Manuais de Processos de Trabalho em Elaboração

Nº de ordem	Processo de Trabalho	Ano
—	Gestão das Contratações – Etapa 3 – Gestão de Contratos	—

Fonte: Seção de Otimização de Processos Organizacionais - SEORG

C) Apoio à Gestão de Riscos

Um dos pilares da metodologia de Gestão de Riscos, implantada efetivamente no TRE-SE a partir de 2021, é a modelagem dos processos de trabalho. Nesse aspecto, a SEORG colabora com a indicação de processos modelados e com a alteração dos respectivos Manuais de forma a recepcionar as novas atividades, artefatos ou outros aspectos definidos para tratamento dos riscos identificados. Assim, integra os processos elaborados durante o período o atendimento as demandas da Gestão de Riscos.

D) Apoio à implementação da Política de Gestão da Informação no âmbito do TRE-SE (em andamento)

A SEORG participa ativamente dos esforços para implementação da Política de Gestão da Informação do TRE-SE e integra o grupo de trabalho criado para esse fim. Em 2025, atuou junto com a Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo nos estudos para entendimento da regulamentação inerente ao tema, na elaboração da estratégia de implementação da política, no tratamento das informações disponíveis em função de iniciativas anteriores e na criação do instrumento a ser utilizado para levantamento de dados junto às unidades, definido de forma a recepcionar todos os aspectos que integram a Gestão da Informação.

1.2 Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAO

1.2.1 Gestão Orçamentária e Financeira – Exercícios 2024/2025

O orçamento aprovado para o exercício de 2024 mostrou-se suficiente para atender integralmente às demandas de todas as unidades. Ao longo do exercício, foram realizados remanejamentos orçamentários de despesas de custeio para despesas de investimento, com o objetivo de viabilizar a aquisição de bens.

Por sua vez, o orçamento aprovado para o exercício de 2025 revelou-se insuficiente para suprir integralmente as necessidades de todas as unidades. No decorrer do exercício, também foram efetuados remanejamentos de dotações de custeio para investimento, com vistas a atender às demandas de aquisição de bens de Tecnologia da Informação. Até o encerramento do exercício, está prevista a contratação de soluções de cibersegurança, tais como Inteligência Cibernética e a plataforma Varonis, bem como a aquisição de mobiliário, equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação e equipamentos audiovisuais, o que contribuirá para a melhoria da execução orçamentária do exercício em curso.

A seguir, apresentam-se quadros demonstrativos contendo a dotação orçamentária, os créditos e remanejamentos realizados, bem como as despesas empenhadas, liquidadas e pagas

1.2.1.1 - Orçamento 2024 - dotação, créditos, remanejamentos, contingenciamento e execução.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FUNTE	ANO	Dotação Inicial			Créditos Adicionais			Dotação Atualizada		Contingenciado	Movimentação Líquida de Créditos		Dotação Líquida	Execução					
			A	B	C	D=A+B+C	E	F	G	H=D-E+F+G		I	J	K	L	M	N	O	P	Q
Descrição																				
AÇÃO E SUBTÍTULO																				
PLEITOS ELEITORAIS NACIONAIS	1000	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746.429,00	0,00	5.746.429,00		5.746.429,00	94,11	5.115.213,54	89,71	5.036.966,96	87,30			
PLEITOS ELEITORAIS NACIONAIS	1000	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.162.626,49	0,00	7.162.626,49		7.162.626,49	99,96	6.296.966,29	88,02	5.527.440,83	77,11			
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA IN - NACIONAL	1000	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.937.914,27	0,00	2.937.914,27		2.937.914,27	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA IN - NACIONAL	1000	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486.463,73	0,00	486.463,73		486.463,73	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
BENEFÍCIO ESPECIAL - 182 N. 12.615, DE 2022	1000	1	435.706,00	372.037,00	340.000,00	607.743,00	0,00	0,00	0,00	607.743,00		607.743,00	89,96	546.749,61	89,96	546.749,61	89,96			
ATIVOS CIVIS DA UNIO	1000	1	64.780.136,00	5.397.706,00	0,00	70.157.842,00	0,00	0,00	0,00	70.157.842,00		70.157.842,00	98,74	60.400.140,64	86,10	67.496.963,60	96,11			
JANUAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - INVESTIMENTO	1000	4	1.946.301,00	0,00	2.100.000,00	4.046.301,00	0,00	0,00	0,00	4.046.301,00		2.782.090,83	69,29	1.012.043,53	25,20	1.011.943,77	25,19			
JANUAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CUSTEIO	1000	2	13.401.196,00	0,00	17.100.000,00	30.501.196,00	0,00	0,00	0,00	30.501.196,00		12.149.906,72	91,13	10.344.336,70	77,62	10.013.332,14	75,32			
JANUAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CUSTEIO	1007	3	2.190.901,00	0,00	0,00	2.190.901,00	0,00	0,00	0,00	2.190.901,00		1.999.291,46	91,25	1.840.093,74	83,96	1.739.673,39	80,32			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EXCETO	1000	2	4.796.316,00	461.892,00	0,00	5.258.208,00	0,00	0,00	0,00	5.258.208,00		5.254.812,44	99,94	5.243.414,53	99,72	5.240.744,26	99,67			
BENEFÍCIOS ORÇAMENTÁRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, RJ	1000	2	4.233.809,00	772.520,00	126.000,00	5.032.329,00	0,00	0,00	0,00	5.032.329,00		4.897.517,57	97,12	4.897.517,57	97,12	4.897.517,57	97,12			
CONTINGÊNCIA DA UNIO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDOES PARA O	1000	1	10.763.140,00	796.543,00	0,00	11.559.683,00	0,00	0,00	0,00	11.559.683,00		11.460.735,38	99,21	11.460.735,38	99,21	11.460.735,38	99,21			
ANUENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIO	1000	1	0,00	1.936.274,00	0,00	1.936.274,00	0,00	0,00	0,00	1.936.274,00		1.894.094,01	97,89	1.836.412,72	94,89	1.740.527,40	87,35			
ANUENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIO	1006	1	14.394.362,00	0,00	0,00	14.394.362,00	0,00	0,00	0,00	14.394.362,00		14.364.136,04	99,79	14.364.136,04	99,79	14.325.671,38	99,52			
Total			119.154.073,00	9.750.054,00	(436.000,00)	128.468.125,00	0,00	##	(51.367,76)	144.750.232,73		137.455.773,39	94,96	131.507.676,33	95,67	129.019.696,78	89,13			

Fonte: Tesouro Geral
Data de Extração: 26/11/2025

1.2.1.2 - Orçamento 2025 - dotação, créditos, remanejamentos, contingenciamento e execução Execução Orçamentária e Financeira – Até 26/11/2025

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	CONTINGENCIADO	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS		DOTAÇÃO LÍQUIDA	EXECUÇÃO						
DESCRIÇÃO				ACRÉSCIMOS	DECRÉSCIMOS			PROVISÃO	DESTAQUE	N=D-E+F+G	DESPESA EMPENHADA	%	DESPESA LIQUIDADA	%	DESPESA PAGA		
AÇÃO E SUBTÍTULO			FONTE	GNQ	A	B	C	D=A+B+C	E	F	G	H=D-E+F+G	I	J / H	J	K / H	
PLEITOS ELEITORAIS NACIONAL			1000	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.745,00	0,00	270.745,00	203.803,53	75,28	169.332,21	62,54	169.332,21
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA IN - NACIONAL			1000	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.473.557,25	0,00	1.473.557,25	1.473.557,25	100,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA IN - NACIONAL			1000	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.999.709,35	0,00	4.999.709,35	193.532,41	3,87	45.040,00	0,90	45.040,00
BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.658, DE 2012			1000	1	876.993,00	0,00	0,00	876.993,00	0,00	0,00	0,00	876.993,00	835.000,00	95,21	783.489,62	89,34	783.489,62
ATIVOS CIVIS DA UNIAO			1000	1	68.605.863,00	3.908.922,00	0,00	72.514.785,00	0,00	0,00	0,00	72.514.785,00	71.192.184,31	98,18	64.273.648,02	88,64	62.125.246,69
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - INVESTIMENTO			1000	4	1.011.774,00	2.402.004,00	2.030.000,00	5.443.778,00	0,00	0,00	0,00	5.443.778,00	4.747.130,32	87,20	720.916,92	13,24	691.441,70
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CUSTEIO			1000	3	16.076.070,00	1.427.434,00	(2.030.000,00)	15.473.504,00	0,00	(21.606,60)	(16.457,88)	15.435.439,52	13.713.813,87	88,85	10.601.912,84	68,69	10.407.496,64
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - CUSTEIO			1027	3	3.799.146,00	0,00	0,00	3.799.146,00	0,00	0,00	0,00	3.799.146,00	3.503.599,85	92,22	2.527.311,00	66,52	2.372.721,12
ASSISTÊNCIA MÉDICA E OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS - INSS			1000	3	5.180.988,00	449.487,00	0,00	5.630.475,00	0,00	0,00	0,00	5.630.475,00	5.173.682,21	91,89	3.983.160,20	70,74	3.982.746,21
BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, ME			1000	3	4.985.860,00	1.087.212,00	0,00	6.073.072,00	0,00	0,00	0,00	6.073.072,00	5.702.912,00	93,90	5.257.266,64	86,57	5.257.266,64
CONTRIBUIÇÃO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDOÇÕES PARA O			1000	1	11.527.087,00	434.945,00	0,00	11.962.032,00	0,00	0,00	0,00	11.962.032,00	11.340.100,66	94,80	10.854.263,14	90,74	10.854.263,14
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIAO			1000	1	0,00	1.483.535,00	0,00	1.483.535,00	0,00	0,00	0,00	1.483.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIAO			1056	1	16.153.423,00	0,00	0,00	16.153.423,00	0,00	0,00	0,00	16.153.423,00	16.153.423,00	100,00	16.114.773,32	99,76	15.647.789,40
Total					128.217.394,00	11.193.539,00	0,00	139.410.933,00	0,00	6.722.405,00	(16.457,88)	146.116.680,12	134.232.728,61	91,87	115.351.113,91	85,92	112.336.833,57

Fonte: Tesouro Gerenciado
Data de Extração: 20/11/2016

Fonte: Tesouro Geral
Data da Extração: 26/11/2025

1.2.2 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2026

No mês de julho de 2025 foi concluída a Proposta Orçamentária — Ordinária e Eleições Municipais — para o exercício de 2026. O limite definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) permitiu o atendimento integral das demandas das unidades gestoras, à exceção de algumas necessidades da área de Tecnologia da Informação. Nesta, os ajustes promovidos pela Setorial reduziram de forma significativa o montante inicialmente proposto. Ressalta-se, contudo, que, ao longo do exercício de 2026, os valores poderão ser recompostos, parcial ou integralmente, por meio da abertura de créditos suplementares.

O valor final destinado ao orçamento ordinário corresponde a **R\$ 138.544.465,00** (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Quanto à proposta para as Eleições Municipais de 2026, o valor final previsto para as despesas de custeio é de **R\$ 8.580.943,65** (oito milhões, quinhentos e oitenta mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

O quadro a seguir apresenta a distribuição dos valores por Ação/Plano Orçamentário, conforme o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2026.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2026 – Orçamento Ordinário

Ação Orçamentária/Plano Orçamentário	Grupo de Natureza de Despesa	Valor (R\$)
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3 - Outras Despesas Correntes	20.660.772
	4 - Investimentos	2.528.493
	Total Julgamento de Causas	23.189.265
Capacitação de Recursos Humanos - EJE	3 - Outras Despesas Correntes	74.400
Capacitação de Recursos Humanos – PAC	3 - Outras Despesas Correntes	237.900
Capacitação de Recursos Humanos – TIC	3 - Outras Despesas Correntes	17.900
Reforma Edifício Sede TRE/SE – Gradil e Guarita	3 - Outras Despesas Correntes	450.000
Ampliação Ed. Sede TRE/SE – Oficina e Sala dos Motoristas	4 - Investimentos	650.000
TOTAL Despesas Discricionárias		24.619.465
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis e seus Dependentes	3 - Outras Despesas Correntes	5.522.462
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis e seus Dependentes (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis)	3 - Outras Despesas Correntes	459.707
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis e seus Dependentes (Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos)	3 - Outras Despesas Correntes	100.331
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis e seus Dependentes (Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos)	3- Outras Despesas Correntes	5.481.739
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis e seus Dependentes (Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis)	3 - Outras Despesas Correntes	87.804
Ativos Cíveis da União	1 - Pessoal	71.906.010
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1 - Pessoal	11.757.759
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1 - Pessoal	17.344.275
Benefício Especial – Lei nº 12.618, de 2012	1 - Pessoal	1.264.913
TOTAL Despesas Obrigatórias		113.925.000
TOTAL		138.544.465

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2026 POR GRUPO DE DESPESA	VALOR (R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	102.272.957	74%
BENEFÍCIOS	11.652.043	8%
CUSTEIO	21.440.972	15%
INVESTIMENTOS	3.178.493	2%
TOTAL	138.544.465	100,00%

1.2.4 Relatório de gestão fiscal – Relatório de Gestão Fiscal - RGF – 2º Quadrimestre/2025

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, referente ao período móvel de setembro de 2024 a agosto de 2025, foi regularmente publicado no Diário Oficial da União em 24 de setembro de 2025, atendendo ao prazo de até 30 dias após o encerramento do quadrimestre, conforme determina o art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e o MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª edição.

Na apuração dos dados, adotou-se metodologia disposta no referido manual, considerando:

- despesas com ativos, inativos e pensionistas;
- despesas com terceirização classificáveis como “pessoal em sentido amplo”, conforme art. 18 da LRF;
- inclusão das despesas liquidadas e de Restos a Pagar Não Processados vinculados ao exercício, conforme orientações do MDF (tópico 04.01.01.01).

De acordo com o Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Item 1.2.6 deste relatório, a Despesa Total com Pessoal (DTP), apurada no período, correspondeu a: R\$ 90.939.525,55, valor efetivamente considerado para fins de limites fiscais.

Esse montante foi confrontado com os limites estabelecidos pelo art. 20 da LRF e pela Portaria TSE nº 385/2013, que pode ser consultada no Anexo I, resultando nos seguintes parâmetros constantes do RGF:

- Limite Máximo: R\$ 214.806.386,82
- Limite Prudencial (95%): R\$ 204.066.067,48
- Limite de Alerta (90%): R\$ 193.325.748,14

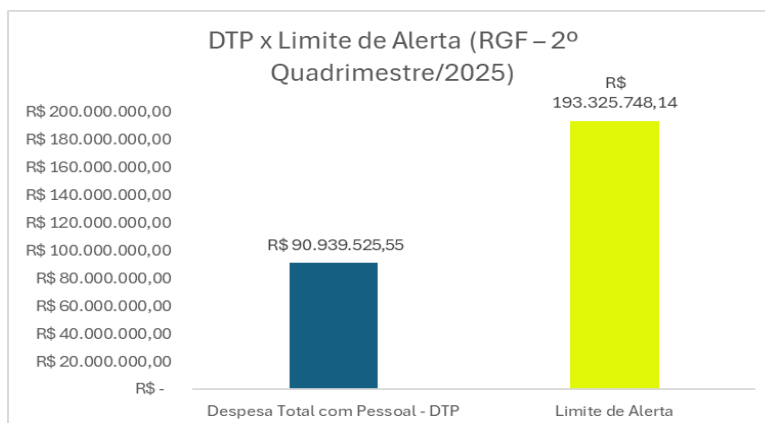
Assim, a DTP corresponde a:

- 42,33% do Limite Máximo
- 44,6% do Limite Prudencial
- 47,04% do Limite de Alerta

No decorrer do relatório serão apresentados os gráficos produzidos a partir dos dados do RGF, trazendo uma perspectiva visual mais agradável, com objetivo de facilitar a interpretação dos números.

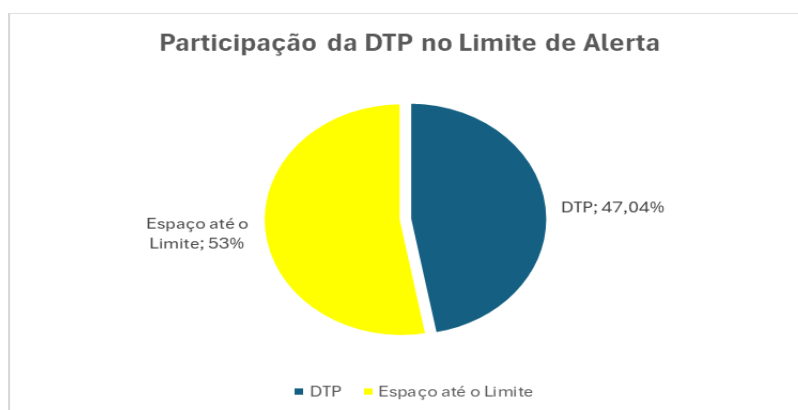
O Gráfico 1 evidencia que a Despesa Total com Pessoal (R\$ 90,9 milhões) permanece consideravelmente abaixo do Limite de Alerta (R\$ 193,3 milhões), com grande margem fiscal disponível.

Gráfico 1 – DTP x Limite de Alerta



Este é o primeiro nível de monitoramento previsto no art. 59 da LRF, e o TRE-SE está longe de atingi-lo. Ressalte-se, ainda, que a diferença entre a DTP e o Limite de Alerta gira em torno dos R\$ 102 milhões.

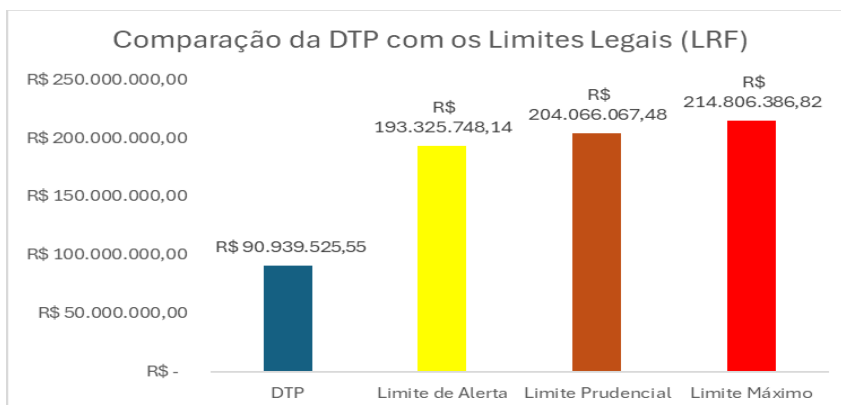
Gráfico 2 – Participação da DTP no limite de Alerta



A despesa de pessoal representa apenas 47% do Limite de Alerta, mantendo 53% de margem fiscal disponível.

Do ponto de vista técnico, o Tribunal se mantém plenamente dentro dos parâmetros legais e de responsabilidade fiscal, situando-se abaixo dos limites de alerta, prudencial e máximo. Essa condição evidencia a adequada gestão da folha de pagamento, bem como a estabilidade das obrigações de pessoal no período analisado, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Comparação da DTP com os Limites da LRF



Em conclusão, a excelente posição fiscal demonstrada garante ao Tribunal uma ampla margem de segurança para a absorção de impactos financeiros futuros, que permite que o Tribunal acomode despesas obrigatórias e de caráter continuado, como as recomposições salariais legalmente autorizadas, as decisões judiciais com repercussão em folha, o provimento de cargos vagos mediante autorização orçamentária e eventuais variações pontuais decorrentes de indenizações e passivos reconhecidos.

1.2.5 – Análise Normativa sobre Limitação do Provimento de Cargos no TRE-SE

Embora o RGF demonstre que o TRE-SE dispõe de margem aproximada de R\$ 102 milhões até alcançar o Limite de Alerta da LRF — o que, em termos fiscais, indicaria capacidade para provimento de cargos — é fundamental esclarecer que essa folga não pode ser utilizada de forma discricionária pelos órgãos judiciais.

O provimento de cargos está condicionado, em primeiro lugar, ao disposto na Lei Complementar nº 200/2023¹, cujo art. 4º dispõe que:

Art. 4º. A criação ou o provimento de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral dependerá de autorização em lei específica e de previsão orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Esse aspecto revela que não basta haver espaço fiscal; é necessária autorização legal expressa e previsão orçamentária formal.

Em segundo lugar, a LDO 2024², estabelece, em seu art. 112, o seguinte:

Art. 112. Ficam condicionados à comprovação de adequação orçamentária e financeira, nos termos da LRF, e à existência de vagas, o provimento de cargos efetivos e a realização de concursos públicos.

¹ Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do **caput** e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

² Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências

Nesse sentido, o provimento de cargos e a realização de concursos dependem da comprovação de adequação orçamentária e financeira, além da existência de vagas autorizadas. Portanto, a folga fiscal é condição necessária, mas não suficiente, uma vez que o provimento está sujeito à existência formal de vagas liberadas e previstas nas leis orçamentárias vigentes.

A Lei Orçamentária Anual de 2025³, por meio do seu Anexo V, fixou o quantitativo máximo de 525 cargos vagas autorizados para provimento em toda a Justiça Eleitoral. Esse limite nacional não pode ser extrapolado, ainda que um Tribunal Regional Eleitoral específico tenha margem fiscal disponível. Desse modo, mesmo que o TRE-SE disponha de folga até o Limite

de Alerta, o provimento de cargos somente pode ocorrer dentro dos limites estabelecidos na LOA.

A distribuição oficial dos cargos autorizados pela LOA foi realizada pela Portaria TSE nº 236/2025⁴, que também revogou integralmente a Portaria TSE nº 89/2024⁵. O Anexo I da Portaria 236/2025 atribuiu ao TRE-SE a autorização para prover um cargo de Analista Judiciário e quatro cargos de Técnico Judiciário, totalizando cinco cargos no exercício de 2025. Antes disso, a Portaria nº 89/2024 autorizava ao TRE-SE apenas quatro cargos de Técnico Judiciário. A nova portaria, portanto, ampliou em um cargo o quantitativo anterior, especificamente com a inclusão de um Analista Judiciário, mantendo os quatro cargos de Técnico. Vejamos o inteiro teor do art. 2º da referida Portaria:

Art. 2º. Fica estabelecida a distribuição do quantitativo de cargos vagos autorizados para provimento, nos termos do Anexo V da Lei Orçamentária de 2025, entre os Tribunais Regionais Eleitorais, conforme Anexo I desta Portaria.

Em resumo, a análise conjunta das normas aplicáveis evidencia que, embora exista uma margem fiscal significativa de aproximadamente R\$ 102 milhões até o Limite de Alerta, essa disponibilidade não autoriza o provimento de cargos além do quantitativo previamente estabelecido para permitir novas nomeações, uma vez que o provimento de cargos efetivos na Justiça Eleitoral depende de autorização legal específica, de previsão orçamentária adequada e da observância dos limites definidos nas leis orçamentárias e portaria expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que fixa o quantitativo distribuído para todos os Tribunais Eleitorais.

Qualquer provimento além desse quantitativo não encontra amparo no marco legal e orçamentário vigente. Dessa forma, mesmo com a folga fiscal identificada no RGF, o

³ LEI Nº 15.080, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

⁴ PORTARIA Nº 236, DE 27 DE MAIO DE 2025, que dispõe sobre a realização dos provimentos de cargos efetivos na Justiça Eleitoral e dá outras providências.

⁵ PORTARIA Nº 89, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2024, que dispõe sobre a suspensão dos provimentos de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências.

Tribunal permanece juridicamente limitado aos cargos autorizados, uma vez que o provimento é ato vinculado e não pode ser ampliado por iniciativa administrativa.

1.2.6 Quadros demonstrativos

d) Relatório de Gestão Fiscal - período - 2º quadrimestre de 2025, anexo I

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2024 A AGOSTO DE 2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS* (b)
	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	TOTAL (ÚLTIMO 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.826.373,94	8.689.260,98	13.198.756,97	10.044.831,82	10.162.901,03	7.927.156,00	7.993.205,87	7.716.230,76	7.894.635,91	7.756.827,93	7.719.372,24	7.816.426,13	105.745.979,58	1.653.268,26
Pessoal Ativo	7.512.048,24	7.404.381,08	11.209.149,03	8.629.383,20	8.213.609,51	6.577.484,60	6.617.986,83	6.334.628,20	6.484.745,26	6.347.398,48	6.268.708,65	6.369.878,80	87.969.401,88	1.627.786,97
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.555.709,71	6.438.965,86	9.346.298,53	7.533.759,57	7.276.304,00	5.611.263,44	5.654.228,20	5.364.182,63	5.520.807,89	5.377.632,43	5.312.639,08	5.398.933,37	75.390.724,71	1.573.282,63
Obrigações Patronais	956.338,53	965.415,22	1.862.850,50	1.095.623,63	937.305,51	966.221,16	963.758,63	970.445,57	963.937,37	969.766,05	956.069,57	970.945,43	12.578.677,17	54.504,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.314.325,70	1.284.879,90	1.989.607,94	1.415.448,62	1.949.291,52	1.349.671,40	1.375.219,04	1.381.602,56	1.409.890,65	1.409.429,45	1.450.663,59	1.446.547,33	17.776.577,70	25.481,29
Aposentadorias, Reserva e Reformas	963.233,54	933.787,74	1.465.110,58	1.022.816,68	1.413.644,92	980.406,76	1.005.954,40	1.012.337,92	1.037.211,16	1.040.164,81	1.081.398,95	1.077.282,69	13.033.350,15	25.481,29
Pensões	351.092,16	351.092,16	524.497,36	392.631,94	535.646,60	369.264,64	369.264,64	369.264,64	372.679,49	369.264,64	369.264,64	369.264,64	4.743.227,55	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.272.305,60	1.237.205,70	1.087.404,83	1.549.288,20	1.873.214,19	1.298.844,29	1.329.614,60	1.332.437,49	1.337.739,16	1.343.234,52	1.378.352,21	1.391.954,53	16.431.595,32	28.126,97
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	6.810,35	1.156,25	-	1.198.196,04	-	17,79	5.240,46	1.679,83	149,61	7.070,95	112,46	17.831,04	1.238.264,78	28.126,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.265.495,25	1.236.049,45	1.087.404,83	351.092,16	1.873.214,19	1.298.826,50	1.324.374,14	1.330.757,66	1.337.589,55	1.336.163,57	1.378.239,75	1.374.123,49	15.193.330,54	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.554.068,34	7.452.055,28	12.111.352,14	8.495.543,62	8.289.686,84	6.628.311,71	6.663.591,27	6.383.793,27	6.556.896,75	6.413.593,41	6.341.020,03	6.424.471,60	89.314.384,26	1.625.141,29
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR			% SOBRE A RCL										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.518.925.094.175,61													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	90.939.525,55			0,005987										
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	214.806.386,82			0,014142										
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	204.066.067,48			0,013435										
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	193.325.748,14			0,012728										

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 19/set/2025, hora de emissão: 10h e 27min.

*. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 2.116, de 19 de setembro de 2025, publicada em 22 de setembro de 2025 no D.O.U.

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", não foi incluído o valor de R\$ 257,72, do mês de maio de 2025, pois a competência pertence ao período de apuração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

ANEXO II

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 385, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, considerando o artigo 20, inc. I, alínea "b", § 1º e § 2º, inc. III, alínea "a" da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o disposto no artigo 3º da Resolução nº 177, de 6 de agosto de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, publicada no Diário de Justiça Eletrônico - CNJ do dia 7 subsequente, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos novos limites de despesa com pessoal e encargos sociais para os órgãos da Justiça Eleitoral, constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO

ÓRGÃO	LIMITE	
	MÁXIMO	PRUDENCIAL
Tribunal Superior Eleitoral	0,043887	0,041693
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	0,008438	0,008016
Tribunal Regional Eleitoral de Amazonas	0,016665	0,015832
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	0,026791	0,025451
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	0,027840	0,026448
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	0,026573	0,025244
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	0,045926	0,043630
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	0,024499	0,023274
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	0,022278	0,021164
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	0,043771	0,041582
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	0,016634	0,015802
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	0,014142	0,013435
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	0,054804	0,052064
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	0,075975	0,072176
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	0,018054	0,017151
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	0,016168	0,015360
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	0,104158	0,098950
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	0,109259	0,103796
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	0,041926	0,039830
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	0,034829	0,033088
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	0,044636	0,042404
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	0,018402	0,017482
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	0,023358	0,022190
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	0,012479	0,011855
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	0,023563	0,022385
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	0,012396	0,011776
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	0,007387	0,007018
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	0,007820	0,007429
Justiça Eleitoral	0,922658	0,876525

Fonte: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Ago/23/diario-oficial-da-uniao-secao-1/portaria-no-385-de-22-de-agosto-de-2013-fica>

1.3 Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

1.3.1 Introdução

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) constitui um pilar estratégico para o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), sustentando seus processos críticos e contribuindo diretamente para a entrega de serviços ágeis, seguros e confiáveis.

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) atua como unidade habilitadora, garantindo o funcionamento contínuo das soluções tecnológicas, a evolução da infraestrutura, a gestão da segurança cibernética e o suporte às áreas finalísticas e administrativas.

No contexto eleitoral, a TIC assume papel ainda mais relevante ao assegurar a integridade, disponibilidade e confiabilidade dos sistemas que apoiam todas as fases do pleito. A atuação coordenada da STI, alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes de governança, mitiga riscos operacionais, fortalece a gestão de dados e contribui para a transparência e previsibilidade das operações do Tribunal.

Dessa forma, a tecnologia agrega valor à missão institucional, garantindo continuidade, conformidade e eficiência na prestação dos serviços eleitorais.

1.3.2 Estrutura da STI

A estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) foi concebida para atender de forma ágil, segura e alinhada às necessidades das unidades de negócio do Tribunal. Seu desenho institucional busca garantir especialização técnica, clareza de responsabilidades e eficiência na execução das atividades essenciais de TIC.

Conforme disposto na Resolução TRE-SE nº 41/2023, a STI é composta pelas seguintes unidades organizacionais:

I – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)

II – Coordenadoria de Sistemas Corporativos (COSIS)

a) Seção de Sistemas Judiciais (SEJUD)

b) Seção de Sistemas Eleitorais (SESEL)

c) Seção de Engenharia e Arquitetura de Dados (SEADA)

d) Núcleo de Apoio a Sistemas Corporativos (NAS)

III – Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)

a) Seção de Apoio ao Usuário (SEAPU)

b) Seção de Suporte Operacional (SESOP)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- c) Seção de Administração de Urnas (SEAUE)
- d) Núcleo de Apoio à Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (NAI)
- e) Núcleo de Apoio a Contratações de Tecnologia de Informação e Comunicação (NAC)
- IV – Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN-STI)
- V – Assessoria Técnica de Ciência de Dados (ASCID)
- VI – Assessoria Técnica de Segurança Cibernética (ASSEC)

1.3.3 Referencial estratégico

O Referencial Estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) é definido por sua Missão, Visão e Valores.

A Missão é prover soluções tecnológicas eficazes para apoiar o TRE-SE em sua função institucional. A Visão é ser reconhecida pela excelência em serviços e soluções de TIC na Justiça Eleitoral. Os Valores da STI incluem colaboração, foco em resultados, transparência, inovação e valorização das pessoas.

1.3.4 Principais atividades

As principais atividades desenvolvidas pela STI no biênio 2024-2025 foram as seguintes:

1.3.5 Governança e gestão de TI

1.3.5.1 Desempenho no iGovTIC-JUD 2023

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza anualmente o iGovTIC-JUD, instrumento previsto no artigo 11 da Resolução CNJ nº 370/2021, que avalia a maturidade em Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos do Poder Judiciário. Esse levantamento permite mensurar o nível de aderência das instituições às boas práticas de governança, gestão, segurança da informação, infraestrutura e serviços digitais, funcionando como referência para o aprimoramento contínuo da área de TIC.

No ciclo de 2024, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe registrou um avanço expressivo, evoluindo do nível “Aprimorado” para o nível de maturidade “Excelência”. A pontuação geral passou de 87,63 (2023) para 95,16 (2024), resultado que refletiu melhorias significativas na organização dos processos, na governança das soluções tecnológicas e na adoção de práticas alinhadas às diretrizes do CNJ. Essa evolução também se traduziu em

ganho de posicionamento: o Tribunal subiu da 50ª para a 14ª colocação no ranking geral, destacando-se ainda como 5º colocado tanto entre os Tribunais Regionais Eleitorais quanto entre os órgãos de pequeno porte.

O nível “Excelência” foi mantido no ciclo de 2025, consolidando a maturidade alcançada e demonstrando consistência na gestão da área. Com 94,20 pontos no índice geral, o Tribunal ocupou a 20ª posição entre os 94 órgãos avaliados nacionalmente e permaneceu entre os dez primeiros do segmento Eleitoral. O desempenho reiterou o comprometimento institucional com a governança de TIC, evidenciando a aplicação contínua de boas práticas e o alinhamento às diretrizes estratégicas estabelecidas pelo CNJ.

1.3.5.2 Deliberações dos comitês relacionados à TI

A STI desempenha um papel vital em dois comitês estratégicos: o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGovTI) e o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação (CGesTI).

O CGovTI é responsável pela avaliação, direção e monitoramento global das iniciativas de TIC, assegurando que as estratégias estejam alinhadas com os objetivos organizacionais e regulamentações vigentes.

O CGesTI, por outro lado, concentra-se na gestão operacional de TIC, abrangendo o planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das soluções de tecnologia.

Esta estrutura dual permite uma abordagem abrangente e eficaz na implementação e supervisão de soluções tecnológicas, garantindo a otimização dos recursos e a eficiência no atendimento das necessidades do TRE-SE.

1.3.5.3 Principais deliberações do Comitê de Governança de TI (CgovTI) nos exercícios de 2024 e 2025

Comitê de Governança de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2024		
Data	Objetivo	Deliberações
23/2	Aprovação do PDTIC e do PCSTIC	Avaliação e aprovação do Plano de Contratações de Soluções de TIC 2024 e atualização do Plano Diretor de TIC (PDTIC 2023-2024), submetidos pelo CgesTI.
26/4	Definição de metas para gestores e técnicos da STI	Foram definidas e aprovadas: metas para gestores e técnicos de TIC; cronograma com atualização trimestral e elaboração de relatório gerencial para revisão pelo CGovTI.
28/5	Revisão dos normativos	Aprovação da proposta de revisão das portarias e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Quadro 6: Principais deliberações do Comitê de Governança de TI (CGovTI)

Comitê de Governança de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2024		
Data	Objetivo	Deliberações
	de TIC	regulamentos de TIC do TRE-SE para garantir conformidade com legislação e regulamentação aplicáveis.
6/6	Apresentação da relação de normativos revisados	CGesTI apresentou a relação dos normativos revisados, incluindo a Portaria TRE-SE Nº 494/2024, que modificou a Política de Governança Corporativa de TIC e alterou a frequência das reuniões dos comitês de TIC.
11/7	Relatório de Satisfação dos Usuários de TIC	Apresentação do Relatório de Satisfação dos Usuários de TIC de 2023, destacando alto nível de satisfação e tendência de melhoria contínua.
6/8	Visão geral do levantamento iGovTIC- JUD 2024	Presidente do CGovTI apresentou as etapas do levantamento do iGovTIC-JUD e a decisão dos secretários de TIC de responder às questões de computação em nuvem considerando o TSE como provedor interno da Justiça Eleitoral.
3/9	Andamento dos trabalhos do iGovTIC- JUD 2024	Informações sobre o andamento dos trabalhos de coleta, consolidação e preenchimento do iGovTIC- JUD 2024, com contestações de itens reprovados pelo CNJ, enviadas com novas evidências pelo SNMC-TIC.
15/10	Resultado do levantamento e avaliação do relatório de desempenho	Reconhecimento do nível "Excelência" no iGovTIC- JUD 2024, com elevação de pontuação e propostas de melhoria para 2025 focadas na transformação digital e LGPD.
12/11	Mecanismo de autenticação multifator no sistema de concursos internos de remoção de servidores	Avaliou parecer técnico da Seção de Sistemas Eleitorais (SESEL) e autorizou a continuação dos trabalhos de implementação do mecanismo de autenticação multifator no sistema de concursos internos de remoção de servidores.
19/12	Aprovação do Plano de Contratações de TIC para 2025	Após análise detalhada e discussão, aprovou-se o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCSTIC) 2025.

Fonte: Comitê de Governança de TI (CGovTI)

Quadro 7: Principais deliberações do Comitê de Governança de TI (CGovTI)

Comitê de Governança de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2025		
Data	Objetivo	Deliberações
09/01	Priorização dos projetos do Portfólio de TI	Foi realizada a leitura dos projetos do portfólio, com exposição dos gestores sobre desafios e necessidades. Em seguida, definiu-se a

Quadro 7: Principais deliberações do Comitê de Governança de TI (CGovTI)

Comitê de Governança de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2025		
Data	Objetivo	Deliberações
		priorização dos novos projetos.
10/02	Aprovação do Plano Diretor de TIC (PDTIC) 2025–2026	O Comitê aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação referente ao ciclo estratégico 2025–2026
27/03	Ciência do Relatório de Projetos de TIC – 1º trimestre de 2025	O Comitê tomou ciência do relatório de análise dos projetos de TIC referentes ao primeiro trimestre de 2025, elaborado pela STI em conformidade com a Resolução CNJ nº 370/2021.
07/04	Aprovação do Plano de Trabalho da ENTIC-JUD 2021–2026	O CGovTI aprovou a atualização do Plano de Trabalho da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), com 85% das iniciativas concluídas e sete pendentes até 2026.
05/05	Apresentação do Relatório de Monitoramento das Metas dos Técnicos e Gestores de TIC	O Comitê aprovou o Relatório de Monitoramento das Metas dos Técnicos e Gestores de TIC – Exercício 2024, recomendando a manutenção da prática em razão de seus resultados positivos para a governança de TIC.
25/06	Aprovação do Processo de Gerenciamento de Ciclo de Vida do Software	O Comitê tomou ciência das principais atualizações do processo, especialmente quanto às atividades relacionadas ao desenvolvimento seguro de software.
15/07	Prestação de informações sobre segurança cibernética no Tribunal	O Comitê registrou ciência das campanhas de conscientização em segurança cibernética e da implantação de ferramentas de gestão de identidades, controle de acesso e autenticação multifator (MFA).
14/08	Priorização de projetos do Portfólio de TI	Reunião presencial destinada à priorização de novos projetos do portfólio de TI. Mantiveram-se os cancelados e sobrestados da reunião de 09/01/2025. Foram priorizados, entre outros, os projetos Robô JUDiTI 2026, Painéis de Gerenciamento de Processos e Gerenciamento de Terceirizados.
25/09	Ciência sobre ações de valorização e retenção do pessoal de TIC	O Comitê tomou ciência e parabenizou a STI pela criação de mecanismos de valorização de servidores, como o art. 5º da Portaria nº 85/2025 (critérios para designações) e o programa “TIC+ Valor”.
20/10	Ciência de resultados e indicadores de TIC consolidados até setembro de 2025	O Comitê registrou ciência dos resultados apresentados pela STI, destacando o alto índice de conformidade com a ENTIC-JUD e a execução consistente das ações do Plano de Demandas Internas. Reforçou a necessidade de atualização do painel gerencial com os dados de outubro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Quadro 7: Principais deliberações do Comitê de Governança de TI (CGovTI)

Comitê de Governança de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2025		
Data	Objetivo	Deliberações

Fonte: Comitê de Governança de TI (CGovTI)

1.3.5.4 Principais deliberações do Comitê de gestão de TI (CGesTI) nos exercícios de 2024 e 2025

Quadro 8 : Principais deliberações do Comitê de gestão de TI (CGesTI)

Comitê de Gestor de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2024		
Data	Objetivo	Deliberações
26/1	Estratégia de inteligência de negócios e análise de dados	Proposta de consolidar painéis de inteligência de negócios em um único portal, com treinamento para gestores tomarem decisões estratégicas com base nos relatórios e gráficos.
20/2	Plano de Contratações de Soluções de TIC (PCSTIC) 2024	Apresentação das principais iniciativas do Plano de Contratações de STIC 2024 pelo Núcleo de Apoio à Contratação (NAC).
25/3	Revisão de processos de gestão de TIC	Revisão dos processos de Planejamento Orçamentário, Riscos, Gerenciamento de Projetos, Contratos, Configuração e Ativos de Serviço.
15/4	Definição de metas para gestores e técnicos da STI	Estabelecimento de critérios para metas da STI, com consolidação dos dados em planilha e atualizações quadrimestrais.
23/4	Monitoramento dos indicadores do PDTIC 2023-2024	Resumo dos indicadores de TIC até abril de 2024, com 50% dos estudos técnicos do PCSTIC 2024 concluídos.
17/5	Avaliação do Relatório de Capacitação de TIC 2023	O Plano de Capacitação de TIC (2021-2023) foi aprovado e enviado para avaliação do CGovTI.
27/5	Monitoramento da Política de Gestão de Pessoas de TIC	Análise bianual de rotatividade na área de TIC, com taxa de 4,5% em 2023, evidenciando a efetividade das políticas de retenção de pessoal.
3/6	Alteração na Política de Governança Corporativa de TIC	Aprovação de revisão para adequar a nomenclatura e manter conformidade com leis e regulamentos.
17/6	Revisão de processos de gerenciamento de serviços de TIC	Apresentação dos processos de Gerenciamento de TIC, que foram revisados para atender às necessidades do Tribunal, destacando impacto da escassez de recursos humanos.
12/7	Discussão das regras do iGovTIC- JUD 2024	Síntese do levantamento iGovTIC-JUD 2024, com instruções para consolidação de evidências no SEI.
19/7	Proposta de alteração no cálculo de rotatividade	Proposta de utilizar servidores que saíram definitivamente do órgão como base de cálculo de rotatividade, acatada para 2025.

Quadro 8 : Principais deliberações do Comitê de gestão de TI (CGesTI)

Comitê de Gestor de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2024		
Data	Objetivo	Deliberações
	do pessoal de TIC	
5/8	Monitoramento dos indicadores do PDTIC 2023-2024	Evolução de 6,83% no Índice de Contratações e aumento no percentual de ações concluídas do Plano de Demandas Internas (PDI).
15/8	Revisão dos processos de TIC	Presidente do CGesTI informou ao CGovTI sobre contestações de evidências reprovadas, enviadas com novos recursos pelo SNMC-TIC.
3/9	Informar o CGovTI sobre o iGovTIC- JUD	Presidente do CGesTI informou ao CGovTI sobre contestações de evidências reprovadas, enviadas com novos recursos pelo SNMC-TIC
18/9	Apresentação da nova versão do PDTIC	Alterações no PDTIC para refletir a situação atual de recursos humanos e indicadores, facilitando a alocação eficiente de recursos.
11/10	Relatório de Avaliação do iGovTIC- JUD 2024	Aprovação de melhorias para 2025, considerando cumprimento de itens de LGPD e assinatura digital.
22/10	Nova versão do processo de trabalho "Gerenciamento de Capacitação de TIC	Foram avaliadas a nova versão do processo "Gerenciamento de Capacitação de TIC e os riscos associados a sua execução, conforme diretrizes da COPEG.
30/10	Implementação de sistema de concursos internos de remoção	Foram discutidos a implementação do novo sistema, sua aprovação estratégica e alinhamento com as diretrizes institucionais. Foi apresentada a análise de segurança da informação, com destaque para riscos relacionados às credenciais de acesso. Também foi abordada a viabilidade da implementação da autenticação multifator como medida de mitigação de riscos.
14/11	Monitoramento do PDTIC	Foram apresentados os resultados da evolução dos indicadores do PDTIC até outubro de 2024.
27/11	Implantação sistema Janus	A reunião abordou a implantação do sistema Janus no TRE-SE, com base na experiência do TRE-BA. Foram discutidos os requisitos técnicos, o esforço estimado de duas semanas para a implementação e a necessidade de integrações com APIs do TSE. Também foi mencionada a realização de uma reunião entre as áreas de negócio do TRE-BA e do TRE-SE para tratar da parametrização do sistema.
12/12	Resultados de desempenho dos gestores e técnicos da STI e cumprimento da Portaria TRE-SE nº 1020/2023	A reunião tratou da coleta de resultados de desempenho dos gestores e técnicos da STI, a serem organizados em um relatório para deliberação do CGOVTI. Também foi reforçada a necessidade de cumprimento da Portaria TRE-SE nº 1020/2023, incluindo ações estratégicas no PDTIC. Decidiu-se que as unidades envolvidas na implantação dos projetos definirão prazos e etapas de execução para deliberação na próxima reunião do CGesTI.
19/12	PCSTIC 2025	Leitura da minuta do Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCSTIC) 2025, que será submetida para aprovação do CGOVTI e posterior publicação no site da internet e na plataforma CONNECT-JUS do CNJ

Fonte: Comitê de gestão de TI (CGesTI)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Quadro 9: Principais deliberações do Comitê de gestão de TI (CGesTI)

Comitê de Gestor de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2025		
Data	Objetivo	Deliberações
09/01	Avaliar demandas pendentes e andamento de contratações de TIC	O Comitê analisou o status das contratações em curso e deliberou sobre ajustes de cronograma e priorização de entregas.
23/01	Atualização do Plano de Ações de Governança de TIC	Foram revisadas ações de 2024 e incluídas novas iniciativas para 2025, com definição de responsáveis e prazos.
07/02	Acompanhar a execução do PDTIC 2025–2026	A STI apresentou o relatório de execução das metas do PDTIC; o comitê recomendou reforço no controle de indicadores de desempenho.
20/02	Planejamento das capacitações técnicas para 2025	Deliberou-se pela priorização de cursos de segurança da informação, análise de dados e gestão de projetos.
07/03	Avaliação de contratos estratégicos de TIC	O comitê examinou o desempenho dos contratos de outsourcing e suporte técnico, recomendando revisões contratuais.
21/03	Monitoramento do Plano de Contratações de TIC (PCSTIC) 2025	O CGESTI tomou ciência do andamento das contratações planejadas e aprovou ajustes de cronograma.
04/04	Avaliação das ações de segurança da informação	O comitê analisou a execução do Plano de Segurança e as recomendações de auditoria interna, aprovando medidas corretivas.
18/04	Atualização sobre projetos estratégicos em desenvolvimento	O comitê tomou ciência do progresso dos projetos do portfólio e reforçou o acompanhamento junto às áreas demandantes.
09/05	Revisão das metas de desempenho de TIC 2025	Foram ajustadas metas e indicadores da STI para o exercício corrente.
23/05	Análise do relatório do 1º trimestre de TIC	O comitê tomou ciência dos resultados do 1º trimestre e recomendou medidas de otimização de recursos.
06/06	Avaliação do andamento do PCSTIC	O CGESTI analisou as contratações em execução, destacando economia obtida em licitações recentes.
20/06	Discussão sobre gestão de riscos de TIC	O comitê revisou o mapa de riscos de TIC e aprovou o plano de mitigação atualizado.
04/07	Monitoramento dos projetos de transformação digital	A STI apresentou o progresso dos projetos digitais; o comitê reforçou a integração entre as áreas envolvidas.
18/07	Acompanhamento das ações de continuidade de serviços	O comitê avaliou o plano de continuidade e testou cenários de contingência de infraestrutura
08/08	Revisão das metas intermediárias de TIC	Foram discutidos os resultados parciais do semestre e ajustadas as metas de desempenho.
22/08	Avaliação do desempenho contratual de fornecedores	O comitê analisou relatórios de avaliação de fornecedores e deliberou sobre eventuais sanções e renovações.

Quadro 9: Principais deliberações do Comitê de gestão de TI (CGesTI)

Comitê de Gestor de TI (CgovTI) EXERCÍCIO DE 2025		
Data	Objetivo	Deliberações
05/09	Análise dos indicadores de TIC – 3º trimestre	O CGESTI tomou ciência dos resultados até agosto e recomendou priorizar ações de segurança e automação.
19/09	Acompanhamento do plano de demandas internas	O comitê revisou o status das demandas internas e validou a nova sistemática de controle de prazos.
03/10	Apreciação de relatório consolidado de TIC	O CGESTI registrou ciência do relatório consolidado de resultados de TIC até setembro.
17/10	Avaliação final das ações de 2025 e planejamento para 2026	O comitê realizou balanço das iniciativas do ano e definiu diretrizes preliminares para o exercício seguinte.

Fonte: Comitê de gestão de TI (CGesTI)

1.3.5.5 Monitoramento da estratégia de TIC

A estratégia de tecnologia da informação e comunicação do Tribunal é efetivada por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), atualizado anualmente. Os resultados do PDTIC são monitorados de forma sistemática, garantindo o cumprimento das metas e a eficiência na execução das atividades de TIC. O monitoramento se dá por meio de dois eixos principais:

a) Acompanhamento dos Indicadores de Resultado: metas e indicadores específicos foram definidos para cada um dos oito objetivos estratégicos de TIC, fornecendo uma análise quantitativa do progresso e uma avaliação objetiva do desempenho;

b) Monitoramento mensal das ações de TIC: o Plano de Demandas Internas (PDI), anexo ao PDTIC, detalha todas as atividades de TIC do ano. A revisão mensal destas ações assegura o alinhamento com as diretrizes estratégicas e a aderência aos prazos.

1.3.5.5.1 Avaliação dos Indicadores de Desempenho**Quadro 10: Avaliação dos Indicadores de Desempenho do Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2024**

Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2024					
Objetivo Estratégico		Indicador de Resultado			
Código	Descrição	Código	Descrição	Meta	Resultado
OE-1	Fomentar uma cultura centrada no usuário	ITIC-1	Índice de satisfação dos usuários de TIC	Nota >= 80%	99,16%
OE-2	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	ITIC-2	Índice de execução do Plano de Transformação Digital (PTD)	Nota >= 70%	6%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Quadro 10: Avaliação dos Indicadores de Desempenho do Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2024

Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2024					
Objetivo Estratégico		Indicador de Resultado			
Código	Descrição	Código	Descrição	Meta	Resultado
OE-3	Promover a melhoria contínua da equipe da STI	ITIC-3	O percentual de execução dos treinamentos de TI registrados no Plano Anual de Contratações (PAC).	70%	100%
OE-4	Fomentar a busca conjunta por soluções	ITIC-4	Índice de Iniciativas realizadas em colaboração com outros órgãos do Judiciário	Projeto >= 1	1
OE-5	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	ITIC-5	Índice de avaliação do iGovTIC-JUD	90	95,16
OE-6	Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	ITIC-6	Índice de contratações de TIC realizadas	80%	95%
OE-7	Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados	ITIC-7	Índice de serviços críticos com gestão de riscos	65%	100%
OE-8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	ITIC-8	Índice de execução do Plano de Demandas Internas (PDI)	70%	56%

Fonte: Comitê de gestão de TI (CGesTI)

1.3.5.5.2 Avaliação dos Indicadores de Desempenho

Quadro 11: Avaliação dos Indicadores de Desempenho do Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2025

Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2025					
Objetivo Estratégico		Indicador de Resultado			
Código	Descrição	Código	Descrição	Meta	Resultado
OE-1	Fomentar uma cultura centrada no usuário	ITIC-1	Índice de satisfação dos usuários de TIC	Nota >= 80%	99,54%
OE-2	Apoiar a transformação digital do TRE-SE com soluções inovadoras	ITIC-2	Índice de execução do Plano de Transformação Digital (PTD)	Nota >= 70%	9%
OE-3	Promover a melhoria contínua da equipe da STI	ITIC-3	O percentual de execução dos treinamentos de TI registrados no Plano Anual de Contratações (PAC).	70%	48%
OE-4	Fomentar a busca conjunta por soluções	ITIC-4	Índice de Iniciativas realizadas em colaboração com outros	Projeto >= 1	1

Quadro 11: Avaliação dos Indicadores de Desempenho do Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2025

Progresso dos Objetivos de Tecnologia da Informação 2025					
Objetivo Estratégico		Indicador de Resultado			
Código	Descrição	Código	Descrição	Meta	Resultado
			órgãos do Judiciário		
OE-5	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	ITIC-5	Índice de avaliação do iGovTIC-JUD	90	94,20
OE-6	Aprimorar as aquisições e contratações de soluções de TIC	ITIC-6	Índice de contratações de TIC realizadas	80%	83,3%
OE-7	Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados	ITIC-7	Índice de serviços críticos com gestão de riscos	65%	
OE-8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades a um custo aceitável	ITIC-8	Índice de execução do Plano de Demandas Internas (PDI)	70%	41,46%

Fonte: Comitê de gestão de TI (CGesTI)

1.3.6 Atividades relacionadas às eleições

Visando à racionalização dos recursos, otimização do tempo e para evitar atropelos na execução das atividades, foi elaborado o planejamento englobando todas as atividades afetas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do processo eleitoral para as Eleições, conforme demonstrado a seguir.

1.3.6.1 Procedimentos relacionados ao suporte

Durante o período eleitoral a STI encaminhou diversas informações/orientações aos Cartórios Eleitorais relacionadas aos procedimentos técnicos das eleições, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos atinentes ao cronograma operacional do cadastro e ao Calendário Eleitoral.

1.3.6.2 Participação de equipes em diversos simulados

No período que antecede as eleições o TSE programa a realização de testes simulados que tem como objetivo testar as funcionalidades de diversos sistemas e de equipamentos. Na tabela a seguir constam as informações relacionadas aos principais testes realizados

Evento de Testes	Data/Período
13 ° Simulado Nacional de Hardware - SNH	1 a 18/04/23
2º Teste de Desempenho da Totalização 2024 – TDTOT2024	24 a 26/04/23
3º Teste de Desempenho da Totalização 2024 - TDTOT2024-III	2 a 5/07/23



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Simulado Nacional de Totalização e Ecosistema da Urna 2024 - SNTOTUE2024 e 14º Simulado Nacional de Hardware – SNH	5 a 23/08/23
4º Teste de Desempenho da Totalização 2024 – TDTOT2024-IV	21 a 23/08/23
5º Teste de Desempenho da Totalização 2024 - TDTOT2024-V	8/09/23

1.3.6.3 Procedimentos relacionados às cerimônias públicas

Como já é costumeiro nas eleições, foi elaborado o planejamento das diversas cerimônias públicas, relacionadas aos dois turnos das eleições, com a designação de datas e horários, além da publicação de editais conforme demonstrado no quadro a seguir:

Evento	Data/Período
Geração de Mídias para o 1º turno	20, 21 e 23/09/2024
Preparação das urnas eletrônicas para o 1º turno	21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 30/09 e 1º/10/2024
Geração de Mídias para o 2º turno	15/10/2024
Preparação das urnas eletrônicas para o 2º turno	16 a 18/10/2024

1.3.6.4 Procedimentos relacionados aos treinamentos

Para as eleições de 2024, a STI programou treinamentos, nas modalidades presencial e remota, abordando os seguintes temas: Sistema de Apuração (SA), Procedimentos de Suporte Durante a Votação, Recuperador de Dados, Sistema Transportador, Sistema de Totalização e Sistema de Ocorrências. Os treinamentos foram destinados aos servidores da Secretaria do Tribunal que prestaram apoio aos cartórios eleitorais, aos servidores das Zonas Eleitorais e ao Apoio Logístico convocado pelas zonas eleitorais.

1.3.6.5 Procedimentos realizados com as urnas eletrônicas:

- a) Preparação de 1.000 urnas eletrônicas com vistas a viabilização de treinamentos diversos;
- b) Realização de testes exaustivos, executando a substituição de baterias com a vida útil comprometida e a realização de carga das baterias das 7.063 urnas eletrônicas; e
- c) Substituição das bobinas das 7.063 urnas eletrônicas.

1.3.6.6 Organização dos procedimentos de geração de mídias:

Os procedimentos de geração de mídias que consiste na realização de cópias dos programas lacrados pelo TSE, dados de candidatos e eleitores para mídias (pendrive e flash card).

Os trabalhos de geração de mídias foram realizados em cerimônias públicas ao longo de quatro dias, sendo três destinados ao 1º turno e um ao 2º turno das eleições de 2024. A

tabela abaixo apresenta os quantitativos de mídias preparadas, conforme o modelo de urna eletrônica.

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS DE MÍDIAS UTILIZADAS		
Tipo	Descrição/Finalidade	Quant.
Votação	Mídias inseridas nas urnas eletrônicas no momento da preparação	11.516
Resultado		
CTG	Votação (para uso de contingência)	320
ADH	Alteração de Data e Hora	210
RED	Recuperador de Dados	430
SA	Sistema de Apuração	87
VPP	Verificação Pré-Pós Eleição	87
AVPART	Verificador de Integridade e Autenticidade dos Sistemas Eleitorais	87
Total		12.737

1.3.6.7 Organização dos procedimentos de preparação de urnas eletrônicas para as eleições 2024

Os trabalhos de preparação das urnas eletrônicas foram realizados em cerimônias públicas ao longo de 10 (dez) dias, sendo 9 (nove) destinados ao 1º turno e 1 (um) dia para o 2º turno das eleições 2024. Foram utilizadas 6.812 urnas eletrônicas, sendo 5.758 nas seções ativas e 1.054 como reserva técnica.

1.3.6.8 Informações relacionadas às eleições comunitárias realizadas em 2024 e 2025

Apresentamos a seguir um resumo das eleições comunitárias conduzidas em 2024 e 2025:

Eleições Comunitárias Realizadas			
Instituição Requerente	Data da Eleição	Quantidade de Urnas Eletrônicas	Quantidade de Eleitores
Colégio Liceu	02/04/24	3	606
Colégio Salesiano	16/03/24	3	759
Colégio Liceu	25/02/25	3	698
Colégio Salesiano	18/03/25	3	676
Colegio D. Marieta (Boquim)	27/03/25	3	273



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Eleição – Aracaju Previdência	18/06/25	13	10824
Ouvidoria – Mutirão Pop Rua AJU	24/10/25	3	1000
CRO-SE (Conselho de Odontologia)	28/11/25	5	2413

1.3.6.8.1 Etapas críticas para a execução bem-sucedida das eleições parametrizadas:

- Configuração dos dados eleitorais usando o Kit Parametrizador.
- Geração de mídias e carga dos dados nas urnas eletrônicas.
- Capacitação dos mesários envolvidos no processo eleitoral.
- Suporte técnico integral no dia da eleição.

1.3.7 Atividades relacionadas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas

2024

- Adaptação do robô Hórus para as Eleições 2024, em conjunto com a ASCID;
- Desenvolvimento de painéis de BI para acompanhamento do Registro de
- Candidaturas;
- Apoio à implantação e testes do sistema JANUS do TRE-BA;
- Evolução do BI Institucional, consolidando soluções em ambiente centralizado;
- Sustentação e adequações das soluções de BI do TRE-GO, em conjunto com a ASCID;
- Evolução do BI Administrativo e Financeiro (DataADM@SE), em conjunto com a ASCID;
- Implantação interna da Solução de Indicadores do CNJ 2024 (Elastic para Datamart);
- Desenvolvimento e suporte a profissionais terceirizados de apoio negocial e BI;
- Sustentação dos sistemas Pré-Eleição e de Ocorrências das Eleições 2024;
- Implantação do sistema Agenda de Autoridades (TRE-MA);
- Implantação do novo sistema de Remoção Interna (TRE-MS);
- Implantação das versões 2024 do Validador do CNJ, com novos critérios do DATAJUD;
- Atualizações do Sistema Atena-JUD para novos recursos e envio de arquivos ao CNJ;
- Qualificação de dados processuais e envio de carga completa ao CNJ;
- Evolução do módulo SEI de diárias e passagens (adequação ao SEI 4.0);
- Disponibilização de API e dados abertos das Sessões Plenárias para Ranking de Transparência;
- Atualização do Sistema de Transparência de RH (TransparênciaDadosServidor);
- Desenvolvimento de novos módulos do Sistema de Frota Eleitoral das Eleições 2024;

- Concepção inicial do Sistema de Colaboradores da Segurança Pública para 2026;
- Atualização do sistema CONDIRF do TSE;
- Preparação do Sistema Gestoc para o exercício de 2024;
- Apoio à atualização do SEI para a versão 4.0;
- Implantação do sistema SitDoc;
- Sustentação do Portal do Servidor;
- Atualização da infraestrutura de desenvolvimento;
- Modernização e padronização da arquitetura de software;
- Implementação de políticas de segurança no desenvolvimento;
- Participação em grupos de trabalho de Dados Abertos e apoio à Política de Dados Abertos;
- Realização de treinamentos técnicos nas áreas de dados, desenvolvimento, arquitetura, UX e segurança;
- Realização de avaliações técnicas e estudos de viabilidade;
- Ações relacionadas à Plataforma Digital do Poder Judiciário;
- Suporte e sustentação dos sistemas internos;
- Participação em comissões e grupos de trabalho do TRE-SE.

2025

- Desenvolvimento do robô Theo para apoio às sessões plenárias;
- Evolução do BI Institucional (Plataforma Sabiá);
- Desenvolvimento do Sistema de Colaboradores da Segurança Pública para as Eleições 2026;
- Implementação e evolução das políticas de segurança no desenvolvimento;
- Desenvolvimento de novos painéis de monitoramento, em conjunto com a ASCID;
- Sustentação e adequações das soluções de BI do TRE-GO, em parceria com a ASCID;
- Evolução do DataADM@SE, em conjunto com a ASCID;
- Definição de diretrizes de governança e gestão das soluções de BI;
- Desenvolvimento e suporte a profissionais terceirizados de apoio negocial e BI;
- Início da adaptação do robô Hórus para as Eleições 2026;
- Implantação das versões 2025 do Validador do CNJ;
- Atualizações do Sistema Atena-JUD e envio de dados ao CNJ;
- Qualificação de dados e nova carga completa ao CNJ;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- Apoio à contratação de serviços de sustentação de sistemas;
- Atualização do sistema CONDIRF do TSE;
- Preparação do Sistema Gestoc para 2025;
- Sustentação do Portal do Servidor;
- Atualização da infraestrutura de desenvolvimento;
- Prova de conceito do Jira Data Center do TSE;
- Realização de treinamentos técnicos;
- Avaliações técnicas e estudos de viabilidade;
- Ações relacionadas à Plataforma Digital do Poder Judiciário;
- Suporte e sustentação dos sistemas internos;
- Participação em comissões e grupos de trabalho do TRE-SE

1.3.8 Atividades relacionadas à infraestrutura de TIC

2024

- Atualização do SEI para a versão 4.0;
- Implementação de novo player para rádio web;
- Contratação de suporte continuado à infraestrutura de TIC;
- Aquisição de certificados digitais para sustentação da solução Desktop;
- Implantação da solução de BI do TRE-GO;
- Apoio à contratação de gravação e publicação de vídeos do Teste de Integridade;
- Configuração e movimentação de nó de firewall para o site de backup;
- Migração das operadoras de acesso à internet;
- Contratação de ferramentas de edição audiovisual;
- Migração de dados do ITAR para o SitDoc;
- Instalação do parque de TI da Central de Cartórios;
- Aquisição de licença de software para painéis de BI;
- Contratação de bens de TIC para as Eleições 2024;
- Troca da solução de rede sem fio na Sede e Central de Cartórios;
- Aplicação de patches Oracle;
- Atualização do parque de microcomputadores;
- Atualização do Zimbra para versão mais recente.

2025

- Contratação de certificados digitais;
- Aquisição de monitores;
- Aquisição de licença de videoconferência;
- Contratação de suporte continuado para infraestrutura de 1º e 2º níveis;
- Contratação de solução de segurança NAC com microsegmentação;
- Apoio técnico para aquisição de nobreaks;
- Aquisição de appliances de backup;
- Contratação de licenças corporativas do GitLab;[
- Implantação da solução CKAN.

1.3.9 Atividades relacionadas à Ciência de Dados

2024

- Apoio à COSIS nas áreas de arquitetura e engenharia de dados;
- Apoio à COSIS em soluções de análise e inteligência de negócios;
- Implantação do sistema JANUS para apoio à prestação de contas das Eleições 2024;
- Sustentação dos painéis e relatórios administrativos e financeiros, em conjunto com
- a COSIS;
- Implantação da Solução de Indicadores do CNJ 2024;
- Sustentação do BI do TRE-GO e evolução do BI Institucional (Plataforma Sabiá);
- Governança e gestão das soluções de BI, em conjunto com a COSIS;
- Desenvolvimento de novos painéis de monitoramento, em conjunto com a COSIS;
- Sustentação e desenvolvimento de novas funções do sistema Hórus para o
- Registro de Candidaturas.

2025

- Atualização da infraestrutura de arquitetura de dados da ASCID e COSIS;
- Apoio à configuração do JANUS;
- Apoio à contratação de ferramenta de analytics;
- Desenvolvimento inicial de modelo de Inteligência Artificial (iGovTIC);
- Evolução do sistema Hórus para as Eleições 2026.

1.3.10 Atividades relacionadas à segurança da informação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

2024

- Monitoramento e execução de ações nas soluções de segurança (SIEM, WAF, Firewall, XDR, Auditoria do Active Directory etc.);
- Acompanhamento dos indicadores de TIC;
- Monitoramento de incidentes em outros órgãos para prevenção de ataques;
- Avaliação de riscos em cibersegurança;
- Coordenação da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR);
- Implementação das práticas recomendadas dos CIS Controls v8;
- Emissão de comunicados internos sobre segurança;
- Realização de reuniões técnicas;
- Orientações aos usuários quanto a boas práticas e riscos cibernéticos.
- Seminário Internacional de Cibersegurança nas Cortes Superiores (STF);
- Evento Técnico de Segurança da Informação do TRE/MS;
- Semana de Cibersegurança da Justiça Eleitoral;
- Mitigação de riscos do Active Directory;
- Múltiplo Fator de Autenticação (MFA);
- Segurança em Backup, Nuvem e PAM;
- Web Application Firewall;
- EC-Council Certified Ethical Hacker v12;
- Gerenciamento de Endpoint;
- Gestão e Continuidade de Negócios;
- Comunicação não violenta.

2025

- Ampliação da equipe com analista terceirizado de cibersegurança;
- Monitoramento e ações nas soluções de segurança (SIEM, WAF, Firewall, XDR, MFA, Auditoria de AD etc.);
- Acompanhamento dos indicadores de TIC;
- Monitoramento de ataques registrados em outros órgãos para prevenção interna;
- Avaliação de riscos em ativos de TIC;
- Coordenação da ETIR;
- Implementação contínua dos CIS Controls v8;
- Aquisição de soluções para fortalecimento das camadas de segurança;
- Realização de testes de phishing;
- Emissão de alertas e orientações na intranet;
- Reuniões técnicas de segurança cibernética;
- Orientações aos usuários sobre prevenção a spam, phishing e ameaças correlatas.

- EC-Council Incident Handler;
- II Cybersecurity Immersion Week TRE/PA;
- XXV Simpósio Brasileiro de Cibersegurança (SBS);
- Curso FortiNAC;
- Curso Fortigate;
- Treinamento na ferramenta Fortify;
- Fundamentos de segurança da informação na transformação digital;
- Proteção de dados pessoais no setor público;
- IV Fórum de Enfrentamento à Desinformação;
- Gerenciamento de conflitos;
- Comunicação assertiva;
- Andragogia;
- Gerenciamento de estresse;
- Liderança humanizada e desenvolvimento de competências;
- Diversidade e inclusão (módulos consolidados em um único item);
- Prevenção e enfrentamento do assédio sexual e moral;
- Boas práticas no uso do SEI.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

1.4 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

1.4.1 Apresentação

A Secretaria de Gestão de Pessoas é constituída pelas seguintes unidades: Assessoria de Planejamento e Gestão de Pessoas (ASPLAN-SGP), Assessoria Técnica de Pessoal (ASTEP), Coordenadoria de Assistência à Saúde e Benefícios (COASA), Coordenadoria de Desenvolvimento Humano (CODES) e Coordenadoria de Pessoal (COPEs), as quais respondem diretamente ao Secretário de Gestão de Pessoas.

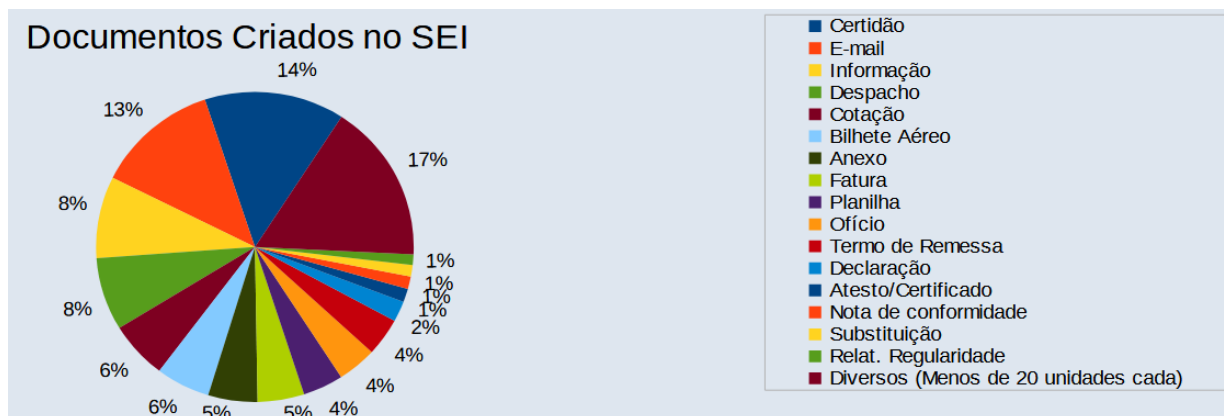
De forma sucinta, destacamos as principais atividades desenvolvidas no período de dezembro de 2023 a novembro de 2025.

1.4.2 Assessoria de Planejamento e Gestão – ASPLAN-SGP

1.4.2.1 Atividades realizadas

- a) Monitoramento e lançamento dos indicadores e das ações referentes às iniciativas do Planejamento Estratégico do TRE/SE, conforme cronograma inserido no SEI 9061-04.2021.6.25 (exercícios 2024/2025).
- b) Monitoramento e lançamento de dados no sistema Data@ADM-SE - atendimento da Res. 79/2006 do CNJ – Dados Estatísticos.
- c) Revisão e atualização do processo das tabelas de lotação de pessoal – Res. CNJ 219/16.
- d) Reuniões de alinhamento com todas as unidades da SGP sobre atualização dos dados no Portal Transparência, PE do TRE/SE e PEGP: prazos de preenchimento dos dados e publicação na internet do TRE.
- e) Reunião de alinhamento com SEPAG, SEREF, SEBAD e SEFIN sobre os indicadores do Justiça em Números.
- f) Convite ao servidor do TRE/RR para visita técnica com o objetivo de apresentar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal.
- g) Reunião virtual com servidores da Secretaria de Gestão e Inovação/MGI para apresentação e esclarecimentos sobre o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).
- h) Apresentação de proposta de projeto junto ao Laboratório de Inovação (I9SE) visando a melhoria do processo de trabalho “Apoio às zonas eleitorais nas eleições”.
- i) Participação no 6º DESENVOLVE JE, de 11 de junho a 13 de junho de 2025, no TRE/RJ.
- j) Reunião de alinhamento com a SEGED para reavaliar e excluir, do PEGP, o Objetivo Estratégico 2 – Mensurar a quantidade ideal de servidoras(es) e o Indicador 2 - Percentual de unidades do TRE/SE com a força de trabalho dimensionada.
- k) Revisão em conjunto com a ASTEP, da portaria normativa que regulamenta a concessão de diárias: revogação da 449/22 e publicação da 54/25.
- l) Análise dos painéis de BI da SGP e solicitação de correções junto à STI.

- m) Proposta de criação, junto à SEADA/STI, de novos painéis no sistema DataADM@SE, para Diárias e Passagens Aéreas, visando centralizar o local das informações e atender às demandas do CNJ de forma mais célere.n) Aprovação e aquisição de 323 (trezentas e vinte e três) passagens aéreas, nacionais, para
- n) membros, magistrados(as), servidores(as) e beneficiários externos e publicação mensal no portal Transparência.
- o) Análise de 985 (novecentos e oitenta e cinco) diárias solicitadas no SEI (16 em dezembro de 2023, 496 em 2024 e 474 em 2025) e publicação mensal no DJE e no Portal Transparência.
- p) Acompanhamento e publicação mensal e quadrimestral de informações da área de Gestão de Pessoas no Portal Transparência.
- q) Atualização da página do Concurso Público Unificado, contactando os candidatos a serem nomeados.
- r) Participação no III Encontro Nacional de Gestores de Pessoas – CNJ, em 11 de novembro de 2025, em Brasília/DF.
- s) Lançamento e Acompanhamento mensal de dados no Sistema SIGEPRO_PESSOAL.
- t) Lançamento de informações sobre os centros e itens de custos no Sistema de Gerenciamento de Custos da Justiça Eleitoral – SIGEC.
- u) Tramitação de 1871 (mil, oitocentos e setenta e um) documentos criados no SEI:



1.4.3 Assessoria Técnica de Pessoal - ASTEP

1.4.3.1 Atividades realizadas

- a) Acompanhamento da auditoria integrada nas contas anuais de 2024 e 2025 do TRE/SE.
- b) Acompanhamento da auditoria no Processo de Gestão de Segurança da Informação do TRE/SE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- c) Acompanhamento da auditoria nos pagamentos efetuados por este Tribunal a título de hora extra, avaliando a correspondência destes com a legislação vigente, visando corrigir possíveis equívocos, bem como verificar os cálculos efetuados.
- d) Acompanhamento da auditoria sobre as folhas de pagamento dos servidores ativos (quadro e requisitados), servidores inativos, pensionistas, juízes, promotores e membros, atuantes neste Tribunal, referentes aos exercícios de 2024 e 2025.
- e) Análise das decisões e regulamentações do Conselho Nacional de Justiça na área de gestão de pessoas;
- f) Assessoramento diário às unidades da SGP nas matérias jurídicas relacionadas à gestão de pessoas;
- g) Auxílio na comunicação com o Tribunal Regional Federal - 4ª Região para implantação do sistema Saudejus no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;
- h) Elaboração da minuta da Portaria Normativa nº 54/2025 que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- i) Elaboração da minuta da Portaria Normativa nº 75/2025 alterando a Portaria Normativa TRE/SE nº 54, de 22 de maio de 2025, a qual dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- j) Elaboração da minuta da Portaria Normativa nº 42/2025 que fixa valores da bolsa de estágio e do auxílio-transporte para estudantes.
- k) Elaboração da minuta da Portaria Normativa TRE/SE nº 43/2025 que dispõe sobre a atualização cadastral de aposentadas, de aposentados e de pensionistas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- l) Elaboração da minuta da Portaria TRE/SE nº 61/2025 que estabelece a participação financeira máxima do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no custeio dos planos privados de assistência à saúde das(os) servidoras(es) ativas(os) e inativas(os), dependentes e pensionistas.
- m) Elaboração da minuta da Resolução Normativa nº 65/2025 que altera a Resolução normativa TRE/SE nº 23/2018, que regulamenta o exercício da jurisdição eleitoral de primeiro grau no Estado de Sergipe, estabelecendo o sistema de rodízio entre Juízas(es) Eleitorais de primeiro grau, disciplina a forma de substituição, sistematiza o pagamento da gratificação eleitoral e dá outras providências.
- n) Elaboração da minuta da Resolução Normativa TRE/SE a ser submetida à votação em Plenário, alterando a Resolução Normativa TRE/SE nº 37/2022, que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- o) Elaboração de minuta da Portaria nº 409/2024 alterando a Portaria TRE/SE nº 621/2020, a qual regulamenta a licença à gestante, a licença à adotante e a licença-paternidade, e respectivas prorrogações, no âmbito deste Tribunal.

- p) Elaboração de minuta da Portaria nº 515/2024 alterando a Portaria TRE/SE nº 1146/2020, a qual institui condições especiais de trabalho para servidores com deficiência ou doença grave, ou que sejam responsáveis por dependentes nessas condições, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- q) Elaboração de minuta da Portaria nº 764/2024 alterando a Portaria TRE/SE nº 1146/2020, a qual institui condições especiais de trabalho para servidores com deficiência ou doença grave, ou que sejam responsáveis por dependentes nessas condições, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- r) Estudo e elaboração de minuta de Portaria Normativa dispondo sobre o regime de sobreaviso no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- s) Elaboração de minuta da Resolução TRE-SE nº 56/2024 em que transforma 01 (um) cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Operação de Computadores, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, em 01 (um) cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas.
- t) Elaboração de minuta de Resolução no qual transforma 01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário, Área de Atividade Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, em 01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário, Área de Atividade Administrativa, Especialidade Contabilidade.
- u) Participação na elaboração de Relatório de Inspeção 2025 instaurada pela CGE/TSE, referente às competências da SGP;
- v) Prestação de esclarecimentos acerca de indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União;
- w) Prestações de informações necessárias à defesa da União em ações movidas por servidores, ex- servidores do TRE/SE e candidatos que prestaram o Concurso Unificado do TSE

1.4.4 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Assistência à Saúde e Benefícios –

1.4.4.1 Seção de Assistência à Saúde – SEASA/COASA

a) Programa de Qualidade de Vida no Trabalho: programa contínuo iniciado em 2011 como Projeto de Saúde Integral e cujo objetivo é promover saúde e satisfação no ambiente de trabalho; contribuir para a construção e manutenção de um bem-estar físico, social, mental e para desenvolvimento psicoemocional dos servidores deste Tribunal por meio de ações integradas das diversas dimensões do ser humano e implementar políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde.

b) Ações realizadas em 2024, integrantes do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas - Ciclo 2022-2026:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- Programa Saúde Integral -

* **Palestra** - “Fatores de riscos psicossociais: como identificar, avaliar e modificar o meio ambiente no trabalho” com a Dra. Fátima Macedo, especialista em Psicologia da Saúde ocupacional e membro fundadora do Grupo de Saúde Mental e Psiquiatria do Trabalho (SAMPO) do IPq HC – FMUSP, Sede do TRE-SE, em 19 de janeiro 2024.

* **Campanha de vacinação contra os vírus da Influenza, COVID 19, Hepatite B e Tétano** - Sede do TRE-SE, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, nos dias 3, 4 e 5 de abril de 2024 e 14 e 15 de maio de 2024

* **Recadastramento dos servidores Inativos e Pensionistas** - Sede do TRE-SE, em maio/24.

* **Palestra** - Exames Periódicos - Promovendo Saúde Integral e Cine Prosa - transmissão pelo Zoom para os Cartórios e tradução em libras, Sede do TRE-SE, em junho de 2024.

* **Atividades:** aferição de pressão, acupuntura, mensagens e glicemia dos servidores e servidoras, estagiários(as) e colaboradores, Sede do TRE-SE, em agosto de 2024.

* **Setembro amarelo** – banner em apoio a campanha Setembro Amarelo. Para 2024, o lema escolhido foi: “Se precisar, peça ajuda!”.

- Programa de saúde ocupacional:

* **Atenção aos fatores psicossociais.** O programa é executado durante os exames ocupacionais periódicos, valendo-se da aplicação do SRQ-20 para identificação de magistrados e servidores em risco de adoecimento mental e de interrogatório ocupacional para reconhecimento dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho.

* **Prevenção de risco cardiovascular:** identificar e monitorar os fatores de risco para doenças cardiovasculares e estresse ocupacional nas(os) servidoras(es). *Reuniões com o Comitê Gestor do Clima Organizacional: reuniões com o Comitê Gestor sobre o Clima Organizacional no âmbito deste Regional visando atender ao macrodesafio de Melhoria de Gestão de Pessoas, consolidar uma política de gestão de pessoas.

* **Acompanhamento individualizado de servidoras(es) em processo de afastamento por motivos de saúde relacionados aos transtornos psicossociais.**

* **Ginástica laboral presencial e on-line, pilates, massagem terapêutica e shiatsu:** na sede e zonas eleitorais da capital.

* **Prorrogação do Contrato 6/2021 com a empresa CEMISE, até 2026 (2º Termo Aditivo):** para a realização de exames complementares, essenciais para as avaliações médicas ocupacionais.

* **Realização dos exames periódicos:** encaminhamento das solicitações dos exames para os servidores do TRE-SE;

* **Reuniões do comitê gestor local de atenção integral à saúde – CGAIS:** Foram realizadas de reuniões periódicas para definição dos projetos e atividades a serem desenvolvidos no âmbito do TRE/SE.

* **Realização de perícias e juntas médicas** – Sede do TRE/SE, TRT 20ª Região, Tribunal de Justiça do Estado e Justiça Federal.

c) Ações e atividades realizadas em 2025, integrantes do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas - Ciclo 2022-2026:

- **Projeto de Conscientização sobre Neurodivergência com ênfase em TEA (Transtorno do espectro Autista)** - Capacitação ministrada pela servidora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Departamento de Psicologia, Dra. Rosane Braga de Melo, professora associada do Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestra e doutora em Psicologia pela UFRJ e Vice-Coordenadora do curso de Psicologia da UFRRJ, Sede do TRE-SE, em 13 e 14 de março de 2025.

- **Programa Saúde Integral** -

***Palestra e Cine e Prosa** - Sede do TRE-SE, em 20 de março de 2025.

Palestra: Empoderamento de Mulheres: Aprendizados, saberes e fazeres com Prof^a. Dra. Mônica Cristina Silva Santana. Cine e Prosa - Filme: Estrelas Além do Tempo.

***Campanha de vacinação contra os vírus da Influenza, COVID 19, Hepatite B e Tétano** - Sede do TRE-SE, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, envolvendo todas(os) servidoras(es), magistradas(os), terceirizadas(os), estagiárias(os) e dependentes, no período de 09 e 11 de abril e nos dias 14 e 15 de abril de 2025 e no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima.

***Palestra: Emagrecimento Sustentável - Descubra o passo a passo para a sua melhor versão**, com Dr. CURT VIEIRA NETO, médico Nutrólogo com experiência no diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças relacionadas à nutrição. Especializado na prescrição de terapias nutricionais, suplementação e manejo clínico de condições metabólicas, em 7 de abril de 2025;

***Palestra: Apresentação da Ação Medida Certa**, com Adonay Pimentel Aleluia Freitas Júnior, mestre em Movimento Humano e Reabilitação, especialista em Fisiologia do Exercício voltada ao Trabalho e a Saúde, graduado em Licenciatura Plena em Educação Física, Sede do TRE-SE, em 7 de abril de 2025.

***Passeio Ciclístico** – evento externo, em 12 de abril de 2025.

***Palestra: Riscos Psicossociais e Saúde Mental no ambiente do trabalho**, ministrada pela Dra. Lidiane dos Anjos, doutora e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialista em Psicologia Organizações e Trabalho, reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, em 25 de julho de 2025;

***Palestra: Apresentação e divulgação dos Resultados da Pesquisa de Clima Organizacional 2025**, a ser ministrada pela servidora Christiane Melo, psicóloga do TRE/SE, Sede do TRE/SE em 25 de julho de 2025.

***Agosto Lilás**: Banner na Intranet com matéria o ciclo da violência doméstica, seus impactos psicológicos e sociais, além de apresentar mecanismos de enfrentamento que possam contribuir para o fortalecimento da autonomia e do empoderamento feminino.

***Roda de Conversa em parceria com a Comissão de Participação Feminina (COFEM) – Sede do TRE/SE em 29 de agosto de 2025.**

Tema: “Aspectos Psicológicos da Mulher Vítima de Violência Doméstica”.
Participantes:

- Dra. Juliana Nogueira Galvão Martins, juíza de direito no Tribunal de Justiça de Sergipe que abordará a importância da campanha Agosto Lilás, os avanços conquistados com a Lei Maria da Penha e as ações do Judiciário no enfrentamento à violência de gênero.

- Dra. Alessandra Aleixo Albuquerque, médica obstetra e ginecologista da Polícia Militar de Sergipe e professora do Departamento de Saúde da Mulher da Universidade Federal de Sergipe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

(UFS) destacará os sinais físicos, emocionais e comportamentais da violência contra a mulher, além dos fluxos de acolhimento e suporte disponíveis.

- Christiane Cavalcanti de Mello, mestre em Psicologia Social pela UFPB e com experiência na área de promoção de saúde e bem-estar, refletirá sobre os efeitos psicológicos da violência doméstica, estratégias de enfrentamento e a importância de ações psicossociais para a superação desse ciclo.

***Campanha Setembro Amarelo (“Se precisar, peça ajuda!”)**

Palestra: “Conhecer para cuidar: um olhar sobre neurodivergência” ministrada por Dr. Kaio Bernardes, médico do TRE/SE. Exposição: de poesias inspiradas na temática da saúde mental e na valorização da vida. Expositora: Kelma Nunes Lopes Brasileiro (servidora da Justiça Federal), Sede do TRE-SE, em 26 de setembro de 2025.

***III Campanha de doação de sangue:** parceria firmada com o Centro de Hemoterapia de Sergipe (HEMOSE) para realizar, pela terceira vez, a campanha intitulada “Dia D de Doação”, Sede do TRE/SE em 19 de novembro de 2025.

***Novembro Azul:** banner do Novembro Azul - o TRE/SE adere à campanha Novembro Azul com a iluminação, na cor azul, da fachada da Central de Atendimento ao Eleitorado.

***Campanha Nacional 24 horas pelo Diabetes 2025:** banner de apoio à campanha;

***Palestra: “Compartilhando responsabilidades - O que eu posso fazer pela minha saúde mental? E a instituição onde trabalho: o que ela pode fazer?”**, dirigida aos magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) a ser ministrada por Dr. Marcos Medanha, médico diretor e professor da Faculdade CENBRAP, onde realiza e coordena estudos, cursos e eventos sobre Psiquiatria e saúde mental do trabalhador há mais de 10 anos. É especialista em Medicina do Trabalho (RQE:5868), Medicina Legal e Perícia Médica (RQE: 8461). Advogado especialista em Direito do Trabalho; pós-graduado em Filosofia. Sede do TRE/SE em 12 de dezembro de 2025.

d) Pesquisa de Clima Organizacional – disponibilizada em maio de 2025: A pesquisa de Clima é um instrumento de diagnóstico por meio do qual podemos identificar a percepção dos servidores em relação a fatores do ambiente de trabalho

e) Projeto Medida Certa - atendimento nutricional exclusivo para os participantes inscritos

no grupo inicial do programa, aulas de treinamento funcional com o professor e preparador físico Adonay Pimentel na Sede do TRE/SE, início em maio de 2025.

f) Nova Contratação de serviço especializado e continuado de enfermagem, com especialidade em enfermagem do trabalho – na Sede do TRE/SE em julho de 2025.

g) Projeto Banho de Floresta – Experiência de Conexão com a Natureza – passeio no Parque Nacional da Serra de Itabaiana em 18 de outubro de 2025: Comemoração ao dia do servidor público visando proporcionar uma vivência em meio à natureza, promovendo saúde mental, redução do stress e fortalecimento das relações interpessoais por meio da prática “Banho de Floresta”.

h) Reuniões do comitê gestor local de atenção integral à saúde – CGAIS: reuniões periódicas para definição dos projetos e atividades a serem desenvolvidos no âmbito do TRE-SE.

i) Programa de saúde ocupacional:

***Atenção aos fatores psicossociais:** O programa é executado durante os exames ocupacionais periódicos, valendo-se da aplicação do SRQ-20, para identificação de

magistrados e servidores em risco de adoecimento mental, e de interrogatório ocupacional para reconhecimento dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho.

***Prevenção de risco cardiovascular:** identificar e monitorar os fatores de risco para doenças cardiovasculares e estresse ocupacional nas(os) servidoras(es).

***Acompanhamento individualizado** de servidoras(es) em processo de afastamento por motivos de saúde relacionados aos transtornos psicossociais;

***Prestação dos serviços de ginástica laboral** presencial e on-line, pilates, massagem terapêutica e shiatsu, para a sede deste regional e Zonas eleitorais da capital.

***Realização de exames complementares**, essenciais para as avaliações médicas ocupacionais.

j) Realização de perícias e juntas médicas – Sede do TRE/SE, TRT 20ª Região, Tribunal de Justiça do Estado e Justiça Federal.

1.4.4.2 Seção de Benefícios – SEBAD/COASA

a) Prorrogação do Contrato com a SERVDONTO: 01 de abril de 2025 a 31 de março de 2026.

b) Reajuste Convênio com a GEAP Autogestão em Saúde: agosto de 2025.

c) Ressarcimento parcial do auxílio-saúde (cota-parte): a Portaria TRE/SE nº 139/2023 estabeleceu a participação financeira do TRE/SE no custeio parcial, sob a forma de pagamento ou de reembolso, dos planos privados de assistência à saúde das(os) servidoras(es) ativas(os) e inativas(os), dependentes e pensionistas. A norma trouxe, em seu Anexo Único, a forma de repasse dos valores, levando em consideração a faixa etária, a faixa salarial, bem como a divisão das categorias: servidores (ativos e inativos), dependentes e pensionistas.

d) Assistência à saúde indireta

Tipo	Total de Beneficiários	Inclusões	Exclusões
Ressarcimento Parcial (cota-parte)	264	3	3
Plano de Assistência à Saúde – GEAP Autogestão em Saúde	331	6	2
Plano de Assistência à Saúde - SERVDONTO	543	10	5

Quadro 9 – Assistência à saúde indireta
Quantitativo até novembro de 2025.

e) Auxílios

Tipo de Auxílios	Total de Beneficiários	Inclusões	Exclusões
Pré-Escolar	34	8	9
Transporte	21	9	4
Alimentação	254	6	9

Quadro 10 – Auxílios
Quantitativo até novembro de 2025.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

f) Instituidores de Pensão e Pensionistas

Total de Instituidores de Pensão	Total de Pensionistas
36	40

Quadro 11 – Instituidores de Pensão e Pensionistas
Quantitativo até novembro de 2025.

i) Inativos

Total de Inativos	Inclusões	Exclusões
48	8	0

Quadro 12 – Inativos
Quantitativo até novembro de 2025.

h) Formação de Grupo de estudo para atualização e alteração da Resolução 37/2022 que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

i) Publicação da Resolução 70/2025, que altera a Resolução Normativa TRE/SE nº 37/2022, que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

1.4.5 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento Humano – CODES

1.4.5.1 Seção de Desenvolvimento de Competências – SEDEC

1.4.5.1.1 Atividades gerais realizadas

- a) Emissão de Certidões e Declarações
- b) Registro de Adicional de Qualificação (AQ) de nível superior e ações de treinamento
- c) Curadoria de cursos à distância
- d) Suporte aos usuários da plataforma virtual de educação a distância
- e) Elaboração e Alteração de Normas
- f) Plano Anual de Capacitação (PAC) e Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG)
- g) Contratações de ações de capacitação aberta
- h) Fiscalização de ações de capacitação aberta
- i) Elaboração de Termo de Referência
- j) Contratações de ações de capacitação fechada
- k) Cadastro de Instrutor Interno
- l) Contratações de ações de instrutoria interna
- m) Fiscalização de ações de capacitação fechada/instrutoria interna
- n) Termo de cooperação - Oferta de vagas para Tribunais parceiros
- o) Termo de cooperação - Recebimento de vagas de Tribunais parceiros
- p) Avaliação de reação
- q) Gestão orçamentária
- r) Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança (PRAS) - Planejamento
- s) Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança (PRAS) - Contratação e Acompanhamento

- t) Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança (PRAS)-Planejamento do Teste de Aptidão Física (TAF)
- u) Adicional de Qualificação de Graduação e Pós Graduação (AQ -Pós)
- v) Adicional de Qualificação de Treinamento (AQT)
- w) Gerenciamento de uso das salas de treinamento
- x) Planejamento de eventos
- y) Gerenciamento de inscrições
- z) Execução de eventos
- aa) Pós evento
- ab) Pesquisa de satisfação
- ac) Acompanhamento da licença para capacitação
- ad) Registro da licença para capacitação
- ae) Envio de dados sobre AQ para folha de pagamento
- af) Contratações de cursos EAD
- ag) Programa Auxílio-Bolsa de Estudos para cursos de graduação e pós-graduação- Acompanhamento do servidor - Custeio
- ah) Programa Auxílio-Bolsa de Estudos para cursos de graduação e pós-graduação- Encerramento
- ai) Programa Auxílio-Bolsa de Estudos para cursos de graduação e pós-graduação- Processo seletivo
- aj) Fornecimento de dados para relatórios diversos
- ak) Lançamentos nos módulos de capacitação, gestão e afastamento

1.4.5.1.2 Plano Anual de Capacitação – PAC (Resolução TRE nº 29/17 e Portaria TRE/SE nº 432/21)

O Plano Anual de Capacitação - PAC é um norteador das ações de capacitação e desenvolvimento das servidoras e servidores, onde são definidos os objetivos, os temas, critérios, metodologia e o orçamento disponível, constituindo-se assim em um importante instrumento da Política de Gestão de Pessoas deste Tribunal.

O PAC 2024 e 2025 foi elaborado tendo como base as lacunas de competências, resultado do 1º Ciclo das avaliações das servidoras e servidores, geradas via relatório Sistema Coyote, sistema para o gerenciamento e avaliação no modelo de Gestão por Competências, implementado neste Tribunal, sendo executado em consonância com as diretrizes estabelecidas, na Resolução TRE 29/17, que dispõe sobre Educação Institucional, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e com a Portaria TRE/SE 432/21, que regulamenta o Programa de Educação Continuada de Servidoras e Servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Destaca-se, que para execução do Plano Anual de Capacitação – PAC 2024 e 2025, constam as ações de capacitação e desenvolvimento contratadas pela Seção de Desenvolvimento de Competências – SEDEC e eventos realizados em parceria com o TRT/SE e JF/SE:

- a) Em 2024, as servidoras(es) participaram de 46 (quarenta e seis) ações de educação e desenvolvimento e no ano de 2025, participaram de 38 (trinta e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

oito) ações de educação e desenvolvimento, através das ações previstas no PAC e ações disponibilizadas durante o exercício pelo CNJ, TSE, TCU, TRE's e outros Órgãos parceiros, totalizando a disponibilização de 698 (seiscentos e noventa e oito) e 782 (setecentos e oitenta e duas) vagas para capacitação e desenvolvimento, respectivamente.

b) Acrescente-se que as(os) servidoras(es) lotados(as) na STI participaram, em 2024, de 71 (setenta e uma) ações de capacitação através da Plataforma Alura e 96 (noventa e seis) ações em 2025. A referida Plataforma, foi contratada para participação de servidores(as) lotados(as) na STI, visando o aperfeiçoamento e atualização em conteúdos relacionados ao desenvolvimento tecnológico de forma efetiva, permitindo a realização de diversos cursos a distância, consoantes com a necessidade específica e alinhado com o PAC-TIC 2024 e 2025.

c) Por fim, atendendo a normativos e exigências do TCU, do CNJ e do TSE e visando o cumprimento de metas institucionais, selos e prêmios instituídos pelo CNJ e Justiça Eleitoral, foram disponibilizadas, em 2025, 14 (catorze) ações de capacitação, tendo a participação de 841 (oitocentos e quarenta e um) servidoras(es).

Desta forma, temos como quantitativo total das ações de capacitação e desenvolvimento promovidas ao final do biênio 2024/2025, de 2.488 (duas mil, quatrocentas e oitenta e oito) ações, sendo 769 (setecentos e sessenta e nove) em 2024 e 1.719 (um mil, setecentos e dezenove) em 2025, com o objetivo de promover de forma contínua o desenvolvimento e capacitação individual de cada servidor(a), bem como o aprimoramento das competências Organizacionais e Gerenciais deste Tribunal.

1.4.5.1.3 Programa Auxílio-Bolsa de Estudos para curso de Graduação e Pós-Graduação
(Resolução TRE-SE 158/2007, alterada pela Resolução TRE-SE nº 20/2009):

Programa Auxílio-Bolsa (Portaria de Concessão TRE/SE 224/2023)	2024
Graduação - Servidores contemplados	0
Pós-Graduação - Servidores contemplados	1*
Número final de servidores participantes do programa	1

* Concessão finalizada em julho de 2024

Obs: Em 2025 não houve concessão do benefício de Auxílio-Bolsa de Estudos.

Área de Conhecimento do curso do Programa Auxílio-Bolsa	
Gestão Estratégica de Pessoas	1

[

1.4.5.1.4 Concessão de Licença para Capacitação (Res. TSE 23.507/2017 e Portaria TRE/SE nº 44/25)

Licença para Capacitação	2024	2025
Participar de evento de capacitação profissional.	9	61
Pesquisar e/ou levantar dados para a elaboração de monografia de curso de graduação ou pós-graduação, de dissertação de mestrado ou de tese de doutorado	0	2
Total de Servidores beneficiados	9	63

1.4.5.1.5 Adicional de Qualificação (Resolução TSE 23.380/2012)

A concessão do adicional de qualificação aos servidores(as) em razão dos conhecimentos adquiridos por meio de cursos de pós-graduação e ações de treinamento é realizada através da Comissão Permanente do Adicional de qualificação – COMPAQ, após análise com base nos critérios estabelecidos na Resolução TSE 23.380/12, que disciplina a matéria para toda Justiça Eleitoral.

Todos os requerimentos de averbação dos servidores(as) são direcionados para a SEDEC, cuja titular da unidade, acumula a função de presidente da referida comissão.

Em 2024 foram recebidos e analisados 338 (trezentos e trinta e oito) processos SEI de solicitação de averbação de adicionais de qualificação (Pós-graduação e ações de treinamento) e no ano de 2025 foram, até o momento, 433 (quatrocentos e trinta e três) processos analisados.

1.4.5.2 Seção de Gestão de Desempenho – SEGED

1.4.5.2.1 Atividades gerais realizadas

- Acompanhamento de 03 processos seletivos do programa de estágio (90 estagiários) junto ao agente de integração.
- Cadastramento de 56 admissões e 82 desligamentos de estagiários.
- Realização de 14 eventos, sendo 09 de ambientação e 05 de encontros de estagiários.
- Acompanhamento de avaliações semestrais, controle de frequência e recesso remunerado dos estagiários.
- Elaboração de 48 folhas de pagamento de bolsa de estagiários.
- Acompanhamento e atesto mensal da execução de contrato de serviço pelo agente integração.
- Elaboração anual e acompanhamento do orçamento de estágio (proposta e execução orçamentária).
- Elaboração de minuta de termo aditivo contratual junto Agente Integração.
- Organização de 04 Concursos Internos de Remoção (elaboração de Editais, audiências com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

efetivação de 09 portarias de remoção).

j) Efetivação de 13 portarias de remoção referentes ao Concurso Interno 2023.

k) Processamento de 79 avaliações de desempenho, dos quais 74 com movimentações funcionais (69 progressões e 5 promoções).

l) Orientação dos Acordos de expectativa junto aos chefes e servidores recém empossados.

m) Organização de 03 encontros para acompanhamento de 13 servidores em Estágio Probatório(EP).

n) Concessão de 03 portarias de estabilidade de servidor.

o) Elaboração de alteração de 24 folhas de pagamento.

p) Preparação de 6 Eventos de Ambientação de servidor.

q) Preparação e organização de grupos de apoio de servidor para as eleições 2024 com lançamento de serviço extraordinário e diárias.

r) Elaboração de 09 portarias de lotação de servidor.

s) Orientação, acompanhamento e processamento dos dados lançados no sistema de dimensionamento da força de trabalho.

t) Análise junto à comissão dos adicionais de qualificação.

u) Alimentação dos sistemas e preenchimento de planilhas referentes as atividades da unidade.

1.4.5.3 Núcleo de Desenvolvimento Organizacional – NDO

3.1 Durante o biênio 2024/2025, o Núcleo de Desenvolvimento Organizacional (NDO) executou um conjunto de ações voltadas ao aprimoramento da gestão por competências, à consolidação dos processos avaliativos e ao fortalecimento da comunicação institucional, resultando uma maior integração entre as unidades, aprimoramento do processo avaliativo e consolidação de práticas voltadas à valorização e ao crescimento profissional das servidoras e servidores.

As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

a) Relatório de Lacunas de Competências (1º Ciclo Avaliativo – 2023) - Elaboração e envio à SEDEC do relatório consolidado de lacunas de competências, para subsidiar o PAC Plano Anual de Capacitação 2024/2025.

b) Planejamento da Revisão de Competências - Definição e organização do cronograma de atividades para revisão das competências técnicas das unidades da Sede e dos Cartórios Eleitorais, bem como as competências organizacionais e gerenciais.

c) Atualização e Divulgação das Competências Revisadas – Publicação na Internet, das competências revisadas, garantindo transparência e acesso às informações a todas as unidades.

d) Comunicação Institucional sobre o Processo Avaliativo 2025 - Elaboração e divulgação de comunicado às servidoras e aos servidores acerca da abertura do processo avaliativo, referente ao 2º ciclo 2025.

- e) Realização do 2º Ciclo Avaliativo (2025) - Condução do segundo ciclo de avaliação das competências técnicas, organizacionais e gerenciais, realizado no período de 15 a 19 de setembro de 2025, com acompanhamento e suporte às unidades envolvidas.
- f) Relatórios de Lacunas de Competências (2º Ciclo Avaliativo 2025) - Disponibilização dos relatórios de lacunas de competências aos gestores das unidades, visando subsidiar o planejamento das ações de desenvolvimento das equipes.
- g) Elaboração do PDI e Subsídio ao PAC 2026/2027 - Encaminhamento às unidades e aos cartórios eleitorais dos formulários do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com vistas a subsidiar à SEDEC na elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC) 2026/2027.
- h) Acompanhamento de Estagiárias(os) - Planejamento e acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas pelas(os) estagiárias(os) vinculadas(os) ao NDO, assegurando alinhamento às metas do núcleo e desenvolvimento das competências práticas.
- i) Reunião Técnica com o Gestor do Sistema Coyote (TRE/TO) - Realização de reunião virtual com o gestor do sistema Coyote, para esclarecimento de inconsistências e avaliação de possibilidades de aprimoramento da ferramenta.
- j) Comunicação com a Coordenadoria - Manutenção de comunicação sistemática com a Coordenadoria, garantindo ciência e registro formal de todas as ações executadas pelo Núcleo de Desenvolvimento Organizacional.
- k) Planejamento de Melhorias para o 3º Ciclo Avaliativo (2027) - Início da elaboração de propostas de aprimoramento da comunicação e dos fluxos operacionais, visando à otimização do processo avaliativo previsto para o ano de 2027.

1.4.5.3.2 Melhorias implementadas:

- a) Aprimoramento da comunicação institucional, com orientações mais claras sobre prazos e etapas do processo avaliativo de competências.
- b) Melhoria no formulário PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, tornando o preenchimento mais intuitivo.
- c) Padronização das mensagens e comunicados entre as unidades, fortalecendo a coerência das informações.
- d) Ampliação do suporte aos avaliadores e avaliados durante o período de aplicação.
- e) Melhoria nos relatórios automatizados para agilizar o retorno dos resultados às unidades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

1.4.6 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Pessoal - COPES

1.4.6.1 Seção de Registro de Autoridades e Requisitados - SEAUR

1.4.6.1.2 Atividades gerais realizadas:

a) Requisições de servidoras(es) de outros órgãos para os Cartórios Eleitorais:

Entre 1º de dezembro de 2023 e 17 de novembro de 2025, foram requisitados 40 novos servidores, tendo sido devolvidos aos respectivos órgãos nesse período 67 servidores;

b) Designações de Magistradas(os) – Pleno: Entre 1º de dezembro de 2023 e 17 de novembro de 2025, tomaram posse no Pleno: - 05 desembargadoras(es) - Des. Diógenes Barreto (titular), Des. Edivaldo dos Santos (substituto), Des. Simone de Oliveira Fraga (substituta), Des. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade (titular) e Des. João Hora Neto (substituto), tendo assumido a Presidência deste TRE/SE, Des. Diógenes Barreto e a Vice-Presidência/Corregedoria, Des. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade; - 02 juízes federais – Dr. Tiago José Brasileiro Franco (titular) e Dr. Jailsom Leandro de Sousa (substituto); - 04 juízes estaduais – Dra. Dauquíria de Melo Ferreira (titular), Dr. Alcício de Oliveira Rocha Júnior (substituto), Dr. Leonardo Souza Santana Almeida (substituto) e Dra. Brígida Declerc Fink (titular); - 03 advogados – Dr. Cristiano César Braga de Aragão Cabral (titular), Dra. Tatiana Silvestre e Silva Calçado (substituta) e Dr. Aurélio Belém do Espírito Santo (substituto).

c) Em 2025 – Em acompanhamento:

* Encontra-se em andamento no TSE, 01 processo de Lista Tríplice, para escolha e designação de um Jurista Titular.

* Foi solicitada ao TJSE a indicação de 02 Listas Tríplices para as vagas de um Jurista Titular e um Jurista Substituto, em virtude dos termos dos biênios dos advogados Dr. Cristiano César Braga de Aragão Cabral e Dra. Tatiana Silvestre e Silva Calçado, que ocorrerão em janeiro/2026.

d) Designações de Juízas(es) Eleitorais – 2024/2025

• Portaria 210/2024, designou o Dr. Rômulo Dantas Brandao para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 1ª Zona, sediada em Aracaju, a contar de 22/3/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de três Juízes de Direito;

• Portaria 104/2024, designou a Dra. Lais Mendonca Camara Alves para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 2ª Zona, sediada em Aracaju, a contar de 19/2/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de quatro Juízes de Direito;

• Portaria 588/2024, designou o Dr. Pedro Rodrigues Neto para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 3ª Zona, sediada em Aquidabã, a contar de 01/7/2024;

• Portaria 364/2025, designou o Dr. Paulo Henrique Vaz Fidalgo para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 4ª Zona, sediada em Boquim, a contar de 19/5/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de dois Juízes de Direito;

• Portaria 1004/2024, designou a Dr. Sergio Fortuna de Mendonça para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 5ª Zona, sediada em Capela, a contar de 19/12/2024;

• Portaria 160/2024, designou a Dra. Carolina Valadares Bitencourt para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 6ª Zona, sediada em Estância, a contar de 11/3/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;

- Portaria 1094/2024, designou o Dr. Antonio Carlos de Souza Martins para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 6ª Zona, sediada em Estância, a contar de 27/1/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de dois Juízes de Direito;
- Portaria 269/2024, designou a Dr. Sergio Fortuna de Mendonça para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 8ª Zona, sediada em Gararu, a contar de 15/3/2024;
- Portaria 97/2025, designou a Dr. Anderson Clei Santos Rochão para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 8ª Zona, sediada em Gararu, a contar de 6/2/2025;
- Portaria 223/2024, designou o Dr. Herval Marcio Silveira Vieira para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 9ª Zona, sediada em Itabaiana, a contar de 25/4/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de dois Juízes de Direito;
- Portaria 1090/2024, designou a Dra. Erica Magri Milani para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 9ª Zona, sediada em Itabaiana, a contar de 17/12/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de dois Juízes de Direito;
- Portaria 587/2024, designou o Dr. Eládio Pacheco Magalhães para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 12ª Zona, sediada em Lagarto, a contar de 5/7/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;
- Portaria 118/2025, designou o Dr. Fernando Luis Lopes Dantas para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 13ª Zona, sediada em Laranjeiras, a contar de 24/2/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de dois Juízes de Direito;
- Portaria 82/2025, designou a Dra. Rosivan Machado da Silva para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 15ª Zona, sediada em Neópolis, a contar de 24/2/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;
- Portaria 121/2025, designou a Dra. Maria Alice Alves Santos Melo Figueiredo para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 16ª Zona, sediada em Nossa Senhora das Dores, a contar de 18/2/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;
- Portaria 1079/2024, designou a Dra. Hercília Maria Fonseca Lima Brito para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 17ª Zona, sediada em Nossa Senhora da Glória, a contar de 13/12/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de dois Juízes de Direito;
- Portaria 134/2025, designou a Dra. Fabiana Oliveira Bastos de Castro para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 17ª Zona, sediada em Nossa Senhora da Glória, a contar de 24/2/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;
- Portaria 1006/2024, designou o Dr. Isaac Costa Soares de Lima para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 18ª Zona, sediada em Porto da Folha, a contar de 7/1/2025;
- Portaria 89/2025, designou o Dr. Luiz Eduardo Araujo portela para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 19ª Zona, sediada em Propriá, a contar de 24/2/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;
- Portaria 90/2025, designou o Dr. Paulo Marcelo Silva Ledo para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 21ª Zona, sediada em São Cristóvão, a contar de 24/2/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;
- Portaria 533/2025, designou o Dr. Ricardo Sant'ana para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 22ª Zona, sediada em Simão Dias, a contar de 21/7/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de apenas um Juiz de Direito;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- Portaria 1092/2024, designou a Dra. Sulamita Goes de Araujo Carvalho para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 23ª Zona, sediada em Tobias Barreto, a contar de 18/12/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;

- Portaria 506/2025, designou a Dra. Sebna Simiao da Rocha para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 23ª Zona, sediada em Tobias Barreto, a contar de 9/7/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de dois Juízes de Direito;

- Portaria 778/2025, designou o Dr. Luis Gustavo Serravalle Almeida para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 23ª Zona, sediada em Tobias Barreto, a contar de 3/10/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;

- Portaria 443/2024, designou a Dra. Hercília Maria Fonseca Lima Brito para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 26ª Zona, sediada em Ribeirópolis, a contar de 20/5/2024;

- Portaria 1007/2024, designou o Dr. Daniel Leite da Silva para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 26ª Zona, sediada em Ribeirópolis, a contar de 17/12/2024;

- Portaria 436/2024, designou o Dr. Aldo de Albuquerque Mello para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 27ª Zona, sediada em Aracaju, a contar de 28/5/2024, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de cinco Juízes de Direito;

- Portaria 1099/2024, designou o Dr. Luis Gustavo Serravalle Almeida para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 28ª Zona, sediada em Canindé de São Francisco, a contar de 13/12/2024;

- Portaria 625/2025, designou o Dr. Icaro Tavares Cardoso de Oliveira Bezerra para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 28ª Zona, sediada em Canindé de São Francisco, a contar de 12/8/2025;

- Portaria 894/2025, designou o Dr. Guilherme Diamantino de Oliveira weber para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 28ª Zona, sediada em Canindé de São Francisco, a contar de 11/11/2025;

- Portaria 1008/2024, designou o Dr. Holmes Anderson Junior para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 29ª Zona, sediada em Carira, a contar de 7/1/2025;

- Portaria 71/2025, designou o Dr. Anderson Clei Santos Rochão para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 30ª Zona, sediada em Cristinápolis, a contar de 27/1/2025;

- Portaria 231/2025, designou o Dr. Gilson Guedes Cavalcanti neto para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 30ª Zona, sediada em Cristinápolis, a contar de 19/3/2025;

- Portaria 1078/2024, designou o Dr. Sidney Silva de Almeida para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 31ª Zona, sediada em Itaporanga D'Ajuda, a contar de 27/1/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;

- Portaria 653/2025, designou o Dr. Marcelo Cerveira Gurgel para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 34ª Zona, sediada em Nossa Senhora do Socorro, a contar de 22/9/2025, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas de um Juiz de Direito;

- Portaria 864/2024, designou a Dra. Daniela de Almeida Bayma Valdívia para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 35ª Zona, sediada em Umbaúba, a contar de 25/9/2024;

e) Demais atividades importantes

- Movimentação de 238 Processos no PJE de 2º Grau, entre elaboração de parecer técnico e prestação de informações, principalmente, sobre requisição e renovação de requisição de servidoras/servidores requisitados;

- Organização/atualização dos registros funcionais das(os) servidoras(es) requisitadas(os), procedendo ao arquivamento de processos, certificados e documentos após o trâmite em quaisquer unidades do Tribunal;
- Elaboração de 583 Portarias, versando, principalmente, sobre designação/dispensa de juízes eleitorais, bem como a funções de confiança e substituições de servidoras/servidores requisitados;
- Elaboração de 1010 certidões, 499 Informações, 375 Ofícios, 134 Despachos, 95 Atualizações de Folha de Pagamento e 29 Termos de Remessa em processos SEI relacionados a serviço extraordinário, banco de horas, afastamentos, férias e substituições, além de 604 e-mails a processos e assuntos correlatos a tais processos;
- Elaboração mensal de planilhas de Juízes e Promotores Eleitorais, bem como de servidoras(es) requisitadas(os) com a posterior publicação no Portal da Transparência;
- Preenchimento de planilhas e relatórios do TSE/CNJ/TCU atinentes a quadro de pessoal;
- Consulta diária ao PJE, para recebimento de Processos Administrativos referentes à requisição e/ou renovação de servidoras/servidores requisitados pelos Cartórios Eleitorais, sendo emitidas certidões e ofícios relativos a tais processos;
- Consulta diária ao Diário de Justiça do Estado de Sergipe na busca de portarias de designação, remoção e de substituições que embasam a designação de juízas/juízes;
- Emissão de crachás e carteiras de servidoras(es) requisitados novatos e solicitantes;
- Gerenciamento do fechamento mensal do ponto eletrônico das(os) servidoras(es) sob sua alçada (104 requisitados);
- Elaboração de 33 alterações de folhas de pagamento (Dispensa/Designações, Magistrados);
- Preenchimento de planilhas e relatórios do TSE/CNJ/TCU atinentes a quadro de pessoal;
- Elaboração de diversas Informações e certidões;
- Elaboração de diversos ofícios endereçados aos Órgãos Origem e Juízos Eleitorais;
- Elaboração de diversas portarias, sobre designações e substituições;
- Alimentação de diversos sistemas (SGRH, SRAE, SIP).

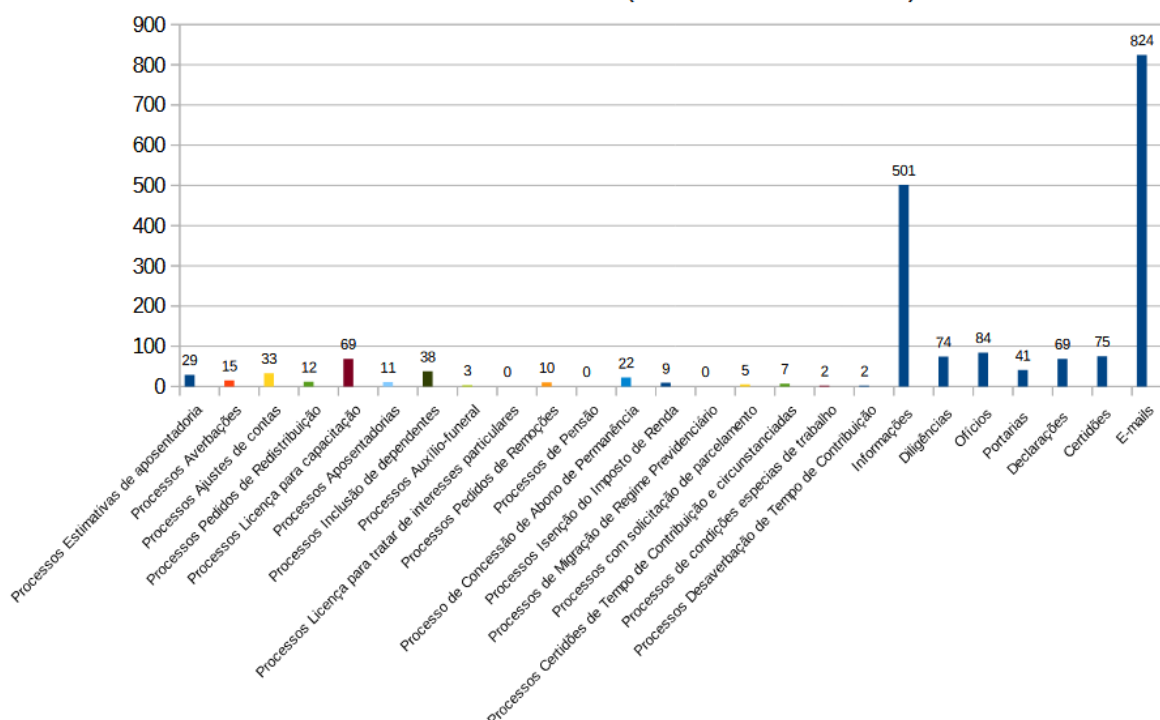


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

1.4.6.2 Seção de Direitos e Deveres - SEDIR

1.4.6.2.1 Atividades gerais realizadas:

Seção de Direitos e Deveres - SEDIR
Atividades 2024-2025 (01/12/2023 a 18/11/2025)



Letra	Atividades	Quantidade
a	Processos Estimativas de aposentadoria	29
b	Processos Averbações	15
c	Processos Ajustes de contas	33
d	Processos Pedidos de Redistribuição	12
e	Processos Licença para capacitação	69
f	Processos Aposentadorias	11
g	Processos Inclusão de dependentes	38
h	Processos Auxílio-funeral	3
i	Processos Licença para tratar de interesses particulares	-
j	Processos Pedidos de Remoções	10

Letra	Atividades	Quantidade
k	Processos de Pensão	-
l	Processo de Concessão de Abono de Permanência	22
m	Processos Isenção do Imposto de Renda	9
n	Processos de Migração de Regime Previdenciário	-
o	Processos com solicitação de parcelamento	5
p	Processos Certidões de Tempo de Contribuição e circunstanciadas	7
q	Processos de Horário Especial Processos de condições especiais de trabalho	2
r	Processos Desaverbação de Tempo de Contribuição	2
s	Informações	501
t	Diligências	74
u	Ofícios	84
v	Portarias	41
w	Declarações	69
x	Certidões	75
y	E-mails	824

1.4.6.3 Seção de Pagamento – SEPAG

1.4.6.3.1 Atividades gerais realizadas:

- a) Elaboração de Planilhas para cálculo da folha de pagamento;
- b) Elaboração de 200 folhas de pagamento de: Servidores ativos, inativos e pensionistas; Juízos eleitorais; Estagiários e folhas suplementares;
- c) Cálculo de aposentadorias;
- d) Cálculo e elaboração das folhas de Serviço Extraordinário;
- e) Envio da autorização de pagamento das folhas aos bancos;
- f) Cálculo de empréstimos consignados e elaboração de Relatórios aos Bancos;
- g) Conferência e Envio do e-social;
- h) Cálculo e elaboração das Planilhas do Funpresp e envio ao Órgão;
- i) Elaboração de 47 solicitações de pagamento;
- j) Elaboração 198 ofícios, 131 Informações, 86 certidões;
- k) Preenchimento de planilhas e relatórios de 23 relatórios do TCU e posterior publicação;
- l) Preenchimento de planilhas e relatórios do CNJ e posterior publicação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- m) Preenchimento de planilhas e relatórios de 23 relatórios de Obrigação Patronal e posterior publicação;
- n) Publicação do Transparência;
- o) Ajustes no sistema de folha de pagamento;
- p) Elaboração e Conferência da Declaração Anual de Imposto de Renda;
- q) Elaboração e Conferência do Cálculo Atuarial.

1.4.6.4 Seção de Registros Funcionais – SEREF

1.4.6.4.1 Atividades gerais realizadas:

- a) Organização/atualização dos registros funcionais das(os) servidoras(es) efetivas(os), cedidas(os), removidas(os), em exercício provisório e sem vínculo, procedendo ao arquivamento de processos, certificados e documentos após o trâmite em quaisquer unidades do Tribunal;
- b) Arquivamento de 8104 documentos nas pastas virtuais dos servidores;
- c) Inicialização do escaneamento das pastas funcionais físicas das(os) servidoras (es);
- d) Elaboração de atos (13) de nomeação, exoneração (4) e termos de posse (13) de candidatas(os) aprovadas(os) em concurso e de servidoras(es) ocupantes de cargos em comissão;
- e) Efetivação de 05 redistribuições, sendo 03 de Analista Judiciário e 02 de Técnico Judiciário;
- f) Cadastro dos dados referentes ao processo de admissão (9) de servidor junto ao Tribunal de Contas da União;
- g) Atendimento de 1.387 chamados via Central de Serviços ADM;
- h) Emissão de 22 crachás e carteiras de servidoras(es) novatos e solicitantes;
- i) Comunicação, mensal, da frequência e das férias das(os) servidoras(es) cedidas(os), removidas(os) e em exercício provisório aos seus órgãos de origem;
- j) Registro dos feriados e pontos facultativos;
- k) Gerenciamento do fechamento mensal do ponto eletrônico das(os) servidoras(es) sob sua alçada;
- l) Abertura de prazo para marcação anual das férias e acompanhamento das mesmas;
- m) Elaboração de 147 folhas de pagamento (Dispensa/Designações, Férias, Substituições, Serviço Extraordinário e Diversos);
- n) Elaboração de 598 Portarias, versando, principalmente, sobre designação/dispensa de funções de confiança, plantões e substituições;
- o) Elaboração de 24 planilhas de reembolso, a cada mês, relativas a servidoras(es) cedidas(os);
- p) Elaboração de 24 relatórios de rol de responsáveis com a posterior publicação no Portal da Transparência;
- q) Elaboração de 24 planilhas de provimento e vacância com a posterior publicação no Portal da Transparência;
- r) Gerenciamento da adesão das(os) servidoras(es) ao regime de previdência complementar (FUNPRESP-JUD) e à Contratação de Cobertura de Adicional de Risco (CAR);

s) Elaboração de 2105 certidões, 630 Informações e 32 Ofícios em processos SEI relacionados sobretudo a serviço extraordinário, banco de horas, afastamentos, férias, substituições e renovações de cessões;

t) Preenchimento de planilhas e relatórios do TSE/CNJ/TCU atinentes a quadro de pessoal;

1.5 Secretaria Judiciária – SJD

1.5.1 GESTÃO DOCUMENTAL - SEDEA – Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo

Nº	Documentos da SEDEA – Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo
1	Conclusão do recebimento das caixas de arquivo de guarda permanente oriundas das Zonas Eleitorais;
2	Conferência e higienização dos processos de guarda permanente de 17 Zonas Eleitorais sob a guarda do arquivo central;
3	Digitalização do acervo histórico;
4	Digitalização de 45 pastas funcionais de servidores efetivos do TRE;
5	Formalização de parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para implantação do módulo de gestão documental no SEI;
6	Correção dos metadados dos documentos digitalizados que serão enviados para o repositório digital;
7	Transformação de Tiff para Pdf dos arquivos de preservação permanente da Hemeroteca;
8	25 Consultas respondidas a usuários/pesquisadores internos/externos em um quantitativo total e 5 empréstimos de documentos para o CEMEL, SGP e SEENG;
9	Participação dos servidores e colaboradores da SEDEA no curso de Uso das Ferramentas de preservação digital, Archivematica e AtoM, conduzidos pela PYTÁ Preservação Digital e Tecnologia Ltda;
10	Renovação do contrato do Arquivista e do Técnico em arquivo;
11	Participação dos servidores da SEDEA no IV e V Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (2024 e 2025);
12	Participação dos servidores da SEDEA no VII Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário de 23 a 24/10/2025;
13	Participação dos servidores da SEDEA no II Seminário MEMOJUS, em 22/10/2025;
14	Recebimento dos documentos de guarda permanente da SELIC, SEPAT, COGIN, SEMAN e SJD;
15	Revisão e ajustes da tabela temporalidade do SEI;
16	Gestão do contrato dos colaboradores (Arquivista e Técnico em arquivo);
17	Participação no Grupo de Trabalho da Política de Classificação da informação;
18	Participação no Grupo de Trabalho da Política de Gestão da Informação;
19	Participação dos servidores, colaboradores e estagiários no Webinário de Preservação Digital da Justiça Eleitoral;
20	Participação dos servidores, colaboradores e estagiários no Curso de atualização em conservação e restauro de gravuras e documentos, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe;
21	Orientação aos servidores das Zonas Eleitorais quanto ao processo de eliminação de documentos e ao preenchimento das planilhas de processos de guarda permanente;
22	Elaboração do termo de referência e solicitação de contratação de dois scanner A3 e um scanner planetário;
23	Elaboração do termo de referência e solicitação de aquisição de cinco mil caixas de arquivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Nº	Documentos da SEDEA – Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo

Fontes: SEI, SADP, e-mails, pastas restritas SEDEA e Resgate Histórico, sistemas Archivematica e Atom.

1.5.2 DIVULGAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA -SELEJ – Seção de Legislação e Jurisprudência

Nº	Documentos da SELEJ – Seção de Legislação e Jurisprudência
1	Divulgação, no Sistema de Legislação Compilada, de atos normativos deste Tribunal, agrupando, em um único espaço, os textos atuais compilados e consolidados das Resoluções Normativas, das Portarias, dos Provimentos da Corregedoria Regional Eleitoral de Sergipe (CRE/SE) e dos Atos de pessoal do TRE/SE editados a partir de 2022. O sistema permite acesso aos textos originais e atualizados das normas, bem como a links para consulta de normas citadas;
2	Cadastro e análise histórico-retroativa de Resoluções normativas do Tribunal editadas e publicadas no período de 1999 a 2021;
3	Cadastro e análise histórico-retroativa de Portarias normativas e de Portarias de Pessoal das Zonas Eleitorais editadas e publicadas no ano de 2025, com o objetivo de ampliação do cadastro para os anos anteriores, a partir de 2022;
4	Conferência e/ou inserção, no Sistema de Jurisprudência (versão 3), de dados normativos e jurisprudenciais (sucessivos/precedentes) referentes a Acórdãos, Resoluções de caráter decisório, Resoluções normativas e Decisões Monocráticas editadas e publicadas pelo TRE/SE;
5	Disponibilização de temas selecionados (“jurisprudência temática”) de julgamentos do Tribunal, organizados por temas e subtemas;
6	Realização de pesquisas de decisões e de normas aplicáveis à Justiça Eleitoral, em atendimento a solicitações dos públicos interno e externo.

Fonte: Sistemas de Jurisprudência e de Legislação Compilada

1.5.3 RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS

RECURSOS ELEITORAIS JULGADOS - ELEIÇÕES	
ASSUNTO PRINCIPAL	QUANTIDADE
Abuso de Poder Político/Econômico/Autoridade	19
Autorização de Propaganda Institucional	1
Direito de Resposta	29
Pesquisa Eleitoral	110
Prestação de Contas Eleitorais	128
Propaganda Eleitoral	618
Registro de Candidatura	169
Total	1074

Fontes: Painel gerenciador (recursos de eleição) e painel do CNJ.

JULGAMENTO DOS RECURSOS ELEITORAIS PLEITO DE 2024

Recurso Eleitoral	Quantidade de Julgamentos
Autorização de Propaganda Institucional	0
Abuso de Poder...	20
Direito de Resposta	30
Pesquisa Eleitoral	110
Prestação de Contas Eleitorais	130
Registro de Candidatura	160
Propaganda Eleitoral	620

Fontes: Painel gerenciador (recursos de eleição) e painel do CNJ.

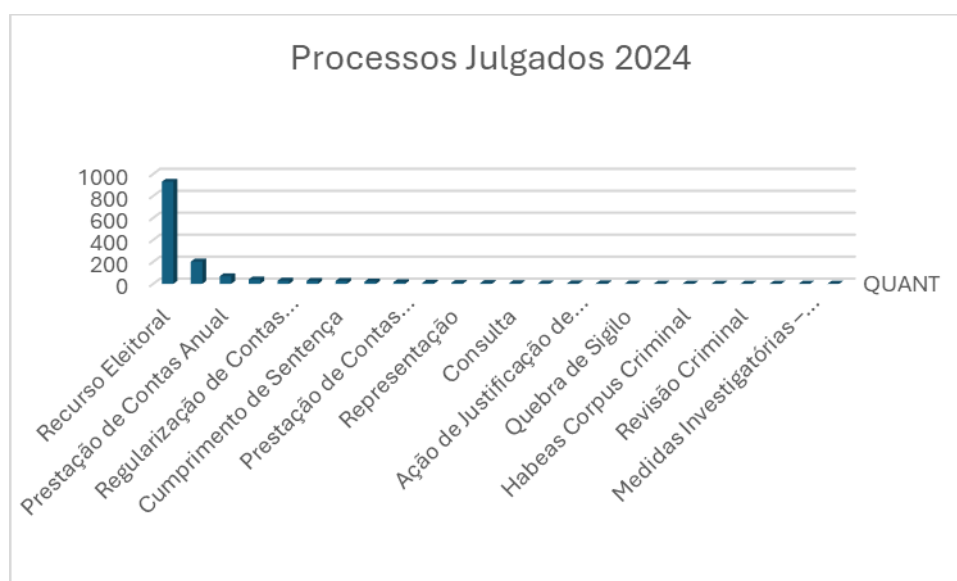




TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

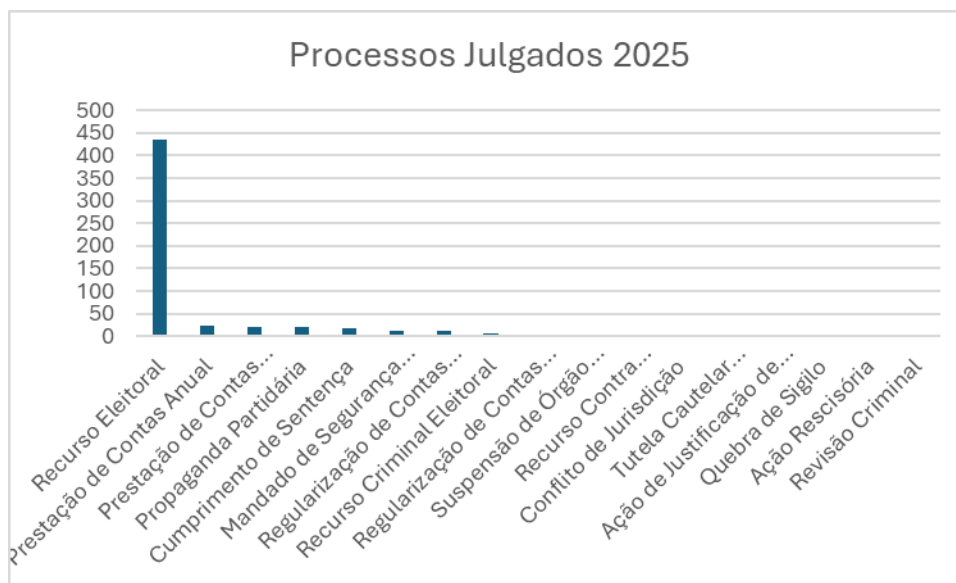
PROCESSO JULGADOS 2024	
CLASSE PROCESSUAL	QUANTIDADE
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	02
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	4
Ação de Justificação de Desfiliação Partidária	4
Conflito de Competência	1
Consulta	6
Cumprimento de Sentença	26
Habeas Corpus Criminal	2
Medidas Investigatórias – OrCrim	1
Mandado de Segurança Cível	203
Prestação de Contas Anual	69
Prestação de Contas Eleitoral	15
Propaganda Partidária	20
Quebra de Sigilo	3
Recurso Criminal Eleitoral	10
Recurso Eleitoral	930
Recurso em Mandado de Segurança	1
Regularização de Contas Anual	29
Regularização de Contas Eleitorais	27
Representação	8
Representação Especial	7
Revisão Criminal	1
Suspensão de Órgão Partidário	40
Tutela Antecipada Antecedente	2
Tutela Cautelar Antecedente	5
Total	1416

Fontes: Painel gerenciador (recursos de eleição) e painel do CNJ.



PROCESSO JULGADOS 2025	
CLASSE PROCESSUAL	QUANTIDADE
Ação de Justificação de Desfiliação Partidária	1
Conflito de Jurisdição	2
Cumprimento de Sentença	17
Mandado de Segurança Cível	13
Prestação de Contas Anual	23
Prestação de Contas Eleitoral	22
Propaganda Partidária	20
Quebra de Sigilo	1
Recurso Contra Expedição de Diploma	3
Recurso Criminal Eleitoral	6
Recurso Eleitoral	436
Regularização de Contas Anuais	5
Regularização de Contas Eleitorais	11
Ação Rescisória	1
Revisão Criminal	1
Suspensão de Órgão Partidário	4
Tutela Cautelar Antecedente	2
Total	568

Fontes: Painel gerenciador (recursos de eleição) e painel do CNJ.



CASOS NOVOS 2024		
	CLASSE PROCESSUAL	QUANTIDADE
1	Ação de Justificação de Desfiliação Partidária	3
2	Conflito de Competência	1
3	Consulta	4
4	Cumprimento de Sentença	1
5	Habeas Corpus Criminal	2
6	Mandado de Segurança Cível	193
7	Prestação de Contas Anual	32
8	Prestação de Contas Eleitoral	26
9	Propaganda Partidária	18
10	Quebra de Sigilo	1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

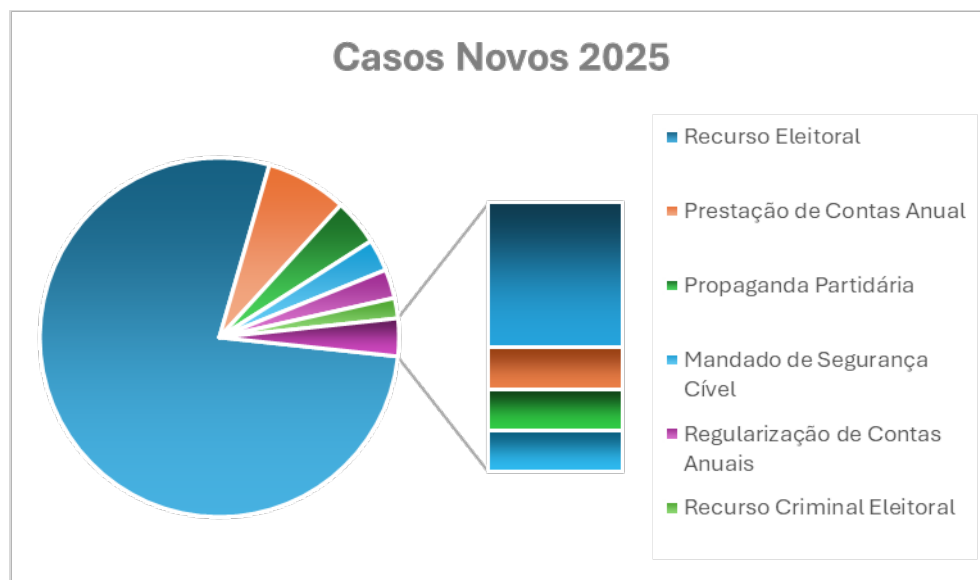
CASOS NOVOS 2024		
CLASSE PROCESSUAL		QUANTIDADE
11	Recurso Criminal Eleitoral	5
12	Recurso Eleitoral	1065
13	Recurso em Mandado de Segurança	1
14	Regularização de Contas Anual	24
15	Regularização de Contas Eleitorais	24
16	Representação	3
17	Representação Especial	1
18	Revisão Criminal	1
19	Suspensão de Órgão Partidário	6
20	Tutela Antecipada Antecedente	1
21	Tutela Cautelar Antecedente	2
Total		1414

Fontes: Painel gerenciador (recursos de eleição) e painel do CNJ.



CASOS NOVOS 2025		
CLASSE PROCESSUAL		QUANTIDADE
1	Conflito de Jurisdição	2
2	Cumprimento de Sentença	2
3	Mandado de Segurança Cível	11
4	Prestação de Contas Anual	28
5	Propaganda Partidária	16
6	Recurso Criminal Eleitoral	7
7	Recurso Eleitoral	298
8	Regularização de Contas Anuais	10
9	Regularização de Contas Eleitorais	7
10	Suspensão de Órgão Partidário	2
Total		383

Fontes: Painel gerenciador (recursos de eleição) e painel do CNJ.

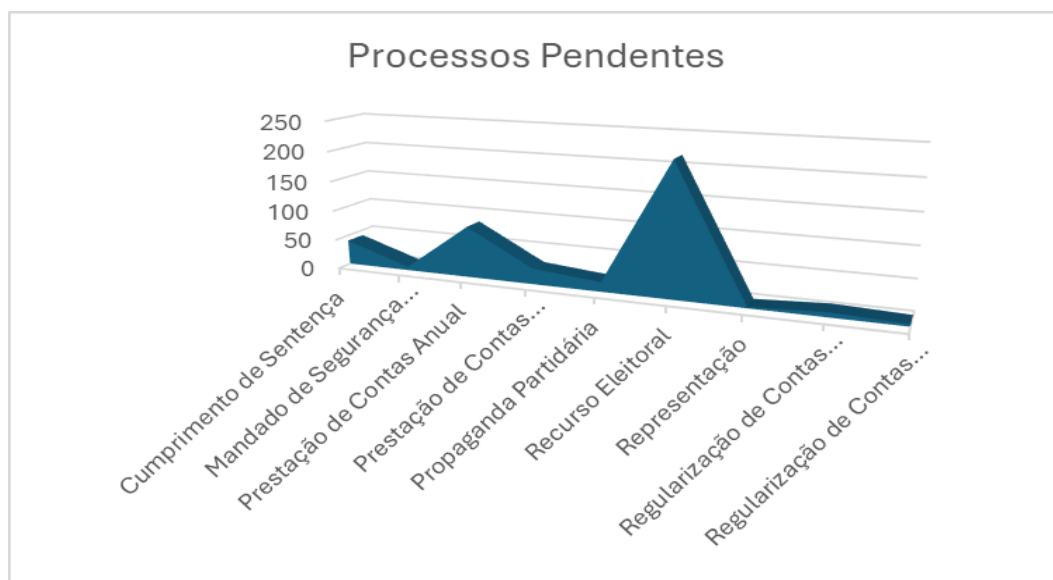


CASOS PENDENTES 2025		
	CLASSE PROCESSUAL	QUANTIDADE
1	Cumprimento de Sentença	41
2	Mandado de Segurança Cível	6
3	Prestação de Contas Anual	85
4	Prestação de Contas Eleitoral	26
5	Propaganda Partidária	16
6	Recurso Eleitoral	217
7	Representação	2
8	Regularização de Contas Anuais	8
9	Regularização de Contas Eleitorais	4
Total		405

Fontes: Painel gerenciador (recursos de eleição) e painel do CNJ.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL



Destaca-se, também, a edição de atos regulamentares essenciais, como as Resoluções Normativas nº 61, de 06 de setembro de 2024 – Dispõe sobre a implantação e funcionamento do juiz eleitoral das garantias, a criação dos Núcleos Eleitorais das Garantias, no âmbito da Justiça Eleitoral de 1ª Instância do Estado de Sergipe, e sobre a realização de audiência de custódia, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 -, e nº 66, de 06 de maio de 2025 - Regulamenta a gestão e destinação referentes à perda de bens e valores e de prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe -, que espelham o esforço contínuo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe em aprimorar sua estrutura normativa.

Os normativos editados pelo TRE-SE, somam-se ao arcabouço regulatório que permite a plena operacionalização do processo eleitoral no Estado. Esses normativos não apenas detalham procedimentos e estabelecem diretrizes, mas também preenchem lacunas e adaptam as normativas de âmbito nacional à realidade local, garantindo a uniformidade e a segurança jurídica de todas as ações e decisões do Tribunal.

1.5.4 ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias (ASCEP) atuou no suporte técnico-contábil ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, orientando partidos políticos e candidatos, por telefone e presencialmente, quanto à legislação eleitoral e à correta elaboração das prestações de contas eleitorais e partidárias. Também realizou a análise das contas apresentadas por partidos e candidatos, avaliando a regular utilização dos recursos públicos recebidos e verificando a origem dos recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro provenientes de filiados e simpatizantes.

Além disso, a ASCEP prestou suporte técnico e forneceu orientações, igualmente por telefone e presencialmente, aos servidores lotados nos Cartórios Eleitorais de Sergipe sobre a legislação eleitoral pertinente à fiscalização e ao controle das contas eleitorais e partidárias. Da mesma forma, ministrou treinamentos relacionados à legislação aplicável à análise das contas partidárias anuais e das contas eleitorais, bem como ao uso dos Sistemas de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE) e de Prestação de Contas Anual (SPCA). Tais capacitações foram direcionadas aos servidores da Justiça Eleitoral de Sergipe que atuaram e atuam na fiscalização e análise das contas prestadas por partidos e candidatos durante os períodos eleitorais e, anualmente, pelos diretórios municipais das agremiações partidárias.

Em complemento, segue uma síntese do quantitativo das atividades executadas por esta Assessoria de Contas Partidárias:

ANÁLISES 2024 - ASCEP

DOCUMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Informação - checklist	0	4	1	2	1	1	13	6	0	0	0	1	29
Informação	4	0	5	11	1	5	15	21	13	1	3	4	83
Relatório	1	1	2	3	5	6	4	5	1	0	5	10	43
Parecer	6	10	13	16	8	13	3	20	10	12	8	8	127
Total	11	15	21	32	15	25	35	52	24	13	16	23	282
Fonte: Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias - ASCEP													

ANÁLISES 2025 – ASCEP

DOCUMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Informação - checklist	0	0	0	0	0	1	9	8	3	0	0	0	21
Informação	6	6	8	8	11	5	6	7	9	5	1	0	72
Relatório	11	9	2	0	5	3	3	0	7	1	1	0	42
Parecer	0	8	7	16	12	8	11	16	4	6	8	0	96



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Total	17	23	17	24	28	17	29	31	23	12	10	0	231
Fonte: Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias - ASCEP													

ATENDIMENTOS (MAR-DEZ/2024) – ASCEP

MESES	LIGAÇÃO	PRESENCIAL
Janeiro	-	-
Fevereiro	-	-
Março	15	20
Abril	10	10
Maio	9	5
Junho	10	2
Julho	20	2
Agosto	42	8
Setembro	49	9
Outubro	47	44
Novembro	44	10
Dezembro	11	0
Total	257	73

Fonte: Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias - ASCEP

ATENDIMENTOS (JAN-NOV/2025) – ASCEP

MESES	LIGAÇÃO	PRESENCIAL
Janeiro	0	0
Fevereiro	6	0
Março	14	7
Abril	13	5
Maio	16	8
Junho	8	4
Julho	15	5
Agosto	8	1
Setembro	10	1
Outubro	5	2
Novembro	4	2
Dezembro	-	-
Total	99	35

Fonte: Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias - ASCEP

1.6 Assessoria de Gestão da Diretoria-Geral (AGEST-DG)

Cabe à AGEST-DG o assessoramento da Diretoria-Geral no planejamento e na execução de suas atividades e o direcionamento das ações dos Núcleos de Apoio à Governança e à Integridade (NAG), de Criatividade e Inovação (NCI) e de Sustentabilidade e Acessibilidade (NSA).

Principais ações:

- Termos de Cooperação com as Prefeituras de Canhoba, Graccho Cardoso, Muribeca e São Miguel do Aleixo para instalação de Pontos de Inclusão Digital (PIDs)
- Colaboração no planejamento e na realização de curso do SEI para servidoras(es) e colaboradoras(es)
- Coordenação dos trabalhos de consolidação e inscrição do Selo e do Prêmio de Qualidade Eleitoral
- Gestão do Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Sergipe para promoção articulada de ações conjuntas, visando a execução de atividades de interesse recíproco
- Participação na elaboração do Plano de Transformação Digital 2026-2027
- Normatização interna do fluxo do processo para cadastro e validação de evidências comprobatórias no sistema Integra - Serviço de Monitoramento de Atos do CNJ
- Participação/apoio efetivo nas ações do Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) e de alguns Comitês e Comissões de Governança

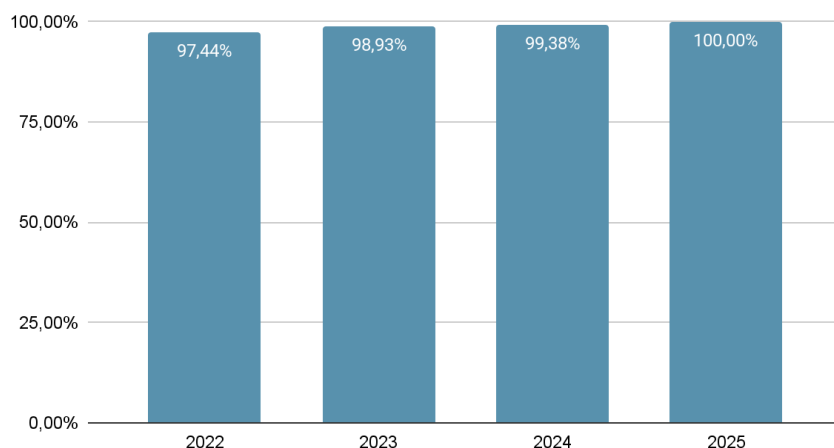
Resultados:

- Avaliação de desempenho da Alta Administração 2024 - **Gestão excepcional** (Dos possíveis 200 (duzentos) pontos, obteve-se a pontuação total de 178 pontos.)
- Evolução do resultado do Ranking da Transparência do CNJ



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Ranking da Transparência



- Resultado de 84,2% no IESGo2024 - Levantamento do TCU - Índice ESG (Environmental, Social and Governance) do TCU

1.6.2 Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade - NSA

1.6.2.1 SUSTENTABILIDADE

Principais ações:

- Campanha Eleições Sustentáveis
- Continuidade do projeto Coleta Seletiva Solidária - Projeto Tampas PET e Assinatura de novo Termo de Cooperação com a CARE para o período 2025-2027
- Realização da Semana do Meio Ambiente 2024 e 2025
- Inventário de emissão gases do efeito estufa relativo a 2023 e 2024
- Aquisição de veículos híbridos
- Formalização da ECOJUS - Rede de Sustentabilidade entre os Tribunais TRE-SE, TRT 20 e a Seção Judiciária da Justiça Federal em Sergipe Realização 05 Feirinhas de produtos orgânicos na sede do TRE-SE
- Aperfeiçoamento dos painéis de BI para monitoramento dos dados dos indicadores de sustentabilidade
- Participação do NSA no planejamento das contratações previstas do Plano de Contratações Anual, conforme art. 13 da Portaria Normativa TRE-SE 715/2024

Resultados:

- O TRE-SE atingiu o IDS 78,5% e 77,8%, nos Balanços da Sustentabilidade do Poder Judiciário, relativos a 2023 e 2024
- 76,2% das metas do PLS 2024 foram alcançadas

Desafios futuros:

- Executar o Plano de Descarbonização
- Ampliar a usina fotovoltaica
- Zerar as emissões de gases de efeito estufa do órgão
- Sensibilizar as unidades solicitantes de contratação acerca da aplicabilidade do Guia de Contratações Sustentáveis adotado pelo TRE
- Aumentar o percentual de contratos e aquisições com critérios sustentáveis

1.6.2.2 ACESSIBILIDADE

Principais ações:

- Campanha Eleições Sustentáveis
- Continuidade do projeto Coleta Seletiva Solidária - Projeto Tampas PET e Assinatura de novo Termo de Cooperação com a CARE para o período 2025-2027
- Realização da Semana do Meio Ambiente 2024 e 2025
- Inventário de emissão gases do efeito estufa relativo a 2023 e 2024
- Aquisição de veículos híbridos
- Formalização da ECOJUS - Rede de Sustentabilidade entre os Tribunais TRE-SE, TRT 20 e a Seção Judiciária da Justiça Federal em Sergipe
- Realização 05 Feirinhas de produtos orgânicos na sede do TRE-SE
- Aperfeiçoamento dos painéis de BI para monitoramento dos dados dos indicadores de sustentabilidade
- Participação do NSA no planejamento das contratações previstas do Plano de Contratações Anual, conforme art. 13 da Portaria Normativa TRE-SE 715/2024

Resultados:

- O TRE-SE atingiu o IDS 78,5% e 77,8%, nos Balanços da Sustentabilidade do Poder Judiciário, relativos a 2023 e 2024
- 76,2% das metas do PLS 2024 foram alcançadas

Desafios futuros:

- Executar o Plano de Descarbonização
- Ampliar a usina fotovoltaica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- Zerar as emissões de gases de efeito estufa do órgão
- Sensibilizar as unidades solicitantes de contratação acerca da aplicabilidade do Guia de Contratações Sustentáveis adotado pelo TRE
- Aumentar o percentual de contratos e aquisições com critérios sustentáveis

1.6.3 Núcleo de Criatividade e Inovação - NCI e i9-SE - Laboratório de Criatividade e Inovação

Principais ações:

- **Projeto** Tia Vera Contra a Desinformação nas Eleições
- Projeto Conhecer Para Desjudicializar nas Eleições Municipais
- Programa Descomplicue - Linguagem Simples no TRE-SE
- Projeto Todo Voto Importa realizado em parceria com o Coletivo de Inovação Eleitoral (uma articulação entre laboratórios de inovação da Justiça Eleitoral , em especial, da região nordeste)
- Projeto de Apoio às Zonas Eleitorais

Resultados:



- O TRE-SE foi contemplado com o Selo de Linguagem Simples 2024 e 2025 (1º lugar dentre os Tribunais);
- O projeto “Tia Vera contra a Desinformação nas Eleições” conquistou o primeiro lugar na categoria Ciências Comportamentais do 5º Prêmio Conexão Inova;
- O projeto “Todo Voto Importa” recebeu Moção de Honraria concedida pelo Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades em Sergipe (ConSer).

Desafios futuros:

- Ampliar a cultura da inovação no TRE-SE
- Desenvolver novas competências para inovação no setor público

1.6.4 Núcleo de Apoio à Governança e à Integridade

Principais ações:

- Plano de Integridade é apresentado à Alta Administração
- NAG destaca ações do Programa de Integridade
- Visita Técnica da Equipe do TRE-RN
- Construção do Guia de Elaboração de Atos Normativos

- Análise e levantamento de dados para questionários de governança e selos de qualidade
- Implantação do Painel de BI Gestão de Colegiados
- Oficinas do Plone Exposição para servidoras(es) e colaboradoras(es)

Resultados:

- Fortalecimento da governança institucional
- Aprimoramento da cultura de integridade

Desafios futuros:

- Execução do Plano de Integridade
- Lançamento do Painel de Integridade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

1.7 NÚCLEO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (NSI) EM 2024/2025

AÇÕES REALIZADAS

1.7.1 O NSI desenvolveu as seguintes atividades no biênio 2024/2025:

- Assessoramento da Alta Cúpula nas questões relativas à segurança da informação e proteção de dados pessoais;
- Propositura de pauta para os comitês: Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) e Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais (CGTPDP);
- Secretariado, por meio do Chefe do NSI, das assembleias do CGSI e do CGTPDP, coordenando a execução das medidas resultantes de suas decisões;
- Continuidade do exercício da função de Gestor de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral em Sergipe, atribuída desde 2021.
- Exercício da função de Encarregado de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral em Sergipe ao Chefe do NSI, a partir de 2025;
- Acompanhamento das ações desenvolvidas pela Assessoria Técnica de Segurança Cibernética, vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI);
- Emissão de Informação sobre casos complexos envolvendo segurança da informação e proteção de dados pessoais;
- Condução das ações de educação e conscientização sobre segurança da informação e proteção de dados pessoais;
- Coordenação do PoC (Proof of Concept) (Prova de Conceito) da Empresa Ciberian para contratação da Solução Integrada de Software para Gerenciamento de Processos de LGPD e Gerenciamento de Riscos e Conformidade (GRC), com o objetivo de conhecer o processo de adequação do Órgão às normas e boas práticas de proteção de dados pessoais;
- Integração ao Grupo de Trabalho com o objetivo de identificar prioridades no uso de Inteligência Artificial (Portaria 129/2025);
- Contribuição na elaboração de normativos, a exemplo de:
 - a. Resolução TRE/SE 68/2025: Política de Classificação da Informação relativamente à classificação de informações de documentos que contenham dados pessoais, dados pessoais sensíveis, inclusive distinguindo aqueles que carregam dados pessoais de crianças e adolescentes;
 - b. Portaria TRE/SE 64/2025: Plano de Ação para incidentes de segurança da informação, inclusive envolvendo violação de dados pessoais, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE) –;
 - c. Portaria de Pessoal 901/2025: Grupo de Trabalho Técnico, de caráter multidisciplinar, para prestar auxílio às atribuições do Encarregado de Dados Pessoais;
 - d. Política de Inteligência Artificial, ora em fase de discussão;

- e. Participação na revisão da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (nacional);

1.7.2 Participação em Capacitações

- Semana do Meio Ambiente: Palestra do Programa de Extensão Programa UFS e Instituições, dia 12/06/2024, no TRE/SE;
- Curso Inteligência Artificial e Internet nas Eleições 2024, de 10/06/2024 a 13/06/2024, no TRE/SE;
- 15º Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais, de 2 a 3 de setembro de 2024, sob a organização do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br e SaferNet Brasil;
- 1º Seminário do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial, dia 4 de setembro de 2024, sob a organização do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br e SaferNet Brasil;
- V Seminário Internacional de Gestão e Inovação no Judiciário: Governança Digital, de 11 a 13 de setembro de 2024, organizado pela Escola de Formação Judiciária do TJDF;
- 9º Simpósio Crianças e Adolescentes na Internet, dia 23 de outubro de 2024, sob a organização do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br e Instituto Alana, FGV Direito SP e SaferNet Brasil;
- 17ª Edição do Dia da Internet Segura no Brasil, dias 11 e 12 de fevereiro de 2025, sob a organização do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br e SaferNet Brasil;
- Seminário Internet e Meio Ambiente: Caminhos Sustentáveis na Amazônia, dias 24 e 25 de fevereiro de 2025, sob a organização do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Bemol, do Centro Popular de Comunicação e Audiovisual (CPA) e da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para Amazônia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Oficina de Linguagem Simples, em 11 de março de 2025, no TRE/SE;
- Preparação para a aposentadoria: Aposentadoria. Aspectos legais, de 26 a 27 de maio de 2025;
- Curso “Do descarte à dignidade: compostagem e agenda 2030: conexões que regeneram o planeta”, dia 4 de junho de 2025, no TRE/SE;
- 16º Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais, de 25 a 27 de agosto de 2025, sob a organização do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br e SaferNet Brasil;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 2º Seminário do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial, dia 28 de agosto de 2025, sob a organização do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br e SaferNet Brasil;
- Fundamentos de Segurança da Informação na Transformação Digital (EAD Enap), em outubro de 2025;
- Proteção de Dados Pessoais no Setor Público (EAD Enap), em outubro de 2025.

1.7.3 Eventos Organizados pelo NSI isolada ou conjuntamente

- Seminário “LGPD e a Justiça Eleitoral em Sergipe”, em 23 de maio de 2024, no Plenário do TRE/SE, Des. Fernando Ribeiro Franco;
- Seminário “Transparência, Integridade e Proteção de Dados”, dia 28 de março de 2025, com os palestrantes: Roseane Tavares Oliveira (TCE-SE), Glória Teles (TCE-SE) e Igor Pereira Oliveira (TCU-SE);
- Palestra “Uso Ético da IA no Judiciário – de acordo com a Res. CNJ 615/2025”, em 30 de maio de 2025, com a Juíza Dra. Eunice Prado.

•

1.7.4 Participação em Eventos Externos

- 2º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação da Justiça Eleitoral - ENASTIC – Belém, PA, de 4 a 6 de junho de 2024;
- LGPD Day 2024, no Centro de Inovação (Tiradentes Innovation Center) da Universidade Tiradentes, em 26 de setembro de 2024.
- I Congresso de Inovação e Inteligência Artificial no Judiciário, de 15 a 17 de janeiro de 2025, em Foz do Iguaçu, PR
- 3º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação da Justiça Eleitoral - ENASTIC - Recife-PE, de 20 a 22 de agosto de 2025;
- LGPD Day 2025, no Centro de Inovação (Tiradentes Innovation Center) da Universidade Tiradentes, em 26 de setembro de 2025;
- 13º Fórum de Gestão Estratégica do TRT da 20ª Região, dia 10 de outubro de 2025, na sede do TRT20.

1.7.5 Ações a Serem Concluídas em 2026

- Implantação da Solução Integrada de Software para Gerenciamento de Processos de LGPD e Gerenciamento de Riscos e Conformidade (GRC), com o objetivo de promover adequação integral do Órgão às normas e boas práticas de proteção de dados pessoais;
- Difusão das ações de educação e conscientização sobre segurança da informação e proteção de dados pessoais para 100% dos agentes atuantes na Justiça Eleitoral em Sergipe;
- Elaboração do Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais nas unidades que tratam dados pessoais sensíveis e de grave repercussão em caso de vazamento.

2. OUVIDORIA ELEITORAL DE SERGIPE

Período : 1º/1/2024 a 31/10/2025

A Juíza Dauquiria de Melo Ferreira, Ouvidora Eleitoral e da Mulher do TRE/SE, apresenta relatório das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Eleitoral de Sergipe, no período de janeiro de 2024 a outubro de 2025, durante a gestão do Des. Diógenes Barreto como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

2.1 MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

Abaixo o quantitativo das demandas recebidas na Ouvidoria no período de janeiro de 2024

a outubro de 2025, totalizando **10.610 atendimentos**.

Ano/Período	Quantidade de atendimentos
2024 (janeiro a dezembro)	8.255
2025 (janeiro a outubro)	2.355
Total	10.610

2.2 DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO ANO DE 2024

Segue abaixo a quantidade de atendimentos aos eleitores realizadas por mês na Ouvidoria Eleitoral em 2024, tendo sido registrados 8.255 atendimentos no período de 1º/1/2024 a 31/12/2024, verificando-se aumento de 6.232 atendimentos (aumento percentual de 308,06%) em relação ao mesmo período de 2023, quando foram registrados apenas 2.023 atendimentos.

Atendimentos aos eleitores registrados na Ouvidoria Eleitoral por meios de acesso

MEIO DE ACESSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
BALCÃO VIRTUAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E-MAIL	26	14	13	34	25	17	18	13	18	58	11	6	253
PRESENCIAL	0	1	0	0	0	0	330	608	1	2	0	0	942
TELEFONE	73	103	135	392	433	39	87	95	141	394	66	9	1967
VIDEOCHAMADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
WEB	17	9	9	18	19	13	11	12	15	17	4	5	149
WHATSAPP	308	229	223	697	1331	109	180	309	369	897	178	114	4944
TOTAL	242	356	380	1141	1808	178	626	1037	544	1368	259	134	8255



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

O assunto mais demandado foi Título Eleitoral (3.190 atendimentos), representando 39% das demandas. Assim, o serviço de informações aos cidadãos e cidadãs caracterizou todo o período, revelando o auxílio da Ouvidoria Eleitoral no atendimento aos eleitores e eleitoras, para regularização de suas inscrições eleitorais, consulta de local de votação e atendimento às(os) mesárias(os), além de suas outras atividades como recebimento de solicitações, reclamações, críticas, elogios e sugestões sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Sergipe.

2.2.1 PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA EM 2024

2.2.1.1 Fechamento do Cadastro Eleitoral

Ampliação do horário de atendimento da Ouvidoria Eleitoral (7 às 19 h), no período de 22/04/24 a 8/5/2024, para atendimento das demandas dos eleitores nos dias que antecederam o fechamento do cadastro em 8/5/2024, que foi divulgada nas rádios através de spot, no [site](#) e redes sociais do TRE/SE. Mais detalhes no [relatório de maio de 2024](#).

2.2.1.2 Atendimento no Shopping RioMar

O 1º atendimento itinerante do projeto “A Ouvidoria Eleitoral vai até você!” ocorreu no período de 24 a 28 de julho de 2024. O evento ocorreu no Shopping RioMar concomitantemente à exposição “Da célula à urna eletrônica: uma jornada democrática”. O objetivo foi esclarecer dúvidas dos cidadãos, divulgar os canais de contato da Ouvidoria e realizar uma [Pesquisa de Satisfação com os visitantes da exposição organizada pelo Centro de Memória Eleitoral \(CEMEL\) do TRE/SE](#). A exposição teve 96% de aprovação do público com o conceito “ótimo”, evidenciando o sucesso do evento.

2.2.1.3 Realização de Plantões no 1º e 2º Turnos das Eleições 2024

A Ouvidoria Eleitoral realizou plantão para atendimento das(os) cidadãs(os) no período de 1º a 6/10/2024, no horário das 07 às 19 horas. Foram registrados 1.060 atendimentos nos dias do plantão do 1º (1º a 6/10/2024) e 2º (25 a 27/10/2024) Turnos das Eleições 2024. Foi disponibilizado, novamente, nos dias das eleições o serviço de atendimento por videochamada para atender às(os) eleitoras(es) surdas(os). Mais detalhes no Relatório do [1º Turno](#) e do [2º Turno](#) das Eleições

2024.

2.2.2 PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/SE

Atuação da Ouvidoria Eleitoral como gestora do Macrodesafio 2 (Fortalecimento da relação institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade) do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para o período 2021-2026, fazendo o acompanhamento bimestral das iniciativas e respectivas unidades responsáveis.

Ressalta-se, no período, a realização da pesquisa de satisfação na urna eletrônica no evento do CEMEL e no treinamento dos mesários (Iniciativa 1 - Busca ativa da pesquisa de

satisfação), realizadas no 2º quadrimestre de 2024; bem como a Semana da Diversidade Religiosa (Iniciativa 3 - Campanha de conscientização de combate à discriminação e ao assédio), realizada em dezembro de 2024, dentre outras.

A Ouvidoria Eleitoral também é responsável pela iniciativa “Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração e monitoramento de satisfação do público externo” do Macrodesafio 1 (Garantia dos direitos da cidadania) que tem a EJESE como gestora. Como ações realizadas pode-se citar os atendimentos itinerantes, a pesquisa de satisfação na urna e a disponibilização da sala da Ouvidoria da Mulher.

2.3 DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO ANO DE 2025 (JANEIRO A OUTUBRO)

Segue abaixo a quantidade de atendimentos aos eleitores realizadas por mês na Ouvidoria Eleitoral de janeiro a outubro de 2025, tendo sido registrados 2.355 atendimentos no período de 1º/1/2025 a 31/10/2025.

Atendimentos aos eleitores registrados na Ouvidoria Eleitoral por meios de acesso

MEIO DE ACESSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
E-MAIL	22	7	11	10	10	5	21	8	12	8	-	-	114
PRESENCIAL	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	-	-	1
TELEFONE	69	86	45	40	20	24	17	24	36	37	-	-	398
WEB	7	5	3	3	4	5	1	4	2	5	-	-	39
WHATSAPP	288	141	126	136	153	117	184	137	194	327	-	-	1803
TOTAL	386	239	185	189	188	151	223	173	244	377	-	-	2355

O assunto mais demandado foi Título Eleitoral (1.133 atendimentos), representando 48% das demandas. Assim, o serviço de informações aos cidadãos e cidadãs caracterizou todo o período, revelando o auxílio da Ouvidoria Eleitoral no atendimento aos eleitores e eleitoras, para regularização de suas inscrições eleitorais, além de suas outras atividades como recebimento de solicitações, reclamações, críticas, elogios e sugestões sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Sergipe.

2.3.1 PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA EM 2025

- Participação da Ouvidoria Eleitoral da Oficina de Linguagem Simples no dia 11/3/2025(<https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Marco/tre-se-promove-evento-sobre-linguagem-simples?SearchableText=oficina%20de%20linguagem%20simples>).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- Participação da Ouvidoria Eleitoral do curso "Atuação Integrada com perspectiva de Gênero: As Novas Lentes do Sistema de Justiça", no período de 07 a 25 de abril de 2025. O curso foi organizado pela Escola Judiciária Eleitoral - EJESE, em parceria com a Escola Judicial de Sergipe - EJUSe e ocorreu na modalidade semi-presencial (aula presencial e EaD). A aula presencial ocorreu no 07/04/2025, Tribunal de Justiça de Sergipe, 8h às 12h e 14h às 18h (<https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Abril/curso-sobre-perspectiva-de-genero-no-sistema-de-justica?SearchableText=%22Atua%C3%A7%C3%A3o%20Integrada%20com%20perspectiva%20de%20G%C3%AAnero:%20As%20Novas%20Lentes%20do%20Sistema%20de%20Justi%C3%A7a%22>).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do III Encontro Nacional de Servidoras e Servidores de Ouvidorias Eleitorais, realizado de 2 a 4 de junho de 2025, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília (<https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Junho/ouvidoria-do-tre-se-participa-de-encontro-nacional-e-adere-a-novo-sistema-de-atendimento-da-justica-eleitoral>). O encontro teve como foco a implantação do Sistema de Atendimento ao Cidadão da Justiça Eleitoral (SAC-JE), que tem a proposta de aumentar a eficiência e a celeridade na prestação dos serviços ao público.
- Participação da 17ª edição do Encontro Nacional do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (ECOJE), no período de 13 a 15/08/2025, em Pirenópolis, Goiás (<https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Agosto/ouvidora-do-tre-se-participa-do-xvii-encontro-nacional-do-coje>).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do Mutirão da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua (POP RUA JUD AJU 2025). A ação ocorreu no estacionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20), em Aracaju, no dia 24/10/2025 (<https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Outubro/tre-se-participa-de-mais-uma-edicao-do-mutirao-popruajud-aju>).

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ouvidoria Eleitoral tem por objetivo ser a via de comunicação entre a sociedade e o TRE/SE, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre temáticas relativas ao processo eleitoral,

receber reclamações, críticas, elogios ou sugestões sobre os serviços prestados por esta Justiça Especializada.

Os dados levantados neste relatório demonstram um aumento significativo na atuação da Ouvidoria Eleitoral do TRE/SE, que vem trabalhando para o aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, com a participação efetiva em projetos de gestão que visam aprimorar as informações do site do TRE/SE, com utilização de linguagem simples, realização de atendimentos itinerantes, bem como participação no atendimento das pessoas em situação de rua, com ênfase na pesquisa de satisfação.

Durante o período da gestão do Des. Diógenes Barreto como Presidente do TRE/SE, a Ouvidoria Eleitoral sempre contou com o apoio da alta administração deste Tribunal, os trabalhos foram desenvolvidos com muita seriedade e respeito às cidadãs e aos cidadãos, buscando-se da melhor forma possível atender às suas demandas com presteza e dentro dos prazos preestabelecidos.

A Ouvidoria Eleitoral de Sergipe vem exercendo regularmente as atividades necessárias ao cumprimento de sua missão de comunicação com o público interno e externo, especialmente no cumprimento da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, regulamentada pela Resolução do TRE/SE 184/2016 e da Lei 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos, regulamentada pela Resolução TRE/SE 6/2019.

Assim, os serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral de Sergipe vem ganhando destaque, trabalhando com foco no autoatendimento, na acessibilidade e divulgação dos seus serviços, contando sempre com o apoio das demais unidades deste Tribunal, da Diretoria-Geral e da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

3. ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SERGIPE – EJESE

3.1 INTRODUÇÃO

Este relatório consiste em um resumo das atividades desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe – EJESE na gestão da Presidência do Des. Diógenes Barreto (23/02/2024 a 16/02/2026).

A Escola foi dirigida pelo Juiz Membro Dr. Hélio de Figueiredo Mesquita Neto até 28 de abril de 2025. A Juíza Membro Dra. Brígida Declerc Fink assumiu a direção a partir desta data.

Durante este período, a EJESE realizou cursos de atualização e aperfeiçoamento para juízes(as) membros, juízes(as) eleitorais e servidores(as), ampliou as ações de cidadania política, de estímulo à participação feminina e ações de enfrentamento à desinformação, além de desenvolver projetos de incentivo à leitura e ações com metodologia de inovação.

3.2 EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

Entre as finalidades da Escola estão a promoção e a difusão do conhecimento nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral por meio de cursos, ciclos de debates e palestras. Com o escopo de atender essa finalidade e seguindo o Plano Anual de Capacitação – PAC, foram realizados os cursos e as palestras abaixo, nas modalidades presencial e à distância, além da participação em eventos e capacitações intermediadas pela Escola.

3.2.1 Ensino à Distância

3.2.1.1 EAD Síncrono

- Propaganda Eleitoral com Ênfase na Atuação das Zonas Eleitorais (2024);
- Prática Processual das Principais Ações Cíveis Eleitorais (2024);
- Propaganda Política, Mídias Sociais e Poder de Polícia (2024);
- Registro de Candidaturas e Elegibilidades (2024);
- Aspectos Processuais e Temas Destacados das Contas Eleitorais (2024);
- Inteligência Artificial e Internet nas Eleições 2024 (2024);
- Assessoria 4.0: Como produzir decisões judiciais com inteligência artificial (2024);
- Capacitação Nacional das Escolas Judiciárias – CNEJEs (2024 e 2025);
- Eleições e Tecnologia - Inteligência Artificial, impulsionamentos e provas digitais: o que esperar para 2026 (2025).

3.2.1.2 EAD Assíncrono

- A Acessibilidade e a Inclusão no Ambiente Jurídico (2024)

3.2.2 Presencial

- Palestra e Oficina de Linguagem Simples (2025);
- IV Fórum de Enfrentamento à Desinformação (2025);
- Processo Penal Eleitoral e Juízo Eleitoral das Garantias (2025);
- Palestra Uso Ético da IA no Judiciário de acordo com a Res. CNJ 615/2025 (2025);
- Processo civil aplicável aos feitos eleitorais (2025);
- Pesquisas Eleitorais, Representação Eleitoral do art. 96 da Lei de Eleições e Combate a Perfis Falsos na Internet (2025).

3.2.3 Híbrido

- Igualdade de Gênero: Julgar com Perspectiva de Gênero (2024);
- Aperfeiçoamento em Direito Eleitoral para Magistrados (2024);
- Atuação integrada com perspectiva de gênero: as novas lentes do sistema de justiça (2025);
- Equidade Racial no Judiciário (2025);
- Curso de aperfeiçoamento da Magistratura (2025)

3.2.4 Participação de Diretor(a), Magistrados(as) e servidores(as) em capacitações e eventos

- IV Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (2024);
- Curso: Ações de Cidadania das Escolas Judiciárias Eleitorais: diretrizes, instrumentos e práticas estratégicas (2024);
- Trilha de Capacitação dos Gabinetes (2024);
- XXI Encontro Nacional do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE) (2024);
- Congresso Inteligência Artificial e Eleições (2024);
- X Semana de Inovação da ENAP (2024);
- Encontro Nacional de Educação Cidadã (2024);
- XXII Encontro Nacional do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE) (2024);
- Encontro Nacional da Alta Gestão do Sistema de Justiça e da Segurança Pública para a Proteção das Mulheres e Igualdade de Gênero (2025);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- III Encontro da Rede Nordeste de Cooperação Judiciária (2025);
- XXIII Encontro Nacional do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE) (2025);
- V Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (2025);
- Curso Formação de Formadores – Fofo Cidadania (2025);
- Verdemocracia – Reunião das Escolas Judiciárias Eleitorais (2025);
- 4ª Edição do Mulheres na Justiça: novos rumos da Resolução CNJ n. 255/2018 (2025);
- Trilha de Capacitação dos Gabinetes (2025);
- XXIV Encontro Nacional do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE) (2025);
- I Fórum Nacional das Mulheres Juristas (2025);
- Lançamento do Programa Educação para Cidadania e Sustentabilidade (2025);
- Prêmio da Justiça Eleitoral (2025)

3.3 PROGRAMAS DE CIDADANIA

3.3.1 Eleitora e Eleitor do Futuro

O programa Eleitora e Eleitor do Futuro tem como objetivo despertar nos jovens a consciência sobre a importância do exercício da cidadania, da participação política, além de apresentar a urna eletrônica e suas camadas de segurança, o processo eleitoral e a auditoria do voto eletrônico.

Associado ao tema principal, a EJESE procura estimular a participação das mulheres e grupos minoritários na política, bem como instruir os(as) jovens acerca do combate à desinformação e a necessidade de consultar meios de checagem de notícias falsas.

Além das atividades desenvolvidas nas escolas públicas e particulares e em institutos que visam a educação profissional dos(as) jovens, foram realizadas visitas guiadas à sede do Tribunal com estudantes do ensino médio e de universidades.

Nestas visitas, além de palestras expositivas, os(as) estudantes acompanham as sessões plenárias, conhecem a estrutura do Tribunal, visitam o Centro de Memória Eleitoral e o Depósito de Urnas. O intuito é promover a aproximação da instituição com a sociedade, tornando-a acessível.

Durante este biênio, 42 (quarenta e duas) instituições foram atendidas

3.3.2 Socioeducação e Cidadania

Objetivando ampliar sua atuação e expandir o público atendido, a Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe desenvolveu o Projeto “Socioeducação e Cidadania”, que visa proporcionar o acesso à educação política, a conscientização e a participação eleitoral de adolescentes em desenvolvimento, que se encontram cumprindo medidas socioeducativas.

As ações são realizadas na instituição de internamento, com a presença dos servidores(as) e colaboradores(as), em forma de palestra, debates e participação efetiva dos(as) jovens, inclusive no uso da urna eletrônica

3.3.3 Ações nos quilombos e indígenas

Neste ano de 2025, a EJESE direcionou o olhar para as comunidades dos povos tradicionais: quilombolas e indígenas. De forma proativa, realizou-se a busca de instituições responsáveis por políticas públicas voltadas a tais comunidades, como a Fundação Palmares e a FUNAI, a fim de se obter informações para nortear as ações a serem desenvolvidas.

A partir de tais informações, foi construído um planejamento para ações de educação cidadã junto às comunidades mapeadas, iniciando na aldeia indígena Xocó, e comunidade quilombola Mocambo, ambas no Município de em Porto da Folha e comunidade quilombola Forras, no município de Riachão do Dantas.

Em 2026, as ações continuarão a ser executadas.

3.3.4 Ações com idosos

A Escola Judiciária Eleitoral desenvolveu o projeto Cidadania 70+, conduzido com base na metodologia de Design Thinking.

O processo iniciou-se pelo entendimento profundo do problema, orientado pelo desestímulo à participação eleitoral das pessoas idosas com 70 anos ou mais, cuja votação é facultativa.

Durante o desdobramento do projeto foram desenvolvidas rodas de conversa, onde os idosos puderam esclarecer suas dúvidas e serem ouvidos.

Trata-se de projeto em curso, tendo continuidade no ano de 2026.

3.4 AÇÕES DE PROMOÇÃO E DEFESA DA MULHER

Em parceria com a Comissão de Participação Feminina, a Escola Judiciária realizou e participou dos seguintes eventos:

3.4.1 III Mulheres na Política: Viabilizando Candidaturas - com o objetivo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

estimular a participação feminina consciente nas Eleições 2024, realizou o III Mulheres na Política: Viabilizando Candidaturas, no dia 04 de março de 2024, que teve como palestrantes a Ministra Edilene Lôbo, Dra. Dauquíria de Melo Ferreira e Jamille Secundo Melo. Essa iniciativa foi selecionada como finalista do Prêmio Justiça Eleitoral 2025.

3.4.2 Enfrentamento à violência doméstica e familiar – um dever social e institucional - visando incentivar as mulheres de todas as raças e classes sociais que sofrem ou tenham sofrido algum tipo de violência doméstica e familiar (física ou psicológica) a buscarem apoio nos órgãos especializados, foram realizados dois ciclos de debate intitulados de “Enfrentamento à violência doméstica e familiar – um dever social e institucional”, realizados em 20 de maio de 2024 e em 08 de maio de 2025 e contaram com debates e palestras de juízas, delegada e profissionais que atuam em áreas diretamente ligadas à temática.

3.4.3 Seminário Mulheres na Política – a fim de fomentar a discussão sobre a participação das mulheres na política e estimular a participação mais efetiva das mulheres nas eleições sergipanas, a assessora da EJESE participou, como palestrante, do Seminário Mulheres na Política que foi realizado pelo Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, em 31 de julho de 2025.

3.5 ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

A Comissão de Enfrentamento à Desinformação Eleitoral - CEDE é presidida pelo(a) Diretor(a) da EJESE e tem como objetivo combater a desinformação acerca do processo eleitoral e fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral (Portaria Normativa TRE-SE n.º 58/2025).

O enfrentamento à desinformação desencadeou importantes ações nessa seara, dentre as quais algumas merecem destaque, quais sejam:

a) execução do Pacto contra a Desinformação em Sergipe, que teve como objetivo criar uma rede de disseminação de conteúdos oficiais sobre o processo eleitoral para diminuir os impactos da desinformação no processo eleitoral nas eleições 2024. Para garantir que a informação alcançasse uma parcela maior da sociedade, as matérias do TRE/SE eram veiculadas, simultaneamente, no mesmo dia e hora, nos sites e redes sociais dos signatários. Esta ação teve grande repercussão na sociedade e na imprensa sergipana e também foi selecionada para concorrer no Prêmio Inovare 2024;

b) realização do IV Fórum de Enfrentamento à Desinformação, no Plenário deste Tribunal, em 04 de abril de 2025, que contou com a participação de membros(as) do TRE/SE, juízas(es), membros do Ministério Público, advogadas(os), servidoras(es), e jornalistas, tendo como palestrantes o Des. Cláudio Luís Braga Dell’orto (TJ-RJ), a professora Dra. Tatiana Güenaga Aneas (UFS), Doutorando Vitor De Andrade Monteiro (TRE-AL), Sr. Jilian Servat (TSE).

3.6 BIBLIOTECA

Responsável pela gestão do acervo bibliográfico do Tribunal, a Biblioteca Profª Valdice Alves de Souza, que é parte da Escola Judiciária, possui dentre suas atividades o empréstimo de livros, a aquisição de novos exemplares para a atualização do acervo, como também a seleção negativa de livros em desuso por mais de 10 anos para o desfazimento.

Durante o ano de 2025, foi renovada a assinatura da Plataforma Fórum, a qual contém as revistas RCP – Revista de Contratos Públicos, RBDE – Revista Brasileira de Direito Eleitoral e a RDA – Revista de Direito Administrativo e foram inseridos no acervo da Biblioteca novos títulos provenientes de aquisição e doação.

No corrente ano, a Biblioteca realizou levantamento e enviou para a Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivos (SEDEA), as Resoluções e Acórdãos referentes aos anos de 1973 à 2019 e Boletins Internos da Seção de Recursos Humanos (SRH) referentes aos anos de 1996 à 2009.

A divulgação da lista das obras adquiridas e inseridas no acervo é realizada pela Biblioteca, através dos portais oficiais, Intranet e Internet do Tribunal, além de comunicados via e-mail, estando todas as publicações à disposição dos usuários para consulta e empréstimo.

3.6.1 SEMEANDO LIVROS

Semeando Livros é um projeto que tem o propósito de levar até os(as) servidores(as), terceirizados(as), estagiários(as) e cidadãos(ãos) o prazer da boa leitura. Assim, no local destinado a essa finalidade, a pessoa pode retirar qualquer um dos livros que se encontra nas prateleiras e levá-lo para casa. Depois de ler, devolve ou passa adiante, caso deseje compartilhar o prazer da leitura com alguém. A seleção de exemplares é variada, resultado do recebimento frequente de doações das(os) servidoras(es) e colaboradores do Tribunal.

3.6.2 GELATECA

O Projeto Gelateca surgiu como uma ampliação da atuação do Projeto Semeando Livros. A iniciativa, realizada em parceria com o Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade, consiste no reaproveitamento de geladeiras inservíveis que, ao invés de serem descartadas, são transformadas em estantes criativas para abrigar livros e palavras-cruzadas.

As Gelatecas têm a proposta de serem instaladas no Refeitório dos servidores terceirizados e na Central de Atendimento ao Público dos Cartórios da capital sergipana, como forma de ampliar o acesso à leitura e ao entretenimento dos servidores terceirizados, em seus horários de descanso e do público, em geral, que é atendido na central.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

A Escola Judiciária Eleitoral e a Biblioteca Profª Valdice Alves de Souza buscam arrecadar títulos e palavras-cruzadas por meio de campanhas, junto aos servidores do Tribunal, sendo realizada uma curadoria dos mesmos, após tais recebimentos, a fim de direcionar a disposição dos livros na Gelateca, de acordo com o público-alvo, considerando variadas escolaridades e áreas de interesse.

O Projeto está em fase de implantação e a expectativa é de maior extensão e ampliação também nos Cartórios do interior do Estado, no ano de 2026.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a gestão do Des. Diógenes Barreto, a Escola Judiciária Eleitoral destacou-se na ampliação de projetos desenvolvidos, especialmente no que se refere à cidadania política.

O apoio institucional irrestrito da alta administração foi determinante para o desenvolvimento e atuação da EJESE neste ciclo, proporcionando condições para o cumprimento do Plano de Capacitação Anual, das demandas advindas para a busca do Selo CNJ e do Selo TSE, além das demais atividades ordinárias e extraordinárias da Escola.

4. COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA - COAUD

4.1 RESUMO

O QUE A COAUD FISCALIZOU?

A Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD) concluiu, nos exercícios de 2024 e 2025, cinco atividades de auditoria na modalidade avaliação: auditoria de contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas dos exercícios de 2024 e de 2025 (para este exercício as etapas de certificação e de emissão de relatório ocorrerão em março e abril de 2026); Auditoria Integrada do TSE em Governança e Gestão de Aquisições; Auditoria Coordenada pelo CNJ sobre a política nacional de incentivo à participação institucional feminina e Auditoria na Folha de Pagamento. A COAUD realizou sete atividades de auditoria na modalidade consultoria, sendo seis orientações e uma facilitação. Foram realizadas seis atividades de monitoramento.

VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS

O volume de recursos fiscalizados foi de R\$ 147.759.514,76 em 2024, correspondente à dotação total atualizada do TRE-SE no exercício de 2024 e de R\$ 133.136.610,00 em 2025. Estes valores são adotados por corresponderem respectivamente à materialidade da auditoria de contas dos exercícios de 2024 e 2025.

O QUE A COAUD ENCONTROU?

As auditorias na modalidade avaliação apresentaram recomendações para melhoria dos processos de trabalho e saneamento das deficiências de controle identificadas. As consultorias contribuíram, exemplificativamente, para esclarecer ou aperfeiçoar procedimentos de prestação de contas anuais, da auditoria de contas anuais, o uso da ferramenta conectaTCU e o tratamento das recomendações.

QUAL A PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO?

A COAUD, na elaboração do Plano de Auditoria e do Plano de Capacitação de Auditoria do exercício de 2026 contemplou o monitoramento das recomendações de auditoria expedidas e os treinamentos que a equipe de auditoria necessitará para cumprimento e aprimoramento das atividades previstas.

QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

A expectativa da COAUD para o exercício de 2026 e seguintes é o avanço na qualidade das atividades de auditoria interna.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

4.2 - Introdução

Além das disposições constitucionais previstas nos Arts. 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, as atividades de Auditoria Interna no TRE/SE são regidas pelas Resoluções 308 e 309 do Conselho Nacional de Justiça. Por força destes normativos foram elaborados no âmbito deste Tribunal o Estatuto e o Código de Ética da Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUD, que foram aprovados pelo Pleno, através das Resoluções 17/2021 e 17/2020, respectivamente.

Em 2023 o TRE/SE adotou o Manual de Auditoria do Poder Judiciário, elaborado pelo CNJ, que tem como finalidade básica reunir de forma sistematizada conceitos básicos sobre a matéria, as principais legislações correlatas, plano de trabalho, organização, competências, diretrizes gerais e o estabelecimento de procedimentos essenciais ao desenvolvimento das atividades de auditoria, visando, principalmente, alcançar uniformidade de atendimento e padronização mínima dos procedimentos, além de orientar as atividades no âmbito das auditorias internas do Poder Judiciário.

Outro normativo de grande relevância é a Instrução Normativa – TCU 84, de 22 de abril de 2020, regulamentada atualmente pela Decisão Normativa – TCU nº 198, de 23 de março de 2022, as quais influenciam o Tribunal e particularmente a auditoria interna, em virtude de a sistemática de prestação de contas adotar novo formato, com divulgação de informações na página da Internet do órgão, relativas ao exercício em curso, bem como obrigatoriedade de auditoria de contas também iniciada no próprio exercício, resultando na emissão de Certificado e Relatório da Auditoria de Contas anualmente.

4.3 - Composição da Unidade de Auditoria Interna

No âmbito do TRE-SE, as funções de auditoria interna são desempenhadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUD, por intermédio das Seções de Auditoria Geral e de Auditoria de Pessoal e Patrimônio. As atribuições das unidades estão definidas na Resolução TRE/SE 41/2023, que é o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal, e na Resolução TRE/SE 17/2021, a qual implantou o Estatuto da COAUD, estabelecendo a competência, as normas de serviços da unidade e regulando o processamento, a tramitação e análise dos procedimentos que lhe são atribuídos.

As Seções integrantes da COAUD, nos exercícios de 2024 e 2025, contaram com 5 (cinco) servidores. A coordenação, orientação e supervisão das atividades de auditoria ficam a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna que é composta por 01 (um) servidor, sendo que a escolha do seu titular é feita, desde 2009, pela autoridade máxima do órgão, a Presidência do Tribunal.

Levando-se em conta os recursos geridos pelo TRE/SE e sua cadeia de valor, dispôs-se aproximadamente de:

No exercício de 2024:

1 (um) auditor para 101 (cento e uma) pessoas integrantes da força de trabalho do Tribunal (Força de Trabalho total – 503 pessoas – Fonte: SGP);

1 (um) auditor para cada R\$ 29.551.902,95 (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, novecentos e dois reais e noventa e cinco centavos) disponíveis da dotação atualizada + provisão recebida, que perfez o montante de R\$ 147.759.514,76 (cento e quarenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e seis centavos) em dezembro/2024;

1 (um) auditor para cada 2,6 macroprocessos, constante de sua cadeia de valor composta por 13 macroprocessos. (Fonte: <https://www.tre-se.jus.br/institucional/governanca-e-gestao/gestao-e-planejamento/gestao-de-processos/arquitetura-de-processos-teste>).

No exercício de 2025:

1 (um) auditor para 114 (cento e quatorze) pessoas integrantes da força de trabalho do Tribunal (Força de Trabalho total – 571 pessoas – Fonte: SGP);

1 (um) auditor para cada R\$ 29.784.938,72 (vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos) disponíveis da dotação atualizada + provisão recebida, que perfez o montante de R\$ 148.924.693,60 (cento e quarenta e oito milhões, novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos) em outubro/2025;

1 (um) auditor para cada 3 macroprocessos, constante de sua cadeia de valor composta por 15 macroprocessos. (Fonte: <https://www.tre-se.jus.br/institucional/governanca-e-gestao/gestao-e-planejamento/gestao-de-processos/arquitetura-de-processos>).

As atividades de auditoria realizadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna são norteadas pelos Instrumentos de Planejamento da Auditoria Interna (*Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP, Plano Anual de Auditoria – PAA, e Plano Anual de Capacitação - PAC-Aud*).

Em cumprimento aos comandos da IN 84 TCU foi concluída a auditoria de contas de 2023 e 2024 e iniciada a auditoria de contas de 2025 no mesmo exercício.

A execução do PAA é publicada em Atividades da Auditoria Interna, *na qual constam: (Prestação de Contas Anual - Avaliação da Gestão do TRE-SE, pela Auditoria Interna e/ou pelo TCU, por exercício; Resultados de Auditorias - Relatórios dos exames realizados pela Auditoria Interna, por exercício; e Relatórios Anuais de Atividades - Relatórios da realização dos trabalhos da Auditoria Interna, por exercício).*

4.4 - Execução do Plano de Auditoria do Exercício 2024 e 2025

Os Planos Anuais de Auditoria previstos para os exercícios 2024 e 2025 – PAA foram aprovados pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe em novembro de 2023 e 2024, respectivamente, atendendo ao previsto na Resolução 17/2021, art. 23, § 1º. Os referidos planejamentos contemplaram a realização de auditorias de âmbito nacional, oriundas do CNJ (auditoria coordenada), do TSE (auditoria integrada), do TCU (de contas); e previu também a avaliação de alguns temas afetos à governança e à gestão do TRE/SE. Nos mesmos instrumentos foram



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

programados monitoramentos de auditorias concluídas em anos anteriores para verificar o grau de implementação das recomendações emitidas.

A unidade de auditoria interna vem adotando como prática que os monitoramentos das auditorias sejam planejados para execução a partir do exercício seguinte da conclusão das mesmas e, com relação às auditorias não concluídas no exercício programado, é realizado planejamento para finalizá-las no exercício seguinte.

O PAA contempla os objetivos estratégicos, prioridades, riscos críticos, processos e atividades relevantes informados pelo Conselho de Governança, nos termos do art. 8º, inciso IV da Res. TRE-SE 6/2021, em consonância com o disposto no art. 32 da Resolução CNJ 309/2020, que contém as diretrizes técnicas das atividades de auditoria interna governamental do Poder Judiciário.

A realização de consultorias, prevista na Resolução 17/2021, art. 8º, II, b, foi programada no PAA de 2025, foi iniciada, tendo como tema controles internos, e seu cronograma indica a finalização dos trabalhos em 2026.

O PAA 2024 foi objeto de revisão, para excluir a realização de monitoramentos relacionados a área de TIC, visando não sobrecarregar a STI no período eleitoral. O PAA 2025 não foi revisado.

Os Planos de Capacitação de Auditoria de 2024 e 2025 não foram alterados.

Os Relatórios Finais das Auditorias realizadas são encaminhados à Presidência do Tribunal, a qual determina à unidade auditada as providências requeridas ou que esta apresente as devidas justificativas. A unidade auditada apresenta resposta/plano de ação, informando sobre a implementação de ações/justificativas. Posteriormente é realizado o monitoramento, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria. As recomendações/relatórios conclusivos e os monitoramentos são disponibilizados na Internet na página de Atividades da Auditoria Interna.

4.4.1 DESEMPENHO DA COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA EM RELAÇÃO AO PAA 2024 e 2025

4.4.1.1 - DA RELAÇÃO ENTRE O PAA 2023 E AS AUDITORIAS (AVALIAÇÕES E CONSULTORIAS) EFETIVAMENTE REALIZADAS

As atividades de auditoria previstas no PAA de 2024 (revisado) e seus graus de execução ao término do exercício, conforme previsto na Resolução 17/2021, art. 8º, II, a, na modalidade AVALIAÇÃO, estão discriminadas no item 4.4.1.1.1. As atividades de auditoria do tipo CONSULTORIA estão registradas no item 4.4.1.1.2 e os monitoramentos constam no item 4.4.1.1.3.

4.4.1.1.1 – AVALIAÇÕES

- 1 - Continuação da Auditoria de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do Exercício 2023 – concluída;
- 2 - Auditoria Integrada do TSE em Governança e Gestão de Aquisições – concluída;

- 3 - Auditoria de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do exercício 2024 – concluída;
- 4 – Auditoria Coordenada pelo CNJ sobre a política nacional de incentivo à participação institucional feminina – concluída;
- 5 – Auditoria na Folha de Pagamento – Concluída;
- 6 - Auditoria em Serviço Extraordinário – Em andamento.

4.4.1.1.2 – CONSULTORIAS

A realização de consultorias, prevista na Resolução 17/2021, art. 8º, II, b, foi solicitada ao longo do exercício, sendo prestada na modalidade facilitação.

4.4.1.1.2.1 – Facilitações

- 1 - reunião com ASPLAN-UGEDI – 09/07/2024 – 8h - procedimento de concessão de diárias para usuários sem vínculo com o TRE-SE – comunicação ao órgão de origem – problemas com a receptividade externa, tanto dos órgãos quanto dos usuários – sugerida pela COAUD a formalização ao Presidente de informação com os procedimentos adotados, os normativos aplicáveis e a solicitação de decisão da autoridade superior;
- 2 – reunião de análise da estratégia – RAE – 26/07/2024 – 9:50h – apresentação e aprovação do plano de integridade do TRE-SE – informado pela COAUD que a avaliação das auditorias de contas anuais têm levado em consideração, nas suas respostas gerais, que o órgão integra o PNPC do TCU e dialoga rotineiramente com a auditoria interna sobre a questão, especialmente através do NAG;
- 3 - reunião com NSA e Agest-DG – 30/07/2024 – 12:20h - plano de ação para cumprimento de recomendações na auditoria integrada em governança e gestão de aquisições;
- 4 – reunião com Agest-Pres – 31/07/2024 – 11h – plano de ação para cumprimento de recomendações na auditoria coordenada em participação feminina;
- 5 - reunião com a CGTPDP, DG, Sedec e NSI – 22/10/2024 – 9h - implantação de uma efetiva capacitação no tema transparência da gestão, sendo decidida a realização, em 2025, de um evento envolvendo transparência, segurança da informação e proteção de dados pessoais, integridade e governança;
- 6 - reunião com DG e todas as unidades e coordenadorias do Tribunal – 13/11/2024 – 9h – com apresentações do NAG, SEADE e COAUD – sobre aperfeiçoamentos na implantação do relatório de gestão integrado no ano de 2024.

4.4.1.1.3 – MONITORAMENTOS

- 1- Auditoria na Gestão de Segurança da Informação e no controle de Acessos às Informações e aos Recursos de Processamento das Informações – concluído;
- 2- Auditoria nas Diretrizes estabelecidas na ENTIC-JUD – concluído;
- 3 - Auditoria Coordenada em Governança e Gestão de TIC – concluído;
- 4 - Auditoria de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

regularidade das contas do exercício de 2022 - concluído - monitoramento a ser realizado na auditoria de contas de 2023, porém, devido à suspensão desses trabalhos em 2023 em função de proposta de regulamentação que teve sua publicação efetivada em 2024, mediante Portaria TRE/SE 237/2024, foi realizado na auditoria de contas 2024.

4.4.1.2 - DA RELAÇÃO ENTRE O PAA 2025 E AS AUDITORIAS (AVALIAÇÕES E CONSULTORIAS) EFETIVAMENTE REALIZADAS

As atividades de auditoria previstas no PAA de 2025 e seus graus de execução ao término do exercício, conforme previsto na Resolução 17/2021, art. 8º, II, a, na modalidade AVALIAÇÃO, estão discriminadas no item 1.3.1.2.1. As atividades de auditoria do tipo CONSULTORIA estão registradas no item 1.3.1.2.2 e os monitoramentos constam no item 1.3.1.2.3.

4.4.1.2.1 – AVALIAÇÕES

- 1 - Continuação da Auditoria de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do Exercício 2024 – concluída;
- 2 - Auditoria Integrada coordenada pelo TSE nas Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do exercício 2025 – fase de planejamento e início da fase de execução – concluída (previsão de término das fases de execução e relatório em abril de 2026);
- 4 – Auditoria Coordenada pelo CNJ sobre a Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores – concluída;
- 5 – Continuidade da Auditoria na Folha de Pagamento – Concluída;
- 6 - Continuidade da Auditoria em Serviço Extraordinário – Em andamento.

4.4.1.2.2 – CONSULTORIAS

A realização de consultorias, prevista na Resolução 17/2021, art. 8º, II, b, foi solicitada ao longo do exercício, sendo prestada nas modalidades Assessoramento e facilitação.

4.4.1.2.2.1 – Facilitações

- 1 - Apresentação no dia 06.10: PLANO DE AÇÕES RELATIVAS ÀS RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS;
- 2 - Reuniões de alinhamento ao longo do ano.

4.4.1.2.2.2 – Assessoramento

Foi iniciada em 2025 a consultoria na modalidade assessoramento com o tema controles internos, sua conclusão está prevista para 2026.

4.4.1.2.3 – MONITORAMENTOS

- 1- Auditoria Coordenada em Acessibilidade Digital – concluído;
- 2- Auditoria Integrada no processo de Gestão de Segurança da Informação – Em andamento;

4.5 - Avaliações e monitoramentos realizados em 2024 e 2025

4.5.1 – Avaliações realizadas em conjunto pela Seção de Auditoria Geral – SEAUG e Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio – SEAPE

4.5.1.1 – Auditoria de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do Exercício 2023 e 2024 (concluídas respectivamente em 2024 e 2025)

O objetivo da auditoria de contas é expressar opinião, mediante emissão de certificado de auditoria, sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e com o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes, e sobre se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos, conforme estabelecido no art. 14, § 4º, incisos I e II, c/c art. 13, da Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020.

Na fase de planejamento desta auditoria, foram realizados estudos para obter conhecimento sobre a entidade e os processos de trabalho que influenciam nas informações contábeis relativas ao TRE/SE.

Em seguida, ainda na fase de planejamento, os riscos inerentes aos processos de trabalho foram inventariados e avaliados.

Dando continuidade ao planejamento da auditoria, ocorreu a identificação e avaliação dos controles instituídos para mitigar os riscos inventariados.

Com base nos riscos inerentes, nos riscos de controles, no risco da auditoria e no risco de detecção, os testes de auditoria foram previstos, contemplando os riscos avaliados como altos, todos os processos de trabalhos avaliados, todas as afirmações avaliadas, saldos iniciais e estimativas.

A programação dos testes de auditoria sinalizou o encerramento da fase de planejamento e em outubro de cada ano (2023 e 2024), deu-se início a fase de execução da auditoria (que se estendeu até março dos anos seguintes). No final de novembro de cada ano (2023 e 2024) foram elaborados e encaminhados à administração o Relatório da Fase Preliminar para Comunicação de Distorções.

As atividades relativas ao planejamento, execução e relatório foram distribuídas entre a SEAUG e SEAPE, levando-se em conta as competências dos servidores. A supervisão dos trabalhos ficou a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna.

Em 2024 e 2025, procedeu-se à continuidade da execução das auditorias com a realização dos testes complementares e demais procedimentos pertinentes,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

levando-se em conta as manifestações das unidades após o Relatório da Fase Preliminar para Comunicação de Distorções.

Ao término dos testes foi emitido relatório preliminar com o objetivo de comunicar tempestivamente ao nível apropriado da administração todas as distorções/desconformidades relevantes detectadas durante a auditoria, possibilitando manifestação e os ajustes pertinentes.

Estas auditorias apresentaram a certificação das contas do TRE/SE referente aos exercícios 2023 e 2024, e Relatório Final, sem recomendações às unidades e com os resultados dos monitoramentos de recomendações emitidas.

4.5.1.2 - Auditoria Integrada Coordenada pelo TSE nas Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do exercício 2025 (iniciada em 2025)

Quanto ao objetivo e ao planejamento a sistemática é idêntica à constante do item 4.5.1.1. Na auditoria de contas do exercício de 2025 foram identificados 108 (cento e oito) riscos, entre os quais 88 (oitenta e oito) tiveram criticidade de média para alta.

Dando continuidade ao planejamento da auditoria, ocorreu a identificação e avaliação dos controles instituídos para mitigar os riscos inventariados.

Com base nos riscos inerentes, nos riscos de controles, no risco da auditoria e no risco de detecção, os testes de auditoria foram previstos, contemplando os riscos avaliados como alto, médio e relevantes qualitativamente, todos os processos de trabalhos, todas as afirmações e o programa padrão definido pelo TSE.

A programação dos testes de auditoria sinalizou o encerramento da fase de planejamento e em 14/10/2025, deu-se início a fase de execução da auditoria (que se estenderá até março de 2026). Em 26/11/2025 será elaborado e encaminhado à administração o Relatório da Fase Preliminar para Comunicação de Distorções. As atividades relativas ao planejamento, execução e relatório foram distribuídas entre a SEAUG e SEAPE, levando-se em conta as competências das unidades. A supervisão dos trabalhos ficou a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna.

Esta auditoria prevê como resultados a certificação das contas do TRE/SE referente ao exercício 2025, que deverá ocorrer em 30/03/2026 e Relatório Final com previsão de entrega em 13/04/2026.

4.5.2 – Avaliações e monitoramentos realizados pela Seção de Auditoria Geral – SEAUG

4.5.2.1 - Auditoria Integrada, sob a coordenação do TSE, sobre Governança e Gestão das Aquisições no Âmbito da Justiça Eleitoral – Realizada e Concluída em 2024.

O processo de Governança e Gestão das Aquisições, compreende essencialmente o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das aquisições, com objetivo de que as aquisições agreguem valor ao negócio da organização, com riscos aceitáveis (Acórdão nº 2622/2015 –

TCU – Plenário), no âmbito da Justiça Eleitoral. Foram avaliados os processos de governança das aquisições no âmbito da Justiça Eleitoral, especialmente as políticas e diretrizes envolvendo os seguintes eixos temáticos: Plano Anual de Contratações; Compras Compartilhadas; Plano de Logística Sustentável; Plano de Tratamento de Riscos do macroprocesso de contratações; Alinhamento dos mecanismos de governança; Processos de Trabalho e atuação em três linhas.

A COAUD constatou que o TRE-SE possui planejamento estratégico formalizado, com desdobramentos em ações de contratações para seu alcance; Possui um modelo de governança estruturado e formalizado, com um Comitê Orçamentário e de Contratações, segregação de funções na governança das contratações, que se alinha ao modelo de linhas de defesa, disposto no Art. 169 da Lei 14.133/2021; Usa como alternativa no planejamento de contratações as compras compartilhadas, atuando como partícipe e carona; Efetua as contratações previstas em seu planejamento anual sem atrasos na instrução das contratações (pregões); Possui levantamento das leis, regulamentações e diretrizes governamentais, aplicáveis aos aspectos de sustentabilidade, com um Plano de Logística Sustentável (PLS) instituído, e adota medidas no caso de não atingimento das metas estabelecidas; Possui estrutura e normativos definindo unidade com competência para acompanhar aspectos de sustentabilidade, manifestando-se sobre indicadores do PLS relacionados ao objeto contratado, e com capacitação periódica da sua equipe.

A COAUD recomendou aperfeiçoamentos nas seguintes dimensões: PLANO ESTRATÉGICO - Definição de objetivo e indicador estratégico no Planejamento Estratégico relacionado às contratações; PROCESSO DE CONTRATAÇÕES - Definição de processo estruturado para identificar, avaliar e gerenciar os riscos associados ao macroprocesso de contratações; Atualização de norma em vigor, definindo prazos para cada etapa de contratação; Definição de instrumentos, mecanismos e unidades responsáveis por ações de controle de prazos, na tramitação dos processos de contratação (pregão); SUSTENTABILIDADE - Alinhamento do Plano de Contratações Anual com os indicadores, objetivos e metas definidos no Plano de Logística Sustentável; Acompanhamento da implementação dos indicadores, objetivos, metas e ações de fiscalização dos contratos, pelos comitês e unidades responsáveis pela gestão do PLS.

As unidades propuseram as seguintes ações: Revisão da portaria que dispõe sobre o plano de contratações anual do TRE-SE, contemplando fluxo dos processos de contratação, definindo o prazo para cada atividade; Elaboração de Manual de Processo de Trabalho, englobando a modelagem do fluxo do processo de elaboração e gestão do Plano de Contratações Anual (PCA), inclusive instrumentos, ações e área responsável para monitoramento do risco de atraso; Previsão de revisão dos atos normativos do Tribunal referentes ao Macroprocesso de Contratação. Alinhamento entre o PLS e o PCA, a partir da elaboração e execução do Plano Anual de Contratação 2025; Inclusão nos documentos de fiscalização de contratos, itens para verificação de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos na contratação; Procedimentos para alteração do Planejamento Estratégico do Tribunal, visando identificar objetivos e desenvolver indicadores e metas relacionados às contratações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

4.5.2.2 - Auditoria Coordenada pelo CNJ sobre a Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores – Realizada e concluída em 2025.

O QUE A COAUD AUDITOU: A aderência às diretrizes legais e normativas que orientam a gestão, o registro e a destinação dos recursos oriundos das penas de prestações pecuniárias, de multa e de perda de bens e valores aplicadas pelo TRE/SE, a fim de assegurar a transparência, a contabilização e a destinação legal, além da devida prestação de contas, com aplicação das ferramentas metodológicas apropriadas (procedimentos de auditoria) para aferir as práticas atuais e orientar intervenções futuras.

A auditoria abrangeu exames de conformidade, com aspectos operacionais, concentrando-se nos seguintes eixos:

- I) Institucionalização e Governança;
- II) Gestão e Destinação;
- III) Prestação de Contas e Transparência;
- IV) Registro e Contabilização; e
- V) Controle.

O marco temporal restringe-se aos fatos apurados a partir da Resolução CNJ n. 558/2024, normativo que entrou em vigor na data de sua publicação, em 6 de maio de 2024.

O QUE A COAUD ENCONTROU: O TRE/SE regulou internamente as diretrizes da gestão e destinação referentes à perda de bens e valores e de prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, mediante normativo alinhado à Resolução CNJ 558/2024, a Resolução TRE/SE 66/2025, a qual:

Estabeleceu procedimentos e controles para que a destinação dos recursos de penas pecuniárias, cabíveis ao Poder Judiciário, ocorra preferencialmente à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde;

Definiu a priorização do repasse de valores às instituições beneficiárias, disposta no parágrafo 1º, art. 6º;

Definiu nos arts. 19 a 24 procedimentos formais para identificar e analisar a completude da documentação de prestação de contas;

Definiu no art. 23 os procedimentos a serem adotados nos casos de rejeição da prestação de contas.

QUAIS AS AÇÕES ESTÃO SENDO PROVIDENCIADAS PELAS UNIDADES: Foi encaminhado processo SEI 0002836-08.2025.6.25.8200, pela Corregedoria Regional Eleitoral, determinando que os Juízes Eleitorais do Estado se adéquem, no prazo de 30 (trinta) dias, ao contido no art. 25, da Res. TRE/SE 66/25, findo o qual será cobrado aos Juízes Eleitorais a criação/disponibilização das listas de entidades aptas a serem beneficiadas.

4.5.2.3 – Monitoramentos

4.5.2.3.1 - Auditoria na Gestão de Segurança da Informação e no controle de Acessos às Informações e aos Recursos de Processamento das Informações

A COAUD recomendou: Adotar medidas para que a identificação genérica e o uso compartilhado dos computadores do plenário do Tribunal revistam-se dos aspectos formais prescritos no art. 12 da Portaria TRE/SE 192/2018. A STI demonstrou atendimento aos aspectos formais prescritos no item 3.8, Anexo II, da Portaria 41/2020, portanto a recomendação relativa à identificação genérica e ao uso compartilhado dos computadores foi implementada.

A COAUD recomendou: Implementar os critérios de cadastro de senhas vinculadas às contas de acesso à rede corporativa, conforme o disposto no art. 13 da Portaria TRE/SE 192/2018, bem como nas boas práticas da ISO 27002:2003 (itens 9.3.1 e 9.4.3) e do Manual de Boas Práticas em Segurança da Informação do TCU. Critérios de formação e período de troca de senha atendem às normas vigentes, evidenciando a implementação de recomendação.

4.5.2.3.2- Auditoria nas Diretrizes estabelecidas na ENTIC-JUD

A COAUD recomendou: Realizar reuniões periódicas, com o Presidente do Comitê e todos os membros titulares (e, em suas ausências ou impedimentos, com os respectivos suplentes) ou com parte deles, de acordo com o desenvolvimento e importância das atividades. As ações adotadas pelo Comitê de Governança de TI (CGovTI) resultaram na implementação da recomendação 1.

A COAUD recomendou: Programar e efetivar a elaboração anual de acordos de níveis de serviços, conforme o Catálogo de Requisição de Serviços de TIC, fazendo constar o registro no respectivo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC. As ações adotadas pela STI e CGESTI indicam que a recomendação 5 está em implementação.

A COAUD recomendou: Elaborar Plano Anual de Capacitação, nos termos do art. 7º da Portaria TRE/SE 521/2018 e de acordo com a IA 14 do TRE-SE. As ações adotadas pela SGP e STI indicam que a recomendação 8 está em implementação.

A COAUD recomendou: Fixar quantitativo de força de trabalho de TI, compatível com a demanda, baseado no número de usuários internos e externos de recursos de TIC, bem como no referencial mínimo estabelecido no anexo da Resolução CNJ 211/2015 (Disposição atual - art. 24 da Resolução CNJ 370/2021). A situação atual de implementação do Dimensionamento da Força de trabalho - DFT levou a recomendação 9 a ser considerada prejudicada.

4.5.2.3.3 - Auditoria Coordenada em Governança e Gestão de TIC

A COAUD recomendou: Realizar, periodicamente, reuniões do Comitê de Governança de TI, do Comitê de Gestão de TI e do Comitê de Segurança da Informação, com registro e divulgação das deliberações. As ações adotadas pelos Comitês responsáveis pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação resultaram na implementação da recomendação 1.

A COAUD recomendou: Instituir, formalmente os processos: de formulação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI); de gestão de portfólios de serviços; de eventos; de vulnerabilidades técnicas de TI, de gestão de riscos de TI. Observar a ordem de prioridade dos processos considerados críticos pela Secretaria de Tecnologia da Informação. As ações adotadas pela STI resultaram na implementação da recomendação 2.

A COAUD recomendou: Definir as competências necessárias, bem como acompanhamento do desempenho e previsão dos quantitativos ideais da força de trabalho, todos para o pessoal de TI. As ações adotadas pela STI e SGP indicam que recomendação 3 está em implementação.

A COAUD recomendou: Medir grau de alcance dos objetivos e benefícios que justificaram a abertura de projetos de TI. A mensuração dos objetivos e benefícios alcançados em cada projeto realizado tende a melhor fomentar o rol de lições aprendidas, conforme estabelece a Recomendação 4, a qual foi avaliada como não implementada.

4.5.2.3.4 – Auditoria Coordenada em Acessibilidade Digital

Neste monitoramento foram avaliadas as seguintes recomendações:

Recomendação 01 - À Diretoria-Geral - DG e Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança – COPEG: Envidar esforços para desenvolver formas de avaliação da estratégia, abordando questões de acessibilidade digital.

Recomendação 02 reformulada - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI, à Comissão de Acessibilidade e Inclusão – CACIN e ao Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade - NSA: Adequar as páginas da intranet e internet do TRE/SE para evitar a utilização da ferramenta CAPTCHA, em conformidade com as recomendações do Manual e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

Recomendação 03 - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI: Adequar e manter os links disponíveis nas páginas da Intranet e Internet do TRE/SE de acordo com boas práticas nacionais e internacionais, a exemplo do Manual e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

Recomendação 04 - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI: Aperfeiçoar controles para evitar que sejam disponibilizados links nas páginas da internet e intranet do TRE/SE que não atendam aos critérios de acessibilidade digital para pessoas com deficiência, previstas no Manual e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

Recomendação 05 reformulada - À Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – ASCOM: Adotar as recomendações do e-MAG em todos os conteúdos publicados nas redes sociais do TRE/SE.

Recomendação 06 reformulada - À Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – ASCOM: Aperfeiçoar controles para evitar que sejam publicados conteúdos nas redes sociais do TRE/SE que não atendam aos critérios de acessibilidade digital para pessoas com deficiência, previstas no Manual e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

Recomendação 07 - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI: Adequar as imagens publicadas nas páginas da internet e intranet do TRE/SE aos critérios de acessibilidade digital para pessoas com deficiência, previstas no Manual e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

Recomendação 08 - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI: Aperfeiçoar controles para evitar que sejam publicadas imagens nas páginas da internet e intranet do TRE/SE que não atendam aos critérios de acessibilidade digital para pessoas com deficiência, previstas no Manual e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

Recomendação 09 - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI: Adequar e manter arquivos para downloads disponíveis nas páginas da internet e intranet do TRE/SE acessíveis para pessoas com deficiência.

Recomendação 10 - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI: Utilizar fontes sem serifa (sans-serif), a exemplo da Arial e Verdana, uma vez que as fontes serifadas dificultam a leitura de alguns grupos de usuários, pois dão a impressão de estarem unidas nas sílabas ou geram confusão entre as letras do alfabeto, devido aos prolongamentos nos fins das hastes das letras.

Recomendação 11 reformulada - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI, à Comissão de Acessibilidade e Inclusão – CACIN e ao Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade - NSA: Adotar providências para não utilizar textos em colunas nas páginas do TRE-SE.

Recomendação 12 - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI: Adotar controles para que os textos constantes das páginas na internet e na intranet do TRE-SE sejam lidos pelos softwares leitores de tela de forma clara e inteligível.

Recomendação 13 reformulada - Ao Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI e à Assessoria de Imprensa e Comunicação Social - ASCOM: Adotar as boas práticas de acessibilidade, no que diz respeito ao contraste entre o texto e o plano de fundo.

Recomendação 14 reformulada - À Diretoria-Geral, à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças e à Assessoria de Imprensa e Comunicação Social: Avaliar a necessidade de que as empresas contratadas pelo TRE-SE difundam, para seus colaboradores, ações de acessibilidade e inclusão digital, de modo a consolidar comportamentos positivos em relação ao tema.

Diante das análises da situação das recomendações emitidas na auditoria, concluiu-se que:

a) Foram implementadas as Recomendações: 01, 02 reformulada, 04, 08, 11 reformulada, 12 e 13 reformulada.

b) Estão em implementação as recomendações: 03, 05 reformulada, 06 reformulada, 07, 09, 10 e 14 reformulada.

4.5.3 – Avaliações realizadas pela Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio – SEAPE

4.5.3.1 - Auditoria na folha de pagamento

Realização de auditoria nas Folhas de pagamento dos servidores ativos (quadro e requisitados), servidores inativos, pensionistas, juízes, promotores e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

membros que atuam neste Tribunal, referentes ao exercício de 2024. Após análise, foram registradas algumas impropriedades, sendo posteriormente regularizadas.

4.5.3.2 - Auditoria em Serviço Extraordinário

Realização de auditoria nos pagamentos efetuados por este Tribunal a título de hora extra, avaliando a correspondência destes com a legislação vigente, visando corrigir possíveis equívocos, bem como verificar os cálculos efetuados.

A presente auditoria está na fase do Relatório Conclusivo, para confirmação de ajustes realizados, em decorrência do Relatório preliminar.

4.5.3.3 - Auditoria Coordenada pelo CNJ da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina, instituída pela Resolução CNJ 255/2018

A presente auditoria, desenvolvida sob a coordenação do CNJ, teve como objetivo avaliar a implementação da Política Judiciária de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, com aplicação de procedimentos de auditoria para verificar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na referida política do Conselho Nacional de Justiça, bem como avaliar a existência de um ambiente interno aderente às práticas previstas no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE), da Rede Equidade (SEI 1524398).

Em face dos exames realizados, dos esclarecimentos e das providências apontadas pela unidade auditada em plano de ação, conclui-se que as ações indicadas pelos gestores e unidades, caso implementadas, têm o potencial de alcançar a conformidade com os critérios de auditoria, o que será avaliado em sede de monitoramento ou nova auditoria com o mesmo objeto.

4.5.4 - Aspectos legais dos atos de pessoal em 2024 e 2025

Quanto aos procedimentos relacionados a área de gestão de pessoas, verificou-se que os atos praticados pela Administração obedeceram às normas aplicáveis, conforme detalhado abaixo:

a) Admissão:

No exercício de 2024 houve 03 (três) registros de admissão neste Tribunal, todos aguardando autuação do TCU.

No exercício de 2025 houve 06 (seis) registros de admissão neste Tribunal, todos aguardando autuação do TCU.

b) Concessão de aposentadoria:

No exercício de 2024 houve 04 (quatro) registros de alteração e 05 (cinco) registros de aposentadoria neste Tribunal, sendo dois já autuados e o restante aguardando autuação do TCU.

No exercício de 2025 houve 01 (um) registro de alteração e 05 (cinco) registros de aposentadoria neste Tribunal, todos aguardando autuação do TCU.

c) Concessão de pensão:

Nos exercícios de 2024 e 2025 o TRE-SE não registrou concessão de pensão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM

5.1. Monitoramento do acesso ao Portal

5.1.1 Dados 2024

5.1.1.1 O site do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) registrou, entre os dias 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, 2.686.842 visualizações de páginas e 909.983 usuários ativos. Cada usuário teve um tempo médio de navegação de 1 minuto e 4 segundos por página.

5.1.1.2 Entre as páginas mais acessadas pelos eleitores em 2024: Página Inicial do TRE-SE (640.912 acessos), Zonas Eleitorais (106.856), Processo Judicial Eletrônico (76.648 acessos), Certidão de mesário - Declaração de dias trabalhados (68.109 acessos), Dia Internacional da Mulher (57.417) e Eleições 2024 (57.075 acessos)

5.1.2 Dados 2025

5.1.2.1 O site do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) registrou, entre os dias 1 de janeiro e 2 de dezembro de 2025, 1.085.046 visualizações de páginas e 355.001 usuários ativos. Cada usuário teve um tempo médio de navegação de 52 segundos por página.

5.1.2.2 Entre as páginas mais acessadas pelos eleitores em 2025: Página Inicial do TRE-SE (312.916 acessos), Processo Judicial Eletrônico (48.859 acessos), página do Dia Internacional da Mulher (48.158), Certidão de Quitação Eleitoral (40.408), Zonas Eleitorais (24.159), Certidões (23.615) e Agendamento presencial/Local de atendimento ao eleitor (23.123).

5.2. Redes Sociais

5.2.1 Dados de 2024

5.2.1.1 As redes sociais do TRE-SE contabilizam os seguintes índices:

- **Instagram:** Seguidores: 12.993; Publicações: 749
- **YouTube:** Inscritos: 3.650; Publicações: 253; Visualizações: 64.721
- **Facebook/Meta:** Seguidores: 3.695; Publicações: 485; Visualizações: 18.221
- **TikTok:** Seguidores: 286; Publicações: 64; Visualizações: 35.450

5.2.1.2 A quantidade de inscritos e visualizações no YouTube se manteve em crescimento estável e os vídeos postados na plataforma, notadamente as sessões plenárias, receberam mais de 37 mil (37.590) visualizações ao longo de 2024.

5.2.1 Dados de 2025

5.2.2.1 As redes sociais do TRE-SE contabilizam os seguintes índices:

- **Instagram:** Seguidores: 14.909 em 2 dezembro de 2025. Crescimento de 1.669 seguidores desde janeiro de 2025. Publicações: 545; Visualizações: 654.457
- **YouTube:** Inscritos: 3.831 inscritos em 2 de dezembro de 2025. Crescimento de 181 desde janeiro de 2025. Publicações: 171, Visualizações: 54.603. As sessões plenárias receberam mais de 7.212 visualizações ao longo de 2025.
- **Facebook/Meta:** Seguidores: 3.676; Publicações (fotos, stories, reels): 382; Visualizações: 21.737
- **TikTok:** Seguidores totais: 335; Publicações: 42; Visualizações: 12 mil

5.3 Transmissão das Sessões de Julgamento

5.3.1 Dados de 2024

5.3.1.1 A Assessoria de Comunicação também é responsável por gravar e transmitir as sessões plenárias do TRE-SE no YouTube, em atendimento às determinações de publicidade e transparência do CNJ.

5.3.1.2 A Assessoria conta com um técnico terceirizado que é responsável pela manutenção dos aparelhos de som, cabos e microfones utilizados no plenário e nas salas de treinamento.

5.3.1.3 A ASCOM gerenciou a transmissão de 131 Sessões Plenárias: janeiro (8), fevereiro (8), março (8), abril (8), maio (8), junho (8), julho (8), agosto (12), setembro (17), outubro (17), novembro (15), dezembro (14). A ASCOM também gerencia a participação dos advogados que fazem a sustentação oral de forma on-line.

5.3.1.4 Por fim, a unidade ASCOM também é responsável por decupar e separar o áudio e vídeo das sessões, individualizando e editando os arquivos por processo, de modo a facilitar a encontrabilidade do material pelas partes interessadas.

5.3.1 Dados de 2025

5.3.2.1 A ASCOM gerenciou a transmissão de 131 Sessões Plenárias: janeiro (8), fevereiro (8), março (8), abril (8), maio (8), junho (8), julho (8), agosto (8), setembro (8), outubro (8), novembro (8), dezembro (8). A ASCOM também gerencia a participação dos advogados que fazem a sustentação oral de forma on-line.

5.3.2.2 Por fim, a unidade ASCOM também é responsável por decupar e separar o áudio e vídeo das sessões, individualizando e editando os arquivos por processo, de modo a facilitar a encontrabilidade do material pelas partes interessadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

5.4 Matérias Publicadas

5.4.1 A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TRE-SE produziu 560 notícias ao longo de 2024 e 467 ao longo de 2025 (com dados consolidados em 2/12/2025), sendo a divisão mensal das publicações divididas da seguinte forma: janeiro (33), fevereiro (26), março (35), abril (36), maio (56), junho (62), julho (48), agosto (51), setembro (71), outubro (71), novembro (40) e dezembro (31) de 2024; e de 2025: janeiro (33), fevereiro (32), março (38), abril (35), maio (33), junho (41), julho (41), agosto (45), setembro (51), outubro (55), novembro (57) e dezembro (6).

5.4.2 Considerando que o ano de 2024 teve 262 dias úteis, e o de 2025 teve 261, foram publicadas, em média, cerca de 1,96 matérias por dia. As matérias abordaram temas de interesse público — como o pacto contra a desinformação, palestras sobre saúde mental e combate ao preconceito, os horários de funcionamento e acesso à Justiça Eleitoral, o “Projeto Eleitor e Eleitor do Futuro”, julgamentos relevantes nas Sessões Plenárias, a participação das mulheres na política, ações do Comitê Gestor de Tratamento e Dados Pessoais, bem como informações sobre o funcionamento, tiragem de dúvidas e orientações referentes às Eleições, entre outros.

5.5 Serviço de Clippagem (monitoramento de mídias)

5.5.1 A ASCOM realizou o serviço de Clippagem (monitoramento de mídias) em 2024 e 2025, constatando a republicação de seus conteúdos 620 vezes em 2024 e 309 em 2025, em 27 veículos de comunicação distintos (Jornal do Dia, Correio de Sergipe, Jornal da Cidade, Infonet, Radar Sergipe, Hora News, Xodó News, Simão Dias como eu vejo, Imprensa 24h, NE Notícias, SE Sergipe, F5News, Extra Propriá, FAXAJU, Sergipe Notícias, A8SE, Itnet, 93 Notícias, FANF1, G1, AJN1, Canção Nova, Capital FM, O Voto, Bacanudo, Folha de São Paulo e RO Acontece).

5.5.2 Vale destacar que as matérias produzidas pelo TRE-SE com maior interesse coletivo foram propagadas com mais recorrência no ano de 2024, mais especificamente nos meses de agosto, setembro e outubro, levando em consideração o período eleitoral. Cumpre salientar que o serviço de monitoramento não abrange todos os veículos de comunicação do Estado, o que deve ser levado em consideração na análise da unidade. Razão pela qual acreditamos

que o alcance de nossa comunicação tenha sido consideravelmente maior do que o aqui relatado. Por fim, a unidade ASCOM também é responsável por decupar e separar o áudio e vídeo das sessões, individualizando e editando os arquivos por processo, de modo a facilitar a encontrabilidade do material pelas partes interessadas.

5.6 Entrevistas

5.6.1 Em observância ao princípio Constitucional da Transparência, cujos consectários lógicos são a prestação de contas e o controle popular, o TRE-SE, por meio de seus magistrados e servidores, concedeu 381 entrevistas para os veículos de comunicação de Sergipe em 2024 e 2025 (338 e 43, respectivamente).

5.6.2 Em adição, a equipe da ASCOM atendeu centenas de jornalistas (de Sergipe e de outros Estados, como CBN, UOL, Folha de São Paulo, G1 Nacional, Estadão, etc.) por telefone, WhatsApp e via e-mail. Foram prestadas informações sobre processos específicos, estatísticas processuais gerais, esclarecimento de dúvidas de jornalistas sobre a legislação, checagem sobre Fake News, entre outras demandas.

5.7. Contratações e gestão de contratos

5.7.1 Em relação às contratações ordinárias da unidade (as previstas no orçamento 2024), registraram-se as seguintes contratações:

5.7.1.1 aquisição de 5 placas para homenagear ex-membros do TRE-SE: Empenho164-2024, Processo SEI 0000875-84.2024.6.25.8000;

5.7.1.2 renovação de 2 assinaturas de periódicos: Empenho285-2024, Processo SEI 0002941-37.2024.6.25.8000 e Empenho284-2024, Processo SEI 0002915-39.2024.6.25.8000;

5.7.1.3 contratação de site hosting para transmissão da Rádio Web do TRE-SE: Empenho43-2024, Processo SEI 0003164-24.2023.6.25.8000;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

5.7.1.4 aquisição de troféus em acrílico em corte especial: Empenho220-2024, Processo SEI 0002134-17.2024.6.25.8000;

5.7.1.5 aquisição de banners (2 unidades): Empenho346-2024, Processo SEI 0005103-05.2024.6.25.8000;

5.7.1.6 aquisição de 39 placas de sinalização (ACM poliéster), para instalação em diversos ambientes do Fórum Aloísio de Abreu Lima: Empenho407-2024, Processo SEI 0006570-19.2024.6.25.8000;

5.7.1.7 aquisição de banners, demanda da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica (CAVE): Empenho455-2024, Processo SEI 0008886-05.2024.6.25.8000;

5.7.1.8 contratação de serviços de organização e estruturação de evento, Cerimonial para a Sessão Solene de Diplomação das(os) Candidatas(os) Eleitas(os) nas Eleições 2024, ref. a Aracaju: Empenho494-2024, Processo SEI 0007388-68.2024.6.25.8000;

5.7.1.9 aquisição de impressos: cartaz colorido, 1.000; crachás, 4.000; impresso colorido 4x4 A4, 1.000; impresso colorido 4x4 A3, 500 unidades: Empenho508-2024 e Empenho509-2024, Processo SEI 0010440-72.2024.6.25.8000;

5.7.1.10 aquisição de 80 unidades de troféus em acrílico: Empenho511-2024, Processo SEI 0009131-16.2024.6.25.8000;

5.7.1.11 contratação de serviços de ornamentação, para ornamentar o ambiente no qual ocorrerá a Sessão de Diplomação das(os) Candidatas(os) Eleitas(os) nas Eleições 2024 em N. Sra. do Socorro/SE: Empenho539-2024, Processo SEI 0011125-79.2024.6.25.8000;

5.7.1.12 aquisição de 200 pacotes de Papel Linho, A4, 180g (embalagem c/ 50 fls): Empenho540-2024, Processo SEI 0010943-93.2024.6.25.8000;

5.7.1.13 aquisição de equipamentos e acessórios audiovisuais: Pregão 3/2024, Processo SEI 0000526-81.2024.6.25.8000;

5.7.1.14 aquisição de impressos e painéis, para as eleições de 2024: Pregão 11/2024, Processo SEI 0004588-67.2024.6.25.8000;

5.7.1.15 aquisição de materiais para impressos e produtos relacionados à comunicação institucional: Pregão 24/2024, Processo SEI 0009200-48.2024.6.25.8000;

5.7.1.16 confirmou-se o 2º Termo Aditivo, referente ao Contrato TRE-SE 32/2023, celebrado com a empresa ANKORA ENGENHARIA LTDA;

5.7.1.17 Durante o exercício de 2024, foi efetuada a gestão e fiscalização do Contrato 32/2023, firmado com a empresa ANKORA ENGENHARIA LTDA.

5.7.2 Em relação às contratações ordinárias da unidade (as previstas no orçamento 2025),registraram-se as seguintes:

5.7.2.1 aquisição de placa para a Galeria dos ex-presidentes do TRE-SE, quantidade: uma;

5.7.2.2 aquisição de placa de homenagem referente a ex-presidente do TRE-SE; especificação quantidade: uma;

5.7.2.3 aquisição de placas de homenagem referentes a ex-membros do TRE-SE e a outras personalidades, quantidade: seis;7.2.4 renovação de assinaturas de periódicos: foram contratadas duas assinaturas;

5.7.2.5 aquisição de placas em alumínio composto metálico (ACM poliéster) na cor prata, com espessura de 3mm. Formato: 30cm x 15cm, quantidade oito;

5.7.2.6 aquisição de placa em alumínio composto metálico (ACM poliéster) na cor prata, com espessura de 3mm. Textos/pictogramas recortados em vinil autoadesivo nas cores branco, preto, e vermelho-rubi, formato: 20cm x 20cm. quantidade: quatro.

5.7.2.7 aquisição de equipamentos audiovisuais e acessórios: uma câmera híbrida Canon EOS R6 Mark II; uma lente Canon RF 24mm f/1.8. IS; dois painéis/placas de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

led portátil; dois batões de led portátil; uma tela verde; 25 tripés de iluminação; dois tripés para câmera; dois kits de limpeza de lente fotográfica; um cartão SD UHS II; um microfone direcional shotgun condensador; um disco rebatedor e difusor oval 5 em 1; 23 câmeras em formato compacto (fixação horizontal e vertical); 23 microfones de mesa; 23 iluminações portáteis / painéis de led com *barn doors*; 23 braçadeiras de mesa, braços articulados c/ suporte p/ câmera / iluminação; duas câmeras PTZ (pan, tilt, zoom);

5.7.2.8 material de divulgação e de identificação: 10 crachás em PVC premium (superfície dura), com cordão em 100% poliéster de alta qualidade (não descasca), impresso e sublimado com cores vivas; acabamento: fecho, argola e jacaré; dimensões do cordão: 54cm x 2cm; dimensões do crachá: 7cm x 11cm; 13 placas em alumínio composto metálico (ACM) na cor branca, com espessura de 3mm; textos e números recortados em vinil autoadesivo na cor preta; formato dimensões: 12cm x 5cm; aquisição de 30m² de banner; aquisição de 20m² de adesivo vinil com impressão digital e meio corte; aquisição de 42m² de adesivo vinil com impressão digital e meio corte com proteção UV para plotagem de veículo; aquisição de quatro painéis com dimensões 60cm x 45cm, em lona fosca, com ilhós, estrutura em metalon e acessórios para fixação; aquisição de duas placas PROIBIDO ESTACIONAR, dimensões 50cm x 50cm, em material ACM, com plano de branco, com letreiro e Brasão da República em cores;

5.7.2.9 divulgação: contratação de serviço de impulsionamento de redes sociais;

5.7.2.10 material de consumo e impressão gráfica (papéis) – aquisição: papel linho – A4 – 180g (embalagem com 50 folhas), 200 unidades; papel fotográfico brilho – A3 – 180g (embalagem com 50 folhas), 160 unidades; papel fotográfico brilho – A4 – 180g (embalagem com 20 folhas), 400 unidades;

5.7.2.11 contratação de serviços de apoio administrativo na área de atuação de assessoria de imprensa e comunicação social, de forma contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra nas instalações do TRE-SE; a) especificação: serviço de assessoria de imprensa – um posto de trabalho; b) serviço de análise de marketing digital/social mídia – um posto de trabalho; c)

serviço de designer gráfico – um posto de trabalho; d) serviço de diagramação – um posto de trabalho; e serviço de operação/edição de áudio – um posto de trabalho.

Entre 2024 e 2025 Foram produzidas 1.485 (mil quatrocentos e oitenta e cinco) artes gráficas para serviços internos e publicações nas redes sociais/site do TRE-SE.

5.8 Cobertura de Eventos e Registros fotográficos

Dados de 2024

Janeiro- 6 eventos, 1.187 registros fotográficos

1. Palestra sobre saúde mental abordou fatores de riscos psicossociais (22/01) – 37 registros fotográficos.
2. TRE-SE recebe visita do superintendente da ABIN em Sergipe (22/01) – 12 registros fotográficos.
3. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), retoma suas atividades (24/01) – 14 registros fotográficos.
4. Prêmio CNJ de Qualidade 2024 (25/01) – 50 registros fotográficos.
5. Dr. Cristiano Cabral toma posse como Juiz Membro do TRE-SE (26/01) – 899 registros fotográficos.
6. Tatiana Silvestre toma posse como membro substituto do TRE-SE na classe de advogado (29/01)- 175 registros fotográficos.

Fevereiro- 4 eventos, 1.049 registros fotográficos

1. Desa. Elvira Maria encerra mandato como presidente do TRE-SE (01/02) – 289 registros fotográficos.
2. Livia Ribeiro participa da primeira Sessão Plenária como membro do TRE-SE (02/02) – 64 registros fotográficos.
3. Desembargador Diógenes Barreto toma posse como presidente do TRE-SE (16/02) – 528 registros fotográficos.
4. Projeto “Eleitora e Eleitor do Futuro” recebe alunos da rede particular de ensino (20/02) – 168 registros fotográficos.

Março- 4 eventos, 194 registros fotográficos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

1. Des. Edivaldo dos Santos toma posse como membro substituto (04/03) – 36 registros fotográficos.
2. Presidente do TRE-SE recebe visitas de cortesia (08/03) – 41 registros fotográficos.
3. TRE-SE recebeu visita dos alunos de Direito Eleitoral da Unit (11/03) – 53 registros fotográficos.
4. Presidente do TRE-SE recebe visitas institucionais em agenda oficial (15/03) – 64 registros fotográficos.

Abril- 10 eventos, 565 registros fotográficos

1. Estudantes de Direito vivenciam prática eleitoral no TRE-SE (05/04) – 50 registros fotográficos.
2. Eleições 2024: TRE inicia testagem de urnas (08/04) – 40 registros fotográficos.
3. TRE-SE recebe a visita dos alunos do curso de direito da Faculdade Pio Décimo (12/04) – 40 registros fotográficos.
4. TRE-SE realizou palestra sobre a importância da segurança nas instituições (12/04) – 209 registros fotográficos.
5. TRE de Sergipe Realiza Reunião Preparatória com Juízes Eleitorais (12/04) – 4 registros fotográficos.
- 6- Cartórios Eleitorais de Sergipe celebram conquistas em premiação anual do TRE-SE (12/04) – 113 registros fotográficos.
- 7- Tribunal realiza ações educativas em escolas de Aracaju (19/04) – 65 registros fotográficos.
- 8- Curso sobre legislação de pessoal com enfoque na Área de Saúde (22/04) – 30 registros fotográficos.
- 9- ABI leva cidadania a adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas (24/04) – 7 registros fotográficos.
- 10- 12ª Zona Eleitoral promove palestra e atendimento para alunos da rede estadual no município de Lagarto (SE) (29/04) – 7 registros fotográficos.

Maior- 10 eventos, 1.030 registros fotográficos

- 1- Alunos da rede particular conheceram as dependências do TRE-SE (02/05) – 123 registros fotográficos.

- 2- Posse do juiz Alício de Oliveira Rocha Júnior no TRE-SE (14/05) – 34 registros fotográficos.
- 3- Alunos do IPAESE conhecem as dependências o TRE-SE (16/05)- 375 registros fotográficos.
- 4- Presidente do TRE-SE recebe a visita do comandante-geral da Polícia Militar (16/05) – 23 registros fotográficos.
- 5- Transparência e Legalidade: Rumo à Implementação do Juiz das Garantias Presidente do TRE-SE lidera discussão sobre resolução TSE 23.740 e seus impactos na justiça eleitoral (16/05)- 23 registros fotográficos.
- 6- Violência doméstica e familiar: palestra no dia 20 de maio, no TRE-SE (20/05)- 198 registros fotográficos.
- 7- Presidente do TRE-SE recebe visita do diretor-regional da AGEPOLJUS (21/05) – 37 registros fotográficos.
- 8- Alunas(os) de colégios estaduais visitam o TRE-SE (23/05) – 121 registros fotográficos.
- 9- Presidente recebe o comandante da Guarda Municipal de Aracaju e o superintendente da ABIN (23/05)- 48 registros fotográficos.
- 10- Eleições 2024: Capacitação em contas eleitorais (27/05)- 4 registros fotográficos.

Junho – 12 eventos, 1.235 registros fotográficos

- 1 - TRE-SE realiza com sucesso a quinta edição do Café com a Imprensa (14/06) – 501 registros fotográficos
- 2 - Advogado Aurélio Belém toma posse como 2º suplente na classe jurista (14/06) – 137 registros fotográficos
- 3 - Servidores acompanham palestras sobre questões ambientais (13/06) – 30 registros fotográficos
- 4 - Estudantes de Estância visitam a sede do TRE-SE (12/06) – 153 registros fotográficos
- 5 - Agenda do presidente: juízes apresentam plano de auditoria da votação eletrônica (10/06) – 18 registros fotográficos
- 6 - Reunião de Construção Participativa das Metas do Poder Judiciário para 2025 (10/06) – 66 registros fotográficos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 7 - 1ª Zona Eleitoral do TRE-SE promove reunião com representantes de partidos políticos (07/06) – 187 registros fotográficos
- 8 - Central de Atendimento ao Eleitor de Aracaju volta a funcionar na rua Itabaiana (05/06) – 52 registros fotográficos
- 9 - Presidente do TRE-SE participa de reunião com a presidente do TSE (04/06) – 1 registro
- 10 - Jovens Eleitoras(es) visitam TRE-SE e aprofundam conhecimentos sobre o processo eleitoral (04/06) – 75 registros fotográficos
- 11 - TRE-SE participa no 2º Encontro de autodefensores da CiDOWN – 6 registros fotográficos
- 12 - Presidente do TRE-SE recebe equipe da Secretaria de Educação do Estado – 9 registros fotográficos

Julho- 9 eventos, 581 registros fotográficos

- 1 - Encontro das diretorias-gerais no TSE (05/07) – 5 registros fotográficos
- 2 - Servidores receberam capacitação sobre registro de candidatura e horário eleitoral (11/07) – 43 registros
- 3 - Presidente do TRE-SE recebe visita de cortesia em agenda oficial (11/07) – 22 registros fotográficos
- 4 - Representantes de agremiações partidárias receberam orientações no TRE-SE (15/07) – 125 registros
- 5 - Formação para Atendimento Inclusivo nas Eleições: Foco no Público LGBTQIAP+ (24/07) – 1 registro
- 6 - Dupla indicação: TRE-SE concorre ao Prêmio Inovare 2024 (26/07) – 88 registros
- 7 - Presidente do TRE-SE recebe visitas institucionais em agenda oficial (29/07) – 29 registros
- 8 - Segunda Reunião de Análise da Estratégia de 2024 (29/07) – 6 registros
- 9 - Assessor de comunicação Ricardo Ribeiro participa de encontro com secretário do TSE (31/07) – 1 registro

Agosto- 5 eventos, 2.347 registros fotográficos

- 1 - Ouvidoria Eleitoral realiza 1º atendimento itinerante no Shopping RioMar (01/08) – 96 registros

- 2- Presidente do TRE-SE recebe visita da presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) – 112 registros
- 3 - Assinatura do "Pacto Contra o Assédio, Discriminação e Trabalho Infantil" (15/08) – 433 registros
- 4 - Despedida marcante na Corte Eleitoral (16/08) – 8 registros
- 5 - Seminário de Contabilidade Eleitoral, Partidária e Prestação de Contas 2024 (19/08) – 645 registros
- 6 - Coordenador de auditoria interna é nomeado para o Comitê de Governança do SIAUD-Jud do CNJ (20/08) - 699 registros fotográficos
- 7- Laboratório de Inovação do TRE-SE desenvolve o projeto Conhecer para Desjudicializar (28/08) – 12 registros fotográficos
- 8 - Reforma da Central de Atendimento ao Eleitor de Aracaju é concluída (30/08) – 342 registros fotográficos

Setembro- 17 eventos, 527 registros fotográficos

- 1- Magistrados aprovam cédula e cronograma para auditoria nas eleições municipais de 2024 (03/09) – 56 registros fotográficos
- 2- Diretor-geral visita depósito de urnas (03/09)- 6 registros fotográficos
- 3- TRE-SE e Polícia Militar definem Plano de Segurança para as Eleições 2024 (02/09)- 73 registros fotográficos
- 4- Núcleo de Apoio à Governança destaca ações do Programa de Integridade (04/09)- 50 registros fotográficos
- 5- Diretor-geral do TRE-SE visita três Zonas Eleitorais com foco na eleição (05/09) – 11 registros fotográficos
- 6- Jailsom Leandro de Sousa toma posse como membro substituto do TRE-SE (06/09) – 79 registros fotográficos
- 7- 2ª Zona Eleitoral de Aracaju realizou a verificação e lacração das Unas de Lona (11/09)- 61 registros fotográficos
- 8- Preparativos para as Eleições 2024: Diretor-geral do TRE-SE visita zonas eleitorais (18/09) – 7 registros fotográficos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 9- Eleições 2024: as Zonas Eleitorais Propriá, Aquidabã e Capela receberam visita do TRE-SE (20/09)- 7 registros fotográficos
- 10- 11ª, 14ª e 15ª Zonas Eleitorais de Sergipe recebem visita de representantes do TRE-SE (20/09)– 7 registros fotográficos
- 11- Diretor-geral do TRE-SE supervisiona preparação das urnas para o pleito de outubro (23/09) – 116 registros fotográficos
- 12- Diretor-geral do TRE-SE visita 21ª Zona eleitoral em São Cristóvão (24/09)- 7 registros fotográficos
- 13- Presidente do TRT-20 comparece ao TRE-SE em visita institucional (24/09)- 24 registros fotográficos
- 14- Diretor-geral do TRE-SE visita 16ª Zona eleitoral em Nossa Senhora das Dores (24/09)- 5 registros fotográficos
- 15- Diretor-geral visita zonas eleitorais: Umbaúba, Cristinápolis e Estância (25/09)- 7 registros fotográficos
- 16- Diretor-geral do TRE-SE visita 4ª Zona eleitoral em Boquim (26/09)- 6 registros fotográficos
- 17- 19ª Zona Eleitoral: faz reunião com candidatos a prefeito dos 5 municípios (27/09)- 5 registros fotográficos

Outubro- 11 eventos, 331 registros fotográficos

- 1- Presidente do TRE-SE recebe observadores eleitorais (01/10)- 43 registros fotográficos
- 2- Diretor-geral visita a 23ª Zona Eleitoral em Tobias Barreto (02/10)- 5 registros fotográficos
- 3- Alinhamento de estratégias de segurança para eleições de 2024 (03/10)- 60 registros fotográficos
- 4- Diretor-geral do TRE-SE visita a 1ª, 2ª e 27ª Zonas Eleitorais (03/10)- 5 registros fotográficos
- 5- Diretor-geral visita as Zonas Eleitorais Gararu, Canindé e Porto da Folha (04/10)- 6 registros fotográficos
- 6- Cerimônia de geração de mídias das urnas de Aracaju para o 2º Turno (15/10)- 5 registros fotográficos

- 7- Estudantes de direito da Estácio visitam o TRE-SE (15/10)- 59 registros fotográficos
- 8- TRE-SE realiza reunião para alinhar prestação de contas do vale-alimentação nas Eleições 2024 (17/10)- 26 registros fotográficos
- 9- Fortalecimento da segurança da informação no TRE-SE (21/10)- 10 registros fotográficos
- 10- 2ª ZE reúne autoridades policiais, técnicos de urna e polistas (22/10)- 16 registros fotográficos
- 11- 2ª Zona reúne polistas e auxiliares na reta final de preparação do 2º turno das eleições (24/10) - 96 registros fotográficos

Novembro- 3 eventos, 136 registros fotográficos

- 1- Desa. Simone de Oliveira Fraga toma posse como membro substituta (08/11)- 91 registros fotográficos
- 2- Alunos do curso de Direito acompanharam sessão de julgamentos do Tribunal (22/11)- 4 registros fotográficos
- 3- TRE-SE realiza evento em celebração ao Dia da Consciência Negra (22/11)- 41 registros fotográficos

Dezembro- 11 eventos, 1.594 registros fotográficos

- 1- Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe celebra fim de ano com Missa de Congraçamento (02/12)- 106 registros fotográficos
- 2- TRE-SE reúne representantes da Justiça Federal e do MPF em Sergipe (03/12)- 12 registros fotográficos
- 3- Desembargador Diógenes Barreto recebeu a medalha de honra ao mérito em celebração aos 135 anos da Polícia Civil de Sergipe (03/12)- 156 registros fotográficos
- 4- Última reunião de 2024 do Comitê Gestor de Segurança da Informação (04/12)- 12 registros fotográficos
- 5- Encerramento da Semana da Diversidade Religiosa (04/12)- 170 registros fotográficos
- 6- TRE-SE realiza curso de habilitação em tiro para policiais judiciais (13/12)- 81 registros fotográficos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 7- TRE-SE realiza a cerimônia de diplomação das(os) candidatas(os) eleitas(os) em Aracaju (18/12)- 171 registros fotográficos
- 8- Diplomação 16ª Zona Eleitoral (18/12)- 7 registros fotográficos
- 9- Cerimônia de diplomação das(os) candidatas(os) eleitas(os) em Barra dos Coqueiros (19/12)- 806 registros fotográficos
- 10- Diplomação das(os) eleitas(os) de 2024 em Laranjeiras (19/12) – 5 registros fotográficos
- 11- TRE-SE realiza diplomação do prefeito eleito de General Maynard (23/12)- 89 registros fotográficos

Dados de 2025

Janeiro- 2 eventos, 26 registros fotográficos

- 1- TRE-SE realiza reunião para planejar metas de trabalho para 2025 (09/01)- 10 registros fotográficos
- 2- TRE-SE alinha estratégias para manter a excelência no Prêmio CNJ de Qualidade (15/01)- 16 registros fotográficos

Fevereiro- 5 eventos, 935 registros fotográficos

- 1- Desa. Ana Bernadete será empossada como membro do TRE-SE (13/02)- 861 registros fotográficos
- 2- Servidores da Prefeitura de São Cristóvão fazem visita técnica ao TRE-SE (14/02)- 8 registros fotográficos
- 3- Representantes do TRE-SE e da GEAP reúnem-se para tratar de melhorias na assistência (21/02)- 12 registros fotográficos
- 4- Reunião do Comitê de Segurança Cibernética do TRE-SE aborda avanços e desafios em proteção digital (24/02)- 10 registros
- 5- Palestra com servidor do TRE-RR apresenta o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (25/02)- 44 registros fotográficos

Março- 9 eventos, 919 registros fotográficos

- 1- TRE-SE realizou uma palestra e duas oficinas sobre o uso da Linguagem Simples (11/03)- 154 registros fotográficos

- 2- Capacitação sobre atenção psicossocial para servidoras(es) da Coordenadoria de Assistência à Saúde (13/03)- 21 registros fotográficos
- 3- Palestra para estudantes surdos (20/03)- 4 registros fotográficos
- 4- Curso de reciclagem para brigada de incêndio (20/03)- 11 registros fotográficos
- 5- Antropóloga debate o empoderamento feminino (21/03) – 92 registros fotográficos
- 6- Reunião aborda elaboração de Atos Normativos (21/03)- 45 registros fotográficos
- 7- Alunos de Direito Eleitoral da Unit visitaram o TRE-SE (24/03)- 126 registros fotográficos
- 8- Seminário sobre transparência e proteção de dados pessoais (28/03)- 378 registros fotográficos
- 9- Des. João Hora Neto toma posse como membro substituto do TRE-SE (28/03)- 88 registros fotográficos

Abril - 9 eventos, 974 registros fotográficos

- 1- Tribunal pune com multa o recurso utilizado para retardar andamento do processo (01/04) – 76 registros fotográficos
- 2 - O juiz Leonardo Souza Santana Almeida toma posse como membro substituto do TRE-SE (01/04) – 117 registros fotográficos
- 3 - Encontro sobre Planejamento Integrado de Eleições (02/04) – 1 registro fotográfico
- 4 - Projeto Eleitor e Eleitor do Futuro no Colégio Salesiano Aracaju (02/04) – 13 registros fotográficos
- 5 - Sergipe é referência nacional no combate à desinformação! (04/04) – 628 registros fotográficos
- 6 - Curso sobre Perspectiva de Gênero no Sistema de Justiça (07/04) – 47 registros fotográficos
- 7 - TRE-SE realiza descarte sustentável de materiais de informática (08/04) – 13 registros fotográficos
- 8 - Visita institucional dos alunos de direito da UniPio (09/04) – 16 registros fotográficos
- 9 - Juiz Hélio Mesquita despede-se do TRE-SE (28/04) – 63 registros fotográficos

Mai - 12 eventos, 3721 registros fotográficos

- 1 - 5º Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (7/05) – 1 registro fotográfico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 2 - Palestra no TRE-SE discute assédio, discriminação e violência contra mulheres (8/05) – 434 registros fotográficos
- 3 - Brígida Declerc Fink toma posse como juíza titular no TRE-SE (9/05) – 1.485 registros fotográficos
- 4 - Primeira reunião preparatória para o 19º Encontro do Poder Judiciário (9/05) – 1 registro fotográfico
- 5 - TRE-SE recebe estudantes do Colégio Lavoisier em ação do projeto Jovem Eleitor (14/05) – 1.275 registros fotográficos
- 6 - EJESE realiza curso sobre Processo Penal Eleitoral e Juízo Eleitoral de Garantias (/05) – 256 registros fotográficos
- 7 - TRE-SE recebe visita técnica de servidoras do TRE-RN para troca de experiências em integridade, transparência e segurança da informação (19/05) – 35 registros fotográficos
- 8 - TRE-SE participa do XII Encontro das Escolas Judiciárias Eleitorais (20/05) – 6 registros fotográficos
- 9 - Presidente do TRE-SE recebe visita institucional de representante do Prêmio Inovare (23/05) – 15 registros fotográficos
- 10 - Escola Judiciária, com o TJSE, promove curso sobre Equidade Racial no Judiciário (26/05) – 1 registro fotográfico
- 11 - Manual 42: padronização e transparência no desfazimento de bens inservíveis (28/05) – 1 registro fotográfico
- 12 - TRE-SE promove palestra: uso ético da inteligência artificial no Judiciário (30/05) – 212 registros fotográficos

Junho – 12 eventos, 619 registros fotográficos

- 1 - Servidoras e servidores plantam árvores nativas nas dependências do TRE-SE (02/06) – 120 registros fotográficos
- 2 - Projeto do TRE-SE vence prêmio nacional de inovação com campanha contra a desinformação (05/06) – 1 registro fotográfico
- 3 - Semana do Meio Ambiente do TRE-SE encerra as atividades com a feira orgânica (6/06) – 155 registros fotográficos
- 4 - TRE-SE realizará atendimento na Aldeia Xocó, no Povoado Ilha de São Pedro, em Porto da

Folha (9/06) – 1 registro fotográfico

5 - Ouvidoria do TRE-SE participa de encontro nacional e adere a novo sistema de atendimento da Justiça Eleitoral (10/06) – 1 registro fotográfico

6 - 6ª edição do Desenvolve JE reúne profissionais de gestão de pessoas (11/06) – 11 registros fotográficos

7 - Procurador-chefe da União em Sergipe visita Presidente do TRE-SE (12/06) – 81 registros fotográficos

8 - Visita ao TRE-SE do conselho de contabilidade (13/06) – 56 registros fotográficos

9 - 56º Encontro do Colégio de Corregedoras e Corregedores Eleitorais do Brasil (16/06) – 2 registros fotográficos

10 - Juiz Breno Bergson Santos despede-se do TRE-SE (17/06) – 85 registros fotográficos

11 – 4 Encontro Nacional de Comunicação (27/06) – 3 registros fotográficos

12 - Reunião com a ministra (27/06) – 103 registros fotográficos

Julho - 11 eventos, 619 registros fotográficos

1 – Curso de Comunicação Cidadã (17/07) – 77 registros fotográficos

2 - TRE-SE participa do Esocial (21/07) – 1 registro fotográfico

3 - Concurso da Justiça Eleitoral: TRE-SE empossa quatro novos servidores (11/07) – 330 registros fotográficos

4 - Prêmio Inovare (22/07) – 16 registros fotográficos

5 - Prêmio de qualidade dos cartórios eleitorais (14/07) – 1 registro fotográfico

6 - Projeto Jovem Eleitor (25/07) – 4 registros fotográficos

7 – Reunião de Metas do CNJ (24/07) – 101 registros fotográficos
8 - Servidores do TRE-SE visitam o DETRAN/SE para conhecer práticas de proteção de dados pessoais (31/07) – 2 registros fotográficos

9 – Selo Umbaúba 35 Zona Eleitoral (30/07) – 21 registros fotográficos

10 – Sessão plenária do dia 31/7 (31/07) – 41 registros fotográficos

11 - TRE-SE recebeu a visita de técnicos do Arquivo Público de Sergipe para troca de experiências em gestão documental (4/07) – 174 registros fotográficos

Agosto - 13 eventos, 1.042 registros fotográficos

1 - Evento Agosto Lilás (29/08) – 344 registros fotográficos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 2 - Projeto Saúde Integral (1/08) – 90 registros fotográficos
- 3 – Assinatura do Termo (5/08) – 258 registros fotográficos
- 4 - Inspeção 5 ZE (7/08) – 2 registros fotográficos
- 5 – Posse do servidor (8/08) – 68 registros fotográficos
- 6 – II Prêmio CNJ de Boas Práticas (19/08) – 4 registros fotográficos
- 7 - Eleitora e Eleitor do Futuro (20/08) – 135 registros fotográficos
- 8 - TRE-SE participa do ENASTIC (21/08) – 2 registros fotográficos
- 9 - TRE-SE participa de congresso nacional sobre saúde no Judiciário (22/08) – 1 registro fotográfico
- 10 – Projeto em parceria com a UFS para plantas árvores (25/08) – 58 registros fotográficos
- 11 - Encontro Comitê PcD (27/08) – 2 registros fotográficos
- 12 - Palestra segurança cibernética (28/08) – 44 registros fotográficos
- 13 – Suporte PJE (31/08) – 34 registros fotográficos

Setembro - 14 eventos, 492 registros fotográficos

- 1 – Eleitor do Futuro 13 ZE (3/09) – 12 registros fotográficos
- 2 - Ação na Comunidade Quilombola em Riachão do Dantas (4/09) – 6 registros fotográficos
- 3 - FES LABS 2025 (4/09) – 4 registros fotográficos
- 4 - Fórum internacional da integridade (5/09) – 6 registros fotográficos
- 5 – Exposição Setembro Amarelo (8/09) – 12 registros fotográficos
- 6 – Premiação iGov Tic (11/09) – 6 registros fotográficos
- 7 - III Congresso Nacional dos Agentes da Polícia Judicial e Encontro de Gestores (12/09) – 1 registro fotográfico
- 8 – Conscientização do voto às(aos) eleitoras(es) 70+ (16/09) – 7 registros fotográficos
- 9 – Fórum Nacional Verdemocracia (16/09) – 3 registros fotográficos
- 10 - Posse de servidora aprovada no Concurso Unificado da Justiça Eleitoral (19/09) – 255 registros fotográficos
- 11 – ABI 30 ZE (22/09) – 2 registros fotográficos
- 12 - INSPEÇÃO 24ª ZE (22/09) – 4 registros fotográficos
- 13 – Dia D (23/09) – 9 registros fotográficos
- 14 - Palestra e exposição setembro amarelo (26/09) – 165 registros fotográficos

Outubro - 16 eventos, 3.084 registros fotográficos

- 1 - CRAS (2/10) – 184 registros fotográficos
- 2 – Curso EJESE (3/10) – 36 registros fotográficos
- 3 - Reunião comitê inteligência artificial (9/10) – 50 registros fotográficos
- 4 – Evento de Dia das Crianças no TRE-SE (9/10) – 124 registros fotográficos
- 5 - EJESE realiza ação do projeto Jovem Eleitor no Instituto JCPM (9/10) – 3 registros fotográficos
- 6 - COPTREL (9/10) – 14 registros fotográficos
- 7 - Medalha do mérito eleitoral - Dr Hélio (/10) – 270 registros fotográficos
- 8 - Reunião com o secretário de comunicação do governo do estado de Sergipe (10/10) – 28 registros fotográficos
- 9 - Treinamento POPRUAJUD (14/10) – 610 registros fotográficos
- 10 - REUNIÃO COPEG COM A PM (15/10) – 25 registros fotográficos
- 11 – Moção Honrosa (17/10) – 110 registros fotográficos
- 12 - I Semana de Sustentabilidade do Poder Judiciário – Região Nordeste (20/10) – 3 registros fotográficos
- 13 – Treinamento de Prestação de Contas (20/10) – 48 registros fotográficos
- 14 - VISITA DO COLÉGIO ATHENEU (22/10) – 418 registros fotográficos
- 14 - Sindicância (22/10) – 153 registros fotográficos
- 14 - POP RUA JUD TRT (24/10) – 389 registros fotográficos
- 14 - 02ª ZE Jovem Eleitor Colégio José Franklim na Barra dos Coqueiros (29/10) – 573 registros fotográficos
- 15 - Curso Pesquisas Eleitorais, Repres. Eleitoral e Combate a Perfis Falsos (30/10) – 35 registros fotográficos
- 16 – Projeto Jovem Eleitor (a) promovido pela 17ª Zona Eleitoral (31/10) - 11 registros fotográficos

Novembro - 12 eventos, 1.724 registros fotográficos

- 1 - 30ª ZE promoveu o Projeto Jovem Eleitora e Eleitor em Cristinápolis e Tomar do Geru (06/11) – 4 registros fotográficos
- 2 - XIII Fórum da Justiça Eleitoral de Sergipe debateu desafios da política contemporânea (07/11) – 431 registros fotográficos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

- 3 - Projeto Eleitora e Eleitor do Futuro mobiliza estudantes da Barra dos Coqueiros (11/11) – 11 registros fotográficos
- 4 - 35ª ZE realiza o Projeto Eleitora e Eleitor do Futuro em Umbaúba (11/11) – 8 registros fotográficos
- 5 - Estudantes da UniPio visitam o TRE-SE e acompanham sessão de julgamentos (13/11) – 42 registros fotográficos
- 6 - Semana de formação voltada à gestão e preservação de documentos digitais (14/11) – 20 registros fotográficos
- 7 - II Semana da Consciência Negra no TRE-SE (19/11) – 454 registros fotográficos
- 8 - I Fórum de Memória da Justiça Eleitoral em Sergipe destaca importância da preservação histórica (24/11) – 501 registros fotográficos
- 9 - 8ª Zona Eleitoral realizou ações do Projeto Eleitora e Eleitor do Futuro (26/11) – 3 registros fotográficos
- 10 - TRE-SE empresta urnas ao Conselho Regional de Odontologia de Sergipe (27/11) – 113 registros fotográficos
- 11 - Semana do Mesário Voluntário: incentivo à participação cidadã (28/11) – 2 registros fotográficos
- 12- Debate sobre inovação e Inteligência Artificial (28/11) – 135 registros fotográficos

Dezembro - 2 eventos, 72 registros fotográficos

- 1 - TRE-SE marca presença em ação “Direitos em Movimento – Ouvidoria Itinerante” em São Cristóvão (01/12) – 20 registros fotográficos
- 2 - Resolução sobre uso de IA no âmbito da Justiça Eleitoral recebe ajustes finais (01/12) – 52 registros fotográficos

6. Relatório de Atividades de Comitês e Comissões

6.1 Comissões e Comitês

As comissões e comitês do Tribunal desenvolveram, ao longo de 2024 e 2025, inúmeras atividades em diversas áreas de atuação. Para fins deste relatório, foi realizado um recorte voltado aos assuntos relacionados à **governança** e às **áreas transversais**, com o objetivo de evidenciar iniciativas que contribuíram para o aprimoramento da gestão e dos processos institucionais.

Os relatórios das atividades podem ser consultados no “Painel Gestão de Colegiados” <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOTk5NTQ4ZDA4ZTc4NC00NjAxLTg1MGMtYmE4ZmE4MzA2ODIiwidCI6IjQ4YTQ5NmQwLWVIZTgtNDI5MC04OWMxLWMxMjViNzc0NDkwMyJ9>, conforme as orientações abaixo:

- Escolha a Comissão ou o Comitê de interesse;
- Acesse o item “Atas e Resultados”.
- As informações apresentadas foram prestadas pelos seguintes colegiados:
- Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas – CGP
- Comitê Orçamentário e de Contratações – COMOC
- Comitê de Governança de TI – CGovTI
- Comitê de Gestão de TI – CGesTI
- Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau – CGRP1
- Comitê Regional de Governança de Inteligência Artificial – CRGIA
- Comissão Gestora da Estratégia – CGE
- Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais – CGTPDP
- Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI
- Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável – CG-PLS
- Comissão de Enfrentamento à Desinformação – CEDE
- Comissão de Acessibilidade e Inclusão – CACIN
- Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (CPEAD)
- Comissão Feminina – COFEM
- Comissão Gestora de Dados Abertos – CGDA
- Comissão Permanente de Segurança – COSEG
- Comitê Gestor das Cartas de Serviços dos 1º e 2º Graus – CGCAS
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD
- Comissão de Ética e Conduta Profissional – CECOP
- Comitê Gestor do Selo dos Cartórios Eleitorais – CGSCE
- Comissão de Avaliação de Critérios e Parâmetros de Dados Estatísticos Processuais – CAPDE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

7. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA CRE

7.1 Quantitativos de Distribuição e de Julgamento de Processos

7.1.1 Corregedoria Regional Eleitoral

7.1.1.1 Relatório Estatístico Processual distribuídos e baixados em 2024 e 2025 no 1º Grau

Classe Judicial	Distribuídos 2024	Baixados 2024	Distribuídos 2025	Baixados 2025
AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	4	2	17	18
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	125	21	0	65
AÇÃO PENAL ELEITORAL	24	39	25	28
CAUTELAR INOMINADA CRIMINAL	1	0	0	0
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	140	91	265	137
DIREITO DE RESPOSTA	62	58	0	4
EXECUÇÃO DA PENA	7	3	5	3
EXECUÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS NO JUÍZO COMUM	1	5	2	0
EXECUÇÃO FISCAL	2	4	1	4
MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	4	3	0	1
MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS SOBRE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	0	1	0	0
PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	4	7	2	0
PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA	0	0	1	0
PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	2	6	6	3
PETIÇÃO CRIMINAL	0	0	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	544	774	760	695
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS	6057	1855	1	4279
REGISTRO DE CANDIDATURA	6273	6236	0	36
REPRESENTAÇÃO	1462	1347	4	113
REPRESENTAÇÃO ESPECIAL	32	35	2	7
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	378	312	24	122
REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS	162	129	23	74
SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	224	146	15	89
TERMO CIRCUNSTANCIADO	12	8	2	4

Classe Judicial	Distribuídos 2024	Baixados 2024	Distribuído s 2025	Baixado s 2025
TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	3	3	0	0
TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	21	23	0	2
TOTAL	15544	11108	1155	5686

Fonte de Dados: DATAJUD



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

8. RELAÇÃO DE CONTRATOS EM VIGOR E RESPECTIVOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

No [site do TRE/SE](#) encontram-se as relações de contratados e valores pagos de 2019 a 2025.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

10. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Não houve no corrente ano de 2023 a instauração de sindicâncias nem processos administrativos disciplinares internos no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

Não houve no corrente ano de 2023 a instauração de processos de tomada de contas em especial no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

12. SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS DO TRIBUNAL PERANTE O TCU

A partir do exercício 2020, nos termos do art. 26 da IN 84/2020, que prevê o julgamento apenas de prestações de contas relevantes do Balanço Geral da União e Tomadas de Contas no caso de irregularidades, não há mais, em regra, decisão sobre a regularidade das contas pelo TRE-SE e pelo TCU.

Em tempo, estão disponíveis no [site do TRE/SE - Atividades da Auditoria Interna](#) as informações sobre as prestações de contas anuais de 2015 a 2024.

13. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal pode ser encontrado no item 1.2.4.

14. CONCLUSÃO

As informações constantes neste Relatório de Gestão demonstram a conformidade e o desempenho da gestão do TRE-SE nos anos de 2024 e 2025.

Portanto, aprovo o presente Relatório de Atividades relativo aos anos de 2024 e 2025 e autorizo sua divulgação no site deste Regional.

Encaminhe-se cópia à(ao) futura(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Aracaju, 14 de janeiro de 2026.

Des. Diógenes Barreto
Presidente do TRE-SE

